

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR SOCIEDADE E
DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

SUZANA DE ALMEIDA COELHO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO – PR: ANÁLISE DOS
CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS PELO PROGRAMA MINHA CASA
MINHA VIDA**

**CAMPO MOURÃO – PR
2021**

SUZANA DE ALMEIDA COELHO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO – PR: ANÁLISE DOS
CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS PELO PROGRAMA MINHA CASA
MINHA VIDA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Fábio Rodrigues da Costa.

Coorientador: Dr. Marcos Clair Bovo.

**CAMPO MOURÃO – PR
2021**

(Bibliotecário: André Luiz Ferreira Vidal-CRB 9/1767)

C672p Coelho, Suzana de Almeida.

Produção do espaço urbano de Campo Mourão – PR: análise dos conjuntos habitacionais financiados pelo programa minha casa minha vida/ Suzana de Almeida Coelho. - Campo Mourão, 2021.

169 f.

Orientador: Fábio Rodrigues da Costa. Coorientador: Marcos Clair Bovo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Produção do Espaço. 2. Programa Minha Casa Minha Vida. 3. Agentes Produtores do Espaço. I. Costa, Fábio Rodrigues da. II. Bovo, Marcos Clair. III. Universidade Estadual do Paraná. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. IV. Título.

CDD 21. ed. - 307.76

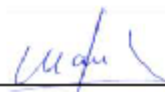
SUZANA DE ALMEIDA COELHO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO – PR: ANÁLISE
DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS PELO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA**

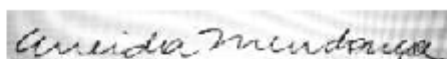
BANCA EXAMINADORA



Dr. Fábio Rodrigues da Costa (Orientador)
Unespar, Campo Mourão



Dr. Marcos Clair Bovo (Coorientador)
Unespar, Campo Mourão



Drª. Eneida Maria Souza Mendonça
UFES, Vitória



Drª. Valéria B. Postali-Santana
Unespar, Campo Mourão

Data de Aprovação

20 / 07 / 2021

Campo Mourão – PR

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus por esse dia, por essa conquista, ao apoio da minha família, do meu Amor Rafael, dos meus colegas e amigos de mestrado, dos meus orientadores, a banca professora Eneida e professora Valéria, a minha psicóloga/terapeuta Maíra Clara, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para eu chegasse aqui, a vocês minha eterna e sincera GRATIDÃO!

Apesar de todas as dificuldades de encarar algo novo e com tamanha complexidade, visto que até então não tinha ideia de como seriam as aulas, os professores, os colegas, o ritmo das disciplinas, enfim tudo. Foi uma experiência incrível que tentei aproveitar ao máximo, foram muitos obstáculos, enfrentando um leão por dia até chegar a esse dia tão especial.

Direciono meus agradecimentos especiais primeiramente a minha vó Dorotéia e a minha mãe Dulce que são modelos e inspiração para minha vida por suas histórias, garra e determinação. Estiveram ao meu lado em todos os altos e baixos desta montanha russa que foram esses mais de dois anos, sempre me auxiliando de alguma forma ou de outra, acalentando nos momentos de aflição e angustia, mesmo sem poder me presentear com um notebook novo quando o meu não aguentou mais jornada. Essa conquista é nossa, a minha família, muito obrigado!

Ao meu namorado, Rafael Leonardo eu agradeço por não ter me deixando desistir do processo seletivo para conquistar meu lugar nessa turma incrível, leu meus textos contribuiu para a construção da pesquisa me acompanhando na realização dos dias de campo, fazendo as fotos, editando e formatando. Esteve ao meu lado na qualificação e na defesa dando apoio no que foi preciso, além de sempre ter estimulado a não desistir, muito obrigado meu bem!

Aos colegas e amigos de caminhada Aline, Aliny Rafaely, Bruna, Carolina, Debora, Lara, Márcia, Mario Sergio, Raphael e Úrsula. Vocês com toda certeza fizeram a diferença durante todo o percurso seja fazendo terapia no banheiro, seja festejando casamento ou ainda ouvindo as lamentações uns dos outros. Como vocês foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa e meu pessoal também, foram tantas conversas, aprendi muito com as experiencias de cada um e não imaginava fazer tantos amigos vocês são incríveis a todos vocês meu muito obrigado!

Aos meus orientadores Fábio e Marcos, que aceitaram me guiar por este caminho, pela compreensão e desculpa se ocorreram falhas durante o percurso, vocês também têm minha mais sincera GRATIDÃO.

A professora Eneida e Valéria agradeço a disponibilidade, as contribuições, a delicadeza em cada questionamento e sugestão, assim enriquecendo e trazendo reflexões, robustez e qualidade a pesquisa.

A minha psicóloga/terapeuta Maíra Clara, que foi crucial para que eu conseguisse passar por esse processo de uma forma mais tranquila, mantendo a concentração, controlando a ansiedade, puxando a minha orelha quando necessário, assim superando essa montanha russa que foram esses mais de dois anos, meu agradecimento!

Portanto, a palavra do dia é GRATIDÃO, somente agradecer a todos por tudo, o processo não foi fácil, mas com toda certeza me fez uma pessoa melhor e não me canso de agradecer por tudo.

MUITO OBRIGADO A TODOS!!!

RESUMO

COELHO, Suzana de Almeida. **PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO – PR: ANÁLISE DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2021.

O déficit habitacional é um problema crônico da sociedade brasileira, este tema tem despertado o interesse de várias áreas do conhecimento como as áreas da Geografia, História e Arquitetura e Urbanismo. Nesse contexto, o Programa Minha Casa Minha Vida tem sido objeto de estudo das áreas sinalizadas. Desta feita, o objetivo da presente pesquisa é analisar a produção do espaço urbano de Campo Mourão, após a implantação dos conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Elencamos as seguintes questões problematizadoras: quais foram os impactos da implantação dos conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida no espaço urbano de Campo Mourão; A localização e a infraestrutura existentes nos conjuntos habitacionais atendem as necessidades da população; os moradores dos conjuntos habitacionais têm acesso aos serviços disponibilizados no centro da cidade. Definimos como objetivos específicos, verificar a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida em Campo Mourão; averiguar a estrutura e a localização dos conjuntos habitacionais e analisar as modificações no espaço urbano de Campo Mourão, evidenciando a implantação dos conjuntos habitacionais. Como metodologia adotamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, teórico, histórico e fotográfico; pesquisa de campo nos conjuntos habitacionais; o mapeamento dos conjuntos habitacionais com o intuito de localiza-los no espaço urbano com auxílio do software Google Earth Pro e; análise da estrutura presente nos loteamentos. Assim, identificamos que ocorrem diversas modificações no espaço que alteram a dinâmica da cidade.

Palavras-chave: Produção do Espaço, Campo Mourão, Programa Minha Casa Minha Vida, Agentes Produtores do Espaço, Direito à Cidade.

ABSTRACT

COELHO, Suzana de Almeida. **PRODUCTION FROM THE URBAN SPACE OF CAMPO MOURÃO – PR: ANALYSIS OF HOUSING DEVELOPMENTS FINANCED BY THE MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAM.** Dissertation. Interdisciplinary Graduate Program in Society and Development. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2020.

Housing deficit is a chronic problem in Brazilian society. This theme has aroused the interest of several areas of knowledge such as Geography, History and Architecture and Urbanism. In this context, the Minha Casa Minha Vida Program has been the object of study of the marked areas. In addition, the objective of this research is to analyze the production of urban space in Campo Mourão, succeeding the implementation of housing projects financed by the Minha Casa Minha Vida Program. We listed the following problematic questions: what were the impacts of the implantation of housing projects financed by the Minha Casa Minha Vida Program in the urban space of Campo Mourão? Do the location and existing infrastructure in these housing developments meet the needs of the population? Do residents of housing developments have access to services provided in the city center? We defined as specific objectives to verify the implementation of the Minha Casa Minha Vida Program in Campo Mourão; to investigate the structure and location of housing developments and analyze changes in the urban space of Campo Mourão, highlighting the implementation of housing developments. As a methodology, we adopted the following procedures: bibliographical, theoretical, historical, and photographic survey; field research in housing developments; mapping of housing projects to locate them in the urban space with the help of Google Earth Pro software and analysis of the structure present in the subdivisions. We aim to understand the dynamics of the process of (re)production of urban space in Campo Mourão.

Keywords: Production of Urban Space, Campo Mourão, Minha Casa Minha Vida Program, Elements Involved In The Production Of Urban Space, Housing Rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Extração de Madeira de Lei, 1941.....	36
Figura 2 - Localização do município de Campo Mourão (PR) e de sua área urbana.	37
Figura 3 - População Total de Campo Mourão.....	39
Figura 4 :Classificação das regiões de influência no Estado do Paraná.....	42
Figura 5 - Avenida Capitão Índio Bandeira,1950.	43
Figura 6 - Escola Isolada de Campo Mourão, 1947.	44
Figura 7- Transporte do gado pela Estrada Boiadeira.	46
Figura 8- Praça Getúlio Vargas, 1953.	47
Figura 9 – Hotel Central.	48
Figura 10 – Colégio Estadual de Campo Mourão, 1959.	49
Figura 11 - Loteamentos aprovados na década de 1950	50
Figura 12- Localização das áreas incorporadas na década 1950.....	51
Figura 13 - Fotografia aérea da cidade de Campo Mourão em 1953.	52
Figura 14 – Revenda de Willys Overland do Brasil.	54
Figura 15 – Hospital São Pedro.	55
Figura 16 - Campo Mourão depois da malha asfáltica,1968.....	56
Figura 17 – Localização das áreas incorporadas na década 1960.....	58
Figura 18 -Loteamentos aprovados na década de 1960	59
Figura 19 – Rodoviária e Praça Getúlio Vargas, 1963.....	60
Figura 20- Fotografia aérea da cidade de Campo Mourão em 1963.	61
Figura 21 - Centro de Campo Mourão, 1975.	61
Figura 22 - Rodoviária de Campo Mourão, 1971.....	62
Figura 23 – Colégio Estadual de Campo Mourão, 1970.	63
Figura 24- Localização das áreas incorporadas na década 1970.....	66
Figura 25-Loteamentos aprovados na década 1970	68
Figura 27-Loteamentos aprovados na década 1980	70
Figura 26- Localização das áreas incorporadas na década 1980.....	71
Figura 28 – Centro de Campo Mourão, 1980.	72
Figura 29 – Avenida Presidente Kennedy Lar Paraná, 1982.	73
Figura 30 - Parque municipal Joaquim Theodoro de Oliveira 1982.	74

Figura 31- Fotografia aérea da cidade de Campo Mourão em 1980.	75
Figura 32- Localização das áreas incorporadas na década 1990.....	79
Figura 33-Loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados na década 1990.....	80
Figura 34 – Vista aérea de Campo Mourão.....	81
Figura 35- Vista aérea da cidade de Campo Mourão em 1993.	81
Figura 36-Loteamentos aprovados na década de 2000	83
Figura 37- Localização das áreas incorporadas na década 2000.....	85
Figura 38- Vista aérea da cidade de Campo Mourão em 2003.	86
Figura 39- Localização das áreas incorporadas na década 2010.....	91
Figura 40 - Loteamentos aprovados na década de 2010	92
Figura 41 – Vista parcial de Campo Mourão, 2013.	93
Figura 42– Vista aérea da cidade de Campo Mourão em 2013.....	94
Figura 43-Perímetro urbano de Campo Mourão 2020	97
Figura 44 – Irregularidades Moradias Avelino Piacentini.....	129
Figura 45 – Ponto de ônibus	131
Figura 46 – Locação do Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini e da área central de Campo Mourão.....	132
Figura 47 – Estabelecimentos irregulares Fortunato Perdoncini	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	15
DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO AO DIREITO À CIDADE	15
1.1 A Produção do Espaço Urbano: reflexões teóricas	15
1.2 Os agentes produtores do espaço urbano: reflexões sobre as diferentes dinâmicas de atuação	22
1.3 As contradições na produção do espaço	25
1.4 O Direito à cidade: breves reflexões	28
CAPÍTULO 2	34
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, OS LOTEAMENTOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS EM CAMPO MOURÃO	34
2.1 A História e a Geografia da ocupação do município de Campo Mourão	34
2.1.1 Características gerais de Campo Mourão	37
2.2. A Produção do Espaço Urbano de Campo Mourão: Década 1950	43
2.2.2. Produção do espaço de Campo Mourão década 1960	53
2.2.3. Produção do espaço de Campo Mourão década 1970	61
2.2.4. Produção do espaço de Campo Mourão década 1980	68
2.2.5. Produção do espaço de Campo Mourão década 1990	75
2.2.6. Produção do espaço de Campo Mourão década de 2000	82
2.2.7. Produção do espaço de Campo Mourão década de 2010	87
2.3 Síntese do processo de expansão urbana em Campo Mourão	95
CAPÍTULO 3	99
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: CONJUNTOS HABITACIONAIS FAIXA 1 EM CAMPO MOURÃO	99
3.1 Habitação social no Brasil: Um problema histórico	99
3.1.1 Fundação Casa Popular (FCP)	106
3.1.2. Banco Nacional de Habitação (BNH)	107
3.1.3. Programa Minha Casa Minha Vida	111
3.2 Contradições do Programa Minha Casa Minha Vida	115
3.3 Implantação e localização dos loteamentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Campo Mourão	122
3.3.1 Conjunto habitacional Moradias Avelino Piacentini	123
3.3.2 Conjunto Habitacional Residencial Fortunato Perdoncini	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos do século 21, o espaço urbano tornou-se o lugar de moradia para mais da metade da população mundial. No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), 84,7% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. As pessoas esperam encontrar no espaço urbano as condições adequadas para sua existência. Essas condições foram transformadas em direito, assim, de acordo com artigo 6º da Constituição Federal Brasileira: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância a assistência aos desamparados na forma desta constituição” (BRASIL, 1988). Portanto, todo cidadão deve ter acesso a esses direitos que são disponibilizados, principalmente no espaço urbano. Porém, o acesso ao próprio espaço urbano é cerceado para um número significativo de pessoas no Brasil.

A rápida expansão urbana e as contradições inerentes resultaram em um crescimento no número de pesquisadores interessados em compreender as dinâmicas urbanas. Com isso, as pesquisas que abordam a produção do espaço urbano têm o intuito de analisar para além das alterações físicas do espaço, as relações de poder que se desdobram e se desenvolvem, bem como as contradições, os conflitos e as lutas existentes.

Carlos (1992) afirma que não é possível compreender a sociedade dissociando-a do espaço, visto que o meio materializa as constantes transformações vividas por ela. Em síntese, o espaço materializa a expressão das relações humanas em que os agentes produtores atuam interagindo entre si e com o meio para atender as necessidades dos sujeitos. Para Santos (2008), as marcas deixadas no espaço pelo processo de desenvolvimento da sociedade tornam-se testemunhas da história, da memória, concretizada na paisagem. Portanto, investigar a produção do espaço urbano se faz necessário para compreender a formação e o desenvolvimento da própria sociedade.

Desse modo, destacamos a relevância da pesquisa quanto à amplitude do tema, bem como a importância da discussão visto que a habitação é um tema que interessa todas as classes que compõem a sociedade. A produção do espaço e o direito à cidade estão ligados ao acesso a tudo que o espaço urbano pode oferecer,

porém é restringido a determinados grupos sociais que compõem a sociedade pelo capital

Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa é analisar a influência dos conjuntos habitacionais financiados pelo Programa *Minha Casa Minha Vida*, na produção do espaço urbano de Campo Mourão. Vale ressaltar que Campo Mourão é considerada uma cidade média com aproximadamente 100mil habitantes, localizada na mesorregião centro-ocidental do Paraná, microrregião de Campo Mourão (IPARDES, 2012). Sendo o polo regional de saúde, educação, comércio, empregos, entre outros.

As questões norteadoras da pesquisa são: 1) Quais foram os impactos causados pela implantação dos conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida no espaço urbano de Campo Mourão? A localização e a infraestrutura existentes nos conjuntos habitacionais atendem as necessidades da população? Os moradores dos conjuntos habitacionais têm acesso fácil aos serviços disponibilizados no centro da cidade?”.

Buscamos na interdisciplinaridade meios para investigar a produção do espaço urbano de Campo Mourão. A interdisciplinaridade surge no meio acadêmico com o intuito de compreender os meandros da sociedade, partindo da ideia de uma integração e/ou colaboração entre as ciências, pois as disciplinas sozinhas não dão conta de realizar de maneira efetiva uma análise completa da realidade urbana. De acordo com Belini, (2016, p.13).

No Brasil Hilton Japiassú e Ivani Fazenda fizeram as primeiras reflexões e pesquisas sobre a dimensão da especialização e da fragmentação dos saberes buscando a interdisciplinaridade com uma atitude de colaboração entre pesquisadores ou como um paradigma metodológico. Não se trata, para esses percursores do conceito no Brasil de criar uma ciência das ciências, mas de se posicionar diante de um problema de investigação buscando novos caminhos metodológicos, de obtenção de dados de resultados (BELINI, 2016, p.13).

A abordagem interdisciplinar demonstra como a sociedade é complexa, assim, possibilita compreender e analisar de maneira mais próxima e integrada os fenômenos que compõem o seu desenvolvimento. Com base no exposto, para entender a produção do espaço urbano mourãoense, recorreremos às referências da Geografia, da História e da Arquitetura e Urbanismo. Por meio dessas lentes, buscamos construir uma análise crítica da realidade.

Para tanto, utilizamos como metodologia de pesquisa, em um primeiro momento, o levantamento bibliográfico, histórico e fotográfico, assim construindo uma base teórica e conceitual para desenvolver a pesquisa. O levantamento histórico e fotográfico consiste em reunir as informações sobre o município de Campo Mourão no período que antecede a emancipação política até os dias atuais com a finalidade de compreender como o espaço urbano foi construído. Na etapa seguinte da pesquisa, realizamos o levantamento com relação à habitação no Brasil, no qual destacamos as principais iniciativas executadas para tentar elucidar o problema que a habitação se tornou no decorrer do tempo. A próxima etapa contou com a realização de pesquisa de campo nos dois conjuntos habitacionais faixa1, selecionados com o intuito de localizar, conhecer, fotografar e compreender a dinâmica local.

Frisamos que as pesquisas em campo foram de suma importância para a elaboração da dissertação. Contudo, em virtude da pandemia da Covid-19 e da necessidade de distanciamento social, não foi possível o contato direto com os moradores, o que inviabilizou a realização de entrevistas e aplicação de questionários. Na última etapa de construção da pesquisa reunimos todos os dados e realizamos algumas reflexões sobre os impactos causados pelos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Campo Mourão. Foram utilizados também os softwares *Google Earth Pro* e *Qgis* para elaboração de mapas e algumas imagens.

A pesquisa será estruturada em introdução, três (3) capítulos e considerações finais. No Capítulo 1 – Da produção do espaço urbano ao direito à cidade - apresentamos o aporte teórico dos conceitos de produção do espaço urbano, os agentes produtores do espaço urbano, as contradições na produção do espaço e o direito à cidade. O objetivo é compreender os conceitos para posteriormente avaliar a produção do espaço urbano em Campo Mourão. Estabeleceremos a discussão teórica com autores como Ana Fani Carlos (1992, 1994, 2011, 2012, 2015), David Harvey (1980, 1992, 2004, 2008, 2011), Flavio Villaça (2001, 2012), Henry Lefebvre (2000, 2001), Horácio Capel (1974, 1977, 2001, 2002), Marcelo Lopes de Sousa (2008, 2013), Milton Santos (1993, 2008), Roberto Lobato Correia (1989, 2006).

Após construirmos a base teórica que norteou a pesquisa, no Capítulo 2 - A produção do espaço em Campo Mourão - apresentamos o objeto de estudo, o município de Campo Mourão. Nesse capítulo foi realizado um breve histórico sobre o processo de ocupação da região até meados de 1940. Em seguida, destacamos os principais marcos do desenvolvimento urbano de Campo Mourão, o desmembrado do

município de Pitanga e sua emancipação política em 1947, até os dias atuais, demonstrando como ocorreu o processo da transformação do espaço. Além de apontar o papel que o município desempenha na região. O objetivo é caracterizar e contextualizar a produção do espaço em Campo Mourão. Buscamos aporte em Jair Elias dos Santos Junior (2018), Edson Noriyuki Yokoo (2013), Ivaneti Pereira Martins da Silva (2008), Gisele Ramos Onofre (2005), Aurea Andrade Viana (2013), Edina Simionato (1996, 1997), que possuem trabalhos sobre o processo de produção do espaço urbano de Campo Mourão, além de órgãos como IBGE, IPARDES e Portal do Município.

No Capítulo 3 - O Programa Minha Casa Minha Vida - retomamos a discussão com relação à produção do espaço urbano brasileiro, comentando as políticas públicas elaboradas na tentativa de resolver o problema da habitação brasileira até o lançamento do Programa *Minha Casa Minha Vida* em 2009, e a implantação do programa em Campo Mourão. O objetivo é analisar as políticas públicas do Programa supracitado, destacando os problemas habitacionais na escala nacional e local. Buscamos aporte em Adauto Lucio Cardoso (2013, 2017), Luciana Correa Lago (2012), Irene Queiroz e Mello (2011), Edilson Mineiro (2012), Regina Fatima Ferreira (2013), que discutem sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Realizamos também a apresentação e análise dos conjuntos habitacionais Moradias Avelino Piacentini e Residencial Fortunato Perdoncini.

Por fim, nas considerações finais apresentamos as reflexões com relação aos dados reunidos, os conceitos abordados e os campos realizados. Os resultados indicam a necessidade de uma maior atenção para com essa parcela da população que vive nos conjuntos habitacionais pesquisados.

CAPÍTULO 1

DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO AO DIREITO À CIDADE

O presente capítulo intitulado “da produção do espaço urbano ao direito à cidade” tem por objetivo compreender os aportes teóricos sobre a produção do espaço urbano e sobre o direito à cidade. O capítulo 1 encontra-se estruturado em quatro tópicos, sendo que o primeiro denominado de “a produção do espaço urbano: reflexões teóricas”, no qual discorremos sobre as considerações iniciais sobre a produção do espaço. Já no tópico dois, denominado de “os agentes produtores do espaço urbano: reflexões sobre as diferentes dinâmicas de atuação”, os principais agentes produtores do espaço urbano. Já no penúltimo tópico intitulado “as contradições do espaço urbano”, compreendemos as contradições existentes no espaço urbano, tendo por base a ação do modo de produção capitalista. Por fim, o último tópico denominado de “o direito à cidade: breves reflexões”, discutimos a base teórica e conceitual, ambas relacionadas ao direito à cidade. Tais temáticas serão aprofundadas na sequência, pois entendemos que são essenciais para a compreensão da produção do espaço urbano em específico o da cidade de Campo Mourão que será apresentada a análise a partir do segundo capítulo desta dissertação.

1.1 A Produção do Espaço Urbano: reflexões teóricas

O urbano, o cotidiano e a vida na cidade despertaram e ainda despertam o interesse e o encantamento nas pessoas, pois são vistas como sinônimo de oportunidades pessoais, riquezas, qualidade de vida, oportunidades de trabalho e de desenvolvimento econômico e social. Na literatura, existem várias obras que confirmam esses sentimentos de deslumbramento pelas cidades, tendo em vista as diferentes oportunidades que podem oferecer ao cidadão, assim a cidade era e é vista como lugar de oportunidades.

Porém, nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, a cidade passa a ser interpretada pelas contradições existentes na (re)produção do espaço urbano. Nesse sentido, Henry Lefebvre utiliza a dialética marxista para

analisar a produção do espaço ao utilizar o método regressivo progressivo que consiste em identificar o percebido, o concebido e o vivido. As obras de Lefebvre fundamentaram inúmeras pesquisas sobre o urbano.

Assim sendo, Lefebvre (1999) pontua que a produção do espaço deve ser compreendida a partir da formação da sociedade levando-se em consideração o papel do espaço nesse processo. Para tanto, desenvolveu o seu pensamento a partir de alguns processos ocorridos na sociedade, destacando que a agricultura substituiu o sistema de coleta, assim como as aldeias aos poucos deram lugar às cidades, o que acabou por exigir a criação de um sistema econômico que juntamente com as alterações do espaço e da sociedade também foram se modificando. Diante disso, Lefebvre (1999, p. 20) evidencia que “o urbano [...] esse eixo é ao mesmo tempo espacial e temporal: espacial, porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto de início menor depois predominantemente, da prática e da história”.

Diante disso, no decorrer da história, os espaços, as sociedades, os sistemas econômicos vão se alterando, se reinventando. Lefebvre (1999, p. 24) evidencia que “[...] a realidade urbana torna-se causa e razão”, assim saímos dos agrupamentos de subsistências para as aldeias e para o sistema de trocas. Nesse ínterim, surge o Estado que promoveu grandes mudanças nas estruturas da sociedade, no espaço e na economia. A agricultura/campo tem a partir de então a função de produzir para a população da cidade. Dessa forma, Lefebvre (1999, p. 26) pontua que “a realidade urbana modifica as relações de produção sem aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência o espaço e a política do espaço ‘exprimem’ as relações sociais, mas reagem sobre elas”.

Para Lefebvre (1999), existem, historicamente, três tipos de cidade: a cidade política, que era organizada e administrada por uma monarquia, possuía várias aldeias sobre seu domínio e um território extenso; já a cidade mercantil era caracterizada pelo comércio que passou a ocorrer dentro da cidade, o que acarretou em muitas alterações arquitetônicas e urbanísticas; e por fim, a cidade industrial, que apresentou as indústrias com atrativos para o capital, além de mercado e emprego, o que lhe deu autonomia para instalação em qualquer região e permanecer pelo período que lhe convir, mudando-se para outras áreas caso seja necessário ou vantajoso. Assim:

O urbano (abreviação de sociedade urbana) define-se, portanto, não como realidade acabada, situada em relação a realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele (LEFEBVRE, 1999, p.28).

O referido autor parte de percepções das transformações da sociedade para compreender o espaço e as relações que se estabelecem nela. Diante disso, analisa o início da formação da sociedade, passando pela formação das aldeias e cidades e por fim a participação dos processos de industrialização e urbanização da sociedade capitalista com suas diferentes intencionalidades. Ao empregar o método regressivo-progressivo concebe uma maneira de analisar o espaço por um viés social, de uma sociedade de classes que sai do campo, muda-se para um espaço urbano em constante formação.

No campo da literatura, a ideia de uma sociedade em transformação é aquela em que os indivíduos buscam crescer, prosperar e acreditam ter mais oportunidade na cidade. Tal fato pode ser constatado no romance de Erico Verissimo, “Um lugar ao Sol” publicado em 1963 que relata a história de uma família que em 1936, após perder seu patriarca sai de um distrito no interior do Rio Grande do Sul e muda-se para a capital porto-alegrense em busca de melhores condições de vida. Vejamos os fragmentos do texto de Verissimo (1963) que retrata a transformação da sociedade:

[...] Luta por luta, luta-se em qualquer parte. A se passar dificuldade em Santa Clara, passa-se em Porto Alegre com mais probabilidade de se arranjar vida melhor. O que proponho D. Clemência é a gente ir pra capital. A senhora costura, a Clarissa leva daqui uma boa carta de recomendação e vai tentar a transferência dela pra um colégio de lá. Eu procuro um emprego, seja lá o que for. O que acham?

[...] Clarissa estava já a imaginar a vida nova. Viver em Porto Alegre! Não separar-se do primo... Vê-lo trabalhar, progredir, ganhar nome... Fugir de Jacarecanga! Fugir dos mortos! Não separe-se de Vasco! Estar sempre ao lado dele... (VERISSIMO, 1963 p.76).

O trecho do romance confirma a visão de que as pessoas nesse período viam a cidade como um lugar de oportunidades para o desenvolvimento pessoal e profissional. Esse é um dos ideais que faz com que uma parte da população migrasse do interior (especialmente das áreas rurais), para áreas urbanizadas, buscando melhores condições de vida.

Ainda dentro da literatura Gomes (1994) comenta sobre o espaço do urbano partindo de obras de arte (quadros) e dois (2) poemas de Drummond que demonstram outra visão sobre a temática urbana, afirma:

A cidade como ambiente construído, como necessidade histórica, é resultado de imaginação e do trabalho coletivo do homem que desafia a natureza. Além de continente das experiências humanas, com as quais está em permanente tensão “a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história” (GOMES, 1994, p. 23).

Assim, podemos entender que são os conflitos que dão origem ao espaço produzido, alterado, marcado por cada indivíduo social e carregado de experiências. As incompatibilidades já se iniciam entre sujeito e natureza e evoluem para oposição de sujeito contra sujeito e sujeitos contra natureza. É por meio de conflitos que o espaço é (re)produzido. Para Gomes (1994):

A imagem revela a realidade múltipla da cidade moderna que se fragmenta, dificultando a leitura, e faz dela um discurso intrincado, de significados fluidos, em constante transformação. [...] A cidade gera as cifras de seu código. Ler/escrever a cidade é tentar capta-la nessas dobras; é inventar a metáfora que inscreve, é construir a sua possível leitura. Cidade: linguagem dobrada, em busca de ordenação (GOMES, 1994, p. 29).

Logo, a literatura parte da efervescência do espaço urbano para criar seus enredos, romances, textos. O urbano é tomado como cenário base para a literatura, os conflitos ocorridos nesse espaço, toda a dinâmica e discussão promovida auxiliam na compreensão e no desenvolvimento do mesmo.

Corroborando com Gomes (1994), Corrêa (1989) destaca que o espaço urbano é fragmentado e articulado, ou seja, é constituído por áreas residenciais, industriais, comerciais e de serviços. Esses espaços distintos encontram-se articulados e estão diretamente interligados entre si, sendo simultaneamente reflexos e condicionantes sociais, assumindo uma dimensão simbólica. Portanto, para Corrêa (1989), a condição de produção do espaço pode ser compreendida como:

Fragmentada, articulada, reflexa e condicionante social, a cidade é também o lugar onde diversas classes vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e em partes projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica, que entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. (CORRÊA, 1989, p.9).

Diante disso, o espaço urbano se dá dentro da dinâmica capitalista por ser fragmentado e articulado por meio das manifestações mais marcantes da sociedade que são expressas tanto pela desigualdade social, quanto pela organização espacial por diferentes usos do solo, por diferentes arquiteturas, enfim pelas atividades que vão acontecendo com o passar do tempo.

Destarte Carlos (1992) contribui para o debate sobre a produção do espaço ao expor que quando um grupo de sujeitos deixa de ser nômade e se fixa em determinada parcela de solo, tem início a formação de um agrupamento primitivo que altera o espaço, buscando atender as suas necessidades. Assim, o ambiente expressa uma mutabilidade, o que já nos dá indícios de vínculo entre o indivíduo e o espaço. Portanto, podemos perceber que o desenvolvimento da sociedade está diretamente vinculado à produção do espaço, na qual está inserida. O espaço urbano foi (re)produzido, alterado, (re)construído, tendo como objetivo atender a uma demanda de pelo menos parte da população. Assim,

O desenvolvimento histórico produz um espaço a partir da unidade dialética homem-natureza. Pelo processo do trabalho social, enquanto produto da existência humana, o espaço geográfico é construído o processo de desenvolvimento da sociedade. O processo de reprodução do espaço geográfico é determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social (CARLOS, 1992, p. 29).

Nesse caso, se o processo de produção do espaço estiver pautado nas relações sociais, indubitavelmente será contraditório, pois cada sociedade possui suas características próprias que podem ser percebidas a partir da sua historicidade. Carlos (1994) acrescenta que, para que seja feita uma análise mais próxima possível da realidade da produção do espaço urbano é necessário levar diversos pontos em consideração. Para a autora,

A compreensão do urbano, que se propõe, deve emergir de uma reflexão dos dados postos pela vida cotidiana a partir da elaboração de um modo de análise urbana. Isto coloca o homem como elemento central na discussão da produção do espaço, o homem em condições e situações sociais e históricas específicas, como ser cuja humanidade foi produzida ao longo da sua história e que se realiza no processo de reprodução da vida (CARLOS, 1994, p. 21).

No trecho citado, percebemos que a autora relata que a humanidade foi produzida ao longo da vida do indivíduo, ou seja, a pessoa passou por um processo

de humanização que a transformou enquanto sujeito e, conseqüentemente, acabou por refletir no espaço onde habitou e nas relações que ali foram estabelecidas.

A noção de produção do espaço começou a ser discutida com mais ênfase a partir da década de 1970, quando o estudioso francês Henry Lefebvre, tendo como base Hegel, Marx e Nietzsche, concebeu a teoria da produção do espaço que, inicialmente, não despertou muito interesse da comunidade acadêmica. Para Lefebvre (1999), o espaço não pode ser de forma dissociada do social, haja vista que ambos estão conectados. Dessa forma, a metodologia passou a ser amplamente utilizada, pois permitiu analisar as transformações ocorridas no espaço de forma mais complexa, buscando compreender o passado para entender o presente e o futuro.

Vale ressaltarmos que Lefebvre enfatizou em suas obras as ideias de produção do espaço, principalmente as vinculadas ao urbano, já que cada vez mais os indivíduos estão se fixando nas cidades. Logo, partindo dos pressupostos lefebvriano Carlos (2018) destaca que:

A noção de produção, na perspectiva analisada por Marx e Lefebvre, permite reconstituir o movimento do conhecimento geográfico, a partir da materialidade incontestável do espaço, para buscar os conteúdos mais profundos da realidade social em direção à descoberta dos sujeitos e suas obras. A análise do espaço coloca-se como momento indispensável à compreensão do mundo contemporâneo (CARLOS, 2018, p. 55).

De acordo com Carlos, (1992, 1994, 2011, 2012 e 2015) os indivíduos foram alterando os espaços desde o momento que deixaram de ser nômades, a partir de então teve início a vida sedentária coletiva e como ela veio a necessidade de alterar mais áreas para abrigar a população que começou a crescer e a produzir mais alimentos. Para Carlos (2011), a produção do espaço urbano reflete na reprodução da vida, visto que, a prática social se realiza no espaço, o que implica em refletir a relação entre sociedade e espaço e as medições entre eles na constituição da sociedade. A autora destaca ainda que “[...] a produção do espaço situa-se num ponto da história da humanidade quando o trabalho, sua divisão e a organização do grupo foi suficiente para transformar a natureza em produto humano”, o que resultou no desenvolvimento social contribuindo, assim, para a produção do espaço “[...] na construção da cidade, a natureza adquire a condição de matéria-prima, condição inicial sobre a qual recai o trabalho humano” (CARLOS, 2011, p. 98).

Assim, essa afirmação de Carlos (2011) deixa evidente que existe ligação direta entre a sociedade e o espaço urbano, nos quais a interação de ambos foi materializada.

É nesse sentido que ressaltamos que no Brasil, a terra passou a ter valor comercial após 1850, foi a partir de então que foi tratada como produto humano, com a criação da Lei das Terras houve a diferenciação entre áreas privadas e públicas. Anteriormente, a posse das terras ocorria através da concessão da coroa ou por simples ocupação, somente a partir desta Lei que a coroa portuguesa começou a leiloar as terras desocupadas.

De acordo Whitaker Ferreira (2005), alguns dos efeitos causados pela criação da Lei das Terras foram: a ascensão da elite latifundiária que passou a ter acesso facilitado a mais terras; a diferenciação entre áreas públicas e privadas, a proibição do tráfico negreiro (1831) ; a mudança no padrão de medida da riqueza (anteriormente era feito pela quantidade de escravos e passou a ser medida pela quantidade de terras); o incentivo à vinda dos imigrantes europeus para o Brasil; e posteriormente, nasce o Código de Postura que excluía a população mais pobre as áreas centrais, entre outros desdobramentos.

Em suma, Whitaker Ferreira (2005) afirmou que nesse período os ingleses eram os principais fornecedores de produtos para o mercado consumidor interno brasileiro, com interesses crescentes e a Revolução Industrial acontecendo de maneira acelerada na Inglaterra, logo houve a necessidade de abrir novos mercados consumidores o que só seria possível se houvesse população com renda para consumir. Assim, o tráfico negreiro foi proibido, e posteriormente a escravidão foi abolida para que os caminhos dos imigrantes europeus assalariados se abrissem.

Diante disso, a Lei das Terras diferenciou o público do privado e garantiu a manutenção do sistema onde a população mais abastada tinha acesso facilitado à terra, enquanto os escravos libertos e os imigrantes não, isso fez com que a população de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro que começavam seu processo de industrialização aumentassem muito em pouco tempo sem que tivessem condições de absorver essa população.

Para Whitaker Ferreira (2005), foi nesse período que surgiram os cortiços e favelas, e com eles nasceram também problemas como ausência de saneamento básico (luz, água, esgoto) e a proliferação de epidemias no meio urbano entre outros. Em resposta aos problemas causados pela falta de infraestrutura foi criada uma

legislação urbana, que visava além da implantação do saneamento, melhorar visualmente os espaços urbanos. Essa legislação favoreceu a população abastada, além de ter expulsado a população pobre de áreas consideradas privilegiadas, marginalizando-a cada vez mais. Portanto, a sociedade tornou-se complexa com o nascimento e a intervenção do capitalismo, da industrialização, da modernização, da urbanização. Também vão surgindo novos meios, métodos, maneiras de se resolver problemas. Dessa forma, a sociedade e o espaço foram se modificando de maneira contínua e (re) produzindo-se.

Visando ter uma melhor compreensão da produção do espaço urbano o tópico 1.2 objetiva tecer considerações a respeito dos principais agentes que atuam na (re) produção do espaço urbano, destacando as principais características.

1.2 Os agentes produtores do espaço urbano: reflexões sobre as diferentes dinâmicas de atuação

No tópico anterior, apresentamos reflexões teóricas relacionadas à (re) produção do espaço urbano pela ação da sociedade. Dessa forma, entendemos que esse espaço foi produzido e alterado por indivíduos que compõem a sociedade de acordo com as suas necessidades e características culturais, sociais, históricas e geográficas.

De modo geral, todo indivíduo é um agente produtor do espaço, que atua sobre ele de diferentes formas. Para Corrêa (1989), os agentes produtores são: os proprietários dos meios de produção, especialmente os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os agentes sociais excluídos.

Assim, compreendemos como proprietários dos meios de produção, os grandes proprietários da indústria e do comércio, que atuam diretamente na produção do espaço por meio da influência que exercem na área que ocupam. Pois, são capazes de modificar o espaço bem como, os usos da terra. Em locais onde a indústria predomina são criadas áreas específicas para instalação e desenvolvimentos dessas atividades.

Como proprietários fundiários, entendemos que eles são os possuidores de terras que, com intuito de obter mais renda da terra buscam incorporá-la ao perímetro urbano. Dessa maneira, vão atuar no espaço de diversas formas, pressionando o

Estado na transformação do solo rural em urbano por meio de leis uso do solo e do zoneamento urbano. Ressaltamos que quando essas áreas são bem localizadas atraem investimentos e pressionam o Estado para instalação de infraestrutura, ocorrendo uma valorização da área. Porém, quando essas áreas são mal localizadas não conquistam o interesse de investidores, muitas vezes essas áreas se tornam loteamentos populares com estrutura básica, buscando atender ao público de baixa renda, onde as moradias podem ser construídas pelo sistema autoconstrução ou conjuntos habitacionais construídos pelo Estado.

Os promotores imobiliários abarcam diversas funções que fazem parte do processo de aquisição da casa própria de alguma forma desde a incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel até a comercialização.

O Estado em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal) possui uma atuação complexa visto que, suas ações estão diretamente ligadas à configuração do espaço, atendendo as demandas da sociedade, além de agir como os demais agentes. Assim, as atitudes do Estado estão condicionadas a interesses divergentes de membros da mesma sociedade.

Por fim, Corrêa (1989, p. 29) afirma, são denominados de agentes sociais excluídos, ou seja, a “[...] parcela enorme da população que não tem acesso, quer dizer, não possui renda para o aluguel de uma habitação descente e, muito menos, comprar um imóvel.” Essa população então, cria outros meios e passa a ocupar cortiços, construir loteamentos periféricos com sistema de autoconstrução e favelas.

De acordo com Corrêa (1989), cada agente influencia de forma distinta e conflitante o espaço devido a interesses divergentes, assim o espaço foi sendo (re)construído, perdendo e ganhando valor de uso, podendo ter formas e funções diferentes. Assim, compreender quais são os agentes produtores do espaço urbano, bem como as suas atuações é relevante para entender as modificações que ocorrem com passar do tempo.

É neste sentido que Corrêa (2011) inclui a lista de agentes produtores como: bancos, companhias de seguro, empreiteiras, empresas ferroviárias e de bonde, fábricas têxteis, firmas comerciais e de serviços, grupos de previdência privada, indivíduos com investimentos, ordens religiosas entre outras. Portanto, afirmamos que a quantidade de agentes que interferem na produção do espaço varia de espaço para espaço.

Esses agentes não atuam de maneira independente, visto que é a interação entre eles que determina as alterações que são materializadas. O capital é outro fator que atua de maneira significativa na relação dos agentes. Assim, Corrêa (2011) destaca que:

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problema para uma enorme parcela da população (CORRÊA, 2011, p. 47, grifo nosso).

No espaço urbano também se materializam as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista. Corroborando com Corrêa (1989; 2011), Carlos (1992) afirma que os interesses do capital, a ação do Estado, a luta dos habitantes contra a segregação espacial e o direito de uso da cidade se misturam no espaço urbano. Tal afirmação indica que a produção do espaço e os agentes produtores quando analisados pelo viés interdisciplinar, ou seja, por diferentes pesquisadores, proporcionam-nos diferentes olhares sobre a (re)produção do espaço de acordo com as diferentes intencionalidades dos atores envolvidos que fizeram com que o espaço se modificasse de acordo com os seus interesses.

Corrêa (2011, p. 43) destaca que a produção do espaço “[...] é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias portadoras de contradições e geradores de conflitos eles mesmos e com outros seguimentos da sociedade”.

Logo, o espaço foi (re)produzido de acordo com a relação entre os agentes produtores que poderiam assumir mais de um papel na dinâmica do processo. Nesse aspecto, um latifundiário poderia ser também um empresário e atuar no setor imobiliário. São as relações entre os agentes que determinaram como o espaço foi reproduzido no modo de produção capitalista, que visou cada vez mais acumulação e gerou conflitos com os indivíduos que não tinham recursos suficientes para entrar nessa luta e foram marginalizados.

Vivemos em uma sociedade onde as leis garantem direito de acesso a todos, seja pelo Estatuto da Cidade ou pela Constituição Federal, porém essas mesmas leis favorecem a poucos e dificultam o acesso pelas classes menos afortunadas, que foram e ainda são a maior parte da população, o que reforçou a importância da

discussão com relação a esses agentes sociais excluídos. Pois, é essa parcela da população que sofre diariamente com a opressão de um sistema capitalista injusto que sempre privilegiou uma determinada classe em detrimento a outra; é importante dizer que as políticas públicas e as leis que estimulam a ocupação do solo no Brasil não atendem a maior parte da população desassistida.

A falta de estrutura adequada no espaço urbano gerou muitos problemas como proliferação de doenças, desemprego, subemprego, empregos mal remunerados, subnutrição, entre outros (CORRÊA, 1989). É importante lembrar também que as implantações de infraestrutura nesses lugares trouxeram melhores condições de vida e valorização, acarretando a exclusão de parte dessa população que foi se abrigar em outros espaços como pontes, viadutos e ruas. Por fim, a produção do espaço foi e ainda é condicionada aos desejos e intencionalidades dos diversos agentes produtores, isto é, auxiliam na manutenção do sistema capitalista de produção e suas contradições, ampliando as distâncias entre as classes sociais.

1.3 As contradições na produção do espaço

Vimos nos tópicos anteriores que o espaço foi sendo produzido e (re)produzido desde o momento em que os indivíduos fixaram residência no território e deram início a uma sociedade sedentária, que já possuía uma certa divisão de trabalho. Tal ação fez com que a população aumentasse (em virtude da ampliação na produção de alimentos), o que gerou a necessidade de ocupar mais espaços, produzir mais alimentos, desenvolver novas técnicas de cultivo, enfim começaram a se desenvolver no espaço e a alterá-lo de acordo com as suas necessidades.

Em uma sociedade complexa e cada vez mais urbanizada, os agentes produtores do espaço atuam, inúmeras vezes, de forma contraditória, visto que os interesses desses agentes nem sempre estão alinhados, o que gera conflitos e torna o espaço urbano ainda mais divergente.

Assim, o modo de produção capitalista se pauta na concentração e na reprodução ampliada do capital, o que favorece alguns grupos sociais em detrimento de outros, tornando o espaço urbano contraditório. Porém, fica o seguinte questionamento: o que são e onde estão as contradições?

Segundo Carlos (1992), as cidades no modo de produção capitalista estão vinculadas a seis características que são: a divisão do trabalho; a divisão da sociedade em classes; o acúmulo de tecnologia; a produção de excedente agrícola em virtude da modernização da agricultura, um sistema de comunicação e a concentração espacial de atividades não agrícolas. O capital atua diretamente nas relações que vão se criar a partir desses itens e determinam como o espaço foi alterado.

Carlos (1992) afirma que as contradições estão expressas nos pilares da sociedade de classes e manifestam a segregação evidente na apropriação da terra. A contradição está justamente no processo, visto que quanto mais o capital (re)produz espaço, mais valor ele agrega ao solo e, desse modo, exclui a população de menor renda. No modo de produção capitalista é evidente a desigualdade na distribuição da produção e do capital, assim, o uso do solo sempre esteve apoiado em conflitos e lutas.

O espaço urbano é fruto de uma sociedade produzida de maneira desigual, logo a sua reprodução ocorre do mesmo modo. Com isso, esse espaço é transformado em mercadoria através do capitalismo que altera o uso do solo, gera a especulação fundiária urbana, provocando a valorização do solo urbano em algumas áreas em detrimento a outras, bem como a segregação socioespacial e residencial. Esse processo de centralização e concentração de riquezas é outro fenômeno contraditório que influenciam a configuração da paisagem.

Entre os exemplos de conflitos no espaço urbano, elencamos a disputa pelo uso do solo urbano e o acesso ao centro da cidade para inúmeros usos. Para Corrêa (1989), a área central é ponto de referência de ofícios como comércio e serviços, sede do poder público, atividades financeiras, dentre outras. Outra característica que diferencia a área central das demais áreas da cidade é a verticalização, ou seja, a presença marcante de edifícios/prédios que auxiliam na valorização do centro, o que implica em gastos maiores e traz como consequência uma seleção de atividades onde os setores, que não necessitam de uma localização privilegiada, vão para áreas onde o custo de manutenção é menor. Esse processo é denominado de descentralização e contraria o processo de centralização, consiste no espraiamento da cidade, ou seja, as empresas e a população que vivia no centro da cidade se mudavam para outras áreas em busca de aluguéis mais baratos, redução nos custos de vida/manutenção, possibilidade de expansão, entre outros.

Dessa forma, as incoerências presentes no processo de produção do espaço estão ligadas diretamente nas bases da sociedade divididas em classes, nas quais alguns indivíduos foram privilegiados e outros não, tirando da maioria os direitos básicos, como o direito à habitação. Dessa maneira, a segregação reforçou a divisão de classes e consequentemente os conflitos existentes no espaço urbano. Por conseguinte Corrêa (1989, p. 64) afirma que a classe dominante: “[...] segrega outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano”. Para o autor, o Estado atua indiretamente nesse processo de segregação. Corroborando com Corrêa (1989), Lefebvre (1999) argumenta que:

Esse espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições. O centro urbano é preenchido até sua saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes, invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si o vazio, a raridade (LEFEBVRE, 1999, p. 46).

O autor deixa claro que a paisagem urbana estava impregnada das marcas desses conflitos constantes. Destaca ainda que um dos impasses relevantes mais vividos pela sociedade ocorreu entre a: “[...] socialização da sociedade e a segregação generalizada”, assim somente a classe operária poderia se libertar da segregação que vive (LEFEBVRE, 2001, p. 48).

É importante ressaltar que o espaço é produzido de acordo com os indivíduos que o habitam, assim, o processo nunca é igual, pois pode trazer características específicas de cada cultura, época, sociedade e lugar. De acordo com Lefebvre (2001):

O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições [...] de sorte que todo espaço urbano foi, é, e será concentrado e poli(multi)cêntrico. A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão. [...] Um pensamento caminho da unidade concreta efetua a retomada das particularidades, promovidas à posição de diferenças: locais, regionais, nacionais, étnicas, estéticas etc. (LEFEBVRE, 2001, p. 46-47).

Com base no exposto, podemos entender que a produção do espaço engloba comunidades, distritos, municípios, capitais enfim, cada qual possui suas próprias contradições e ritmos de desenvolvimento específicos de cada lugar que sofreu

influência direta do tempo histórico. Sendo assim, o espaço foi e ainda é a essência da produção do espaço urbano por ser contraditória e constante.

Após nossas reflexões, compreendemos que as cidades e o urbano a partir do surgimento do capitalismo se tornaram ambientes de luta por espaço, luta de classes, luta por direito, luta por melhores condições de vida, luta por emprego, enfim lutas eternas, que foram e são oriundas de uma sociedade que nasceu desigual, que cresceu de maneira desigual e assim permaneceu, concretizando desigualdades de várias formas, através da segregação, da arquitetura, da ocupação de determinadas áreas por grupos específicos. Tornou mercadoria as necessidades básicas dos indivíduos sem proporcionar a todos as mesmas condições de aquisição, o que reforçou o abismo que existe entre os membros de uma mesma sociedade.

Na sequência no tópico 1.4 intitulado “o direito à cidade: breves reflexões”, buscamos tecer considerações referentes ao direito à cidade tendo por base teórica o pensamento de Henry Lefebvre, seguido dos autores como Maricato e Saule Junior.

1.4 O Direito à cidade: breves reflexões

Tendo em vista as contradições existentes na produção do espaço urbano, propusemos o seguinte questionamento: Quem tem direito à cidade? De acordo com Saule Junior (2019, p. 147) “[...] é adotada a mesma compreensão estabelecida para o direito ao meio ambiente. Os titulares desse direito são as presentes e futuras gerações [...]”. O intuito nessa etapa da pesquisa é debater a quem esse direito é atribuído, pois como demonstramos anteriormente, ele é limitado, visto que beneficiou somente algumas camadas da sociedade.

No âmbito internacional alguns dos marcos referentes ao direito à cidade foram a Carta Mundial do Direito à Cidade, a Plataforma Global do Direito à Cidade e a Nova Agenda Urbana aprovada na Conferência das Nações Unidas (Habitat III) de 2016.

A Carta Mundial do Direito à Cidade de 2005 determina como direito “[...] o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social [...]” (SAULE JUNIOR, 2019, p. 148). Ampliando o significado do conceito, o direito à cidade passou a abranger todas as camadas da sociedade sem distinção, além de considerar a memória local e definir como território o espaço

urbano e a área rural próxima, apresenta ainda duas definições de cidade, conforme especificado a seguir:

Nessa carta, o conceito de cidade possui duas acepções. Por seu caráter físico, a cidade é toda metrópole, urbe, vila ou povoado que esteja organizado institucionalmente como unidade local de governo de caráter municipal ou metropolitano, incluindo tanto o espaço urbano como o entorno rural ou semirrural que forma parte de seu território. Como espaço político, a cidade é o conjunto de instituições e atores que intervêm na sua gestão, como as autoridades governamentais, legislativas e judiciárias, as instâncias de participação social institucionalizadas, os movimentos e organizações sociais e a comunidade em geral (SAULE JUNIOR, 2019, p. 148).

A Carta Mundial do Direito à Cidade de 2005, ainda aponta que todos os sujeitos que participam, de maneira permanente ou não, das cidades são considerados cidadãos(ãs), ou seja, todos são cidadãos independente de credo, cor, raça renda, etc. Quanto à Plataforma Global do Direito à Cidade de 2014 e a Nova Agenda Urbana são frutos da Carta Mundial do Direito à Cidade de 2005. A plataforma é internacional e disponibiliza dados de organizações, e governos definem como a cidade é um bem comum a todos, também definem que quem tem direito à cidade são as gerações presentes e futuras, assim como a Nova agenda Urbana, a diferença ocorre em algumas definições como a de território que a Nova Agenda compreende como qualquer tipo de assentamento humano, o que traz uma visão inclusiva do direito à cidade a produzir espaço.

Diante de tamanha importância e discussão, o direito de desfrutar das cidades se transformou com o tempo, passou de necessidade para direito, posteriormente como *status*. A moradia começou a ser vista de outra forma, a ação do setor privado e o acesso limitado tornou-a produto, assim como qualquer produto possui regulamento e legislações a serem seguidas, o que afeta diretamente na produção do espaço, na valorização, na ocupação e no uso do solo.

Lefebvre (2001) expõe que o direito à cidade vai além de uma visita, mas, sobretudo, está ligado à vida urbana e tudo o que ela poderá proporcionar. Nesse sentido, o direito ao acesso a serviços, dispositivos e infraestruturas.

No seio dos efeitos sociais, devido à pressão das massas, o individual não morre se afirma. Surgem *direitos*; estes entram para os costumes ou em prescrições mais ou menos seguidas por atos e sabe-se bem como estes “direitos” concretos vem completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscrito no frontão dos edifícios pela democracia quando de seus primórdios revolucionários: direitos das idades e dos sexos (a mulher, a crianças, o velho), direitos das condições (o

proletário, o camponês), direitos a instrução e à educação, direito a trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação (LEFEBVRE, 2001, p. 116).

Assim, o direito à cidade deve ser a expressão maior da liberdade. Porém, a questão central foi o cerceamento do acesso, ou seja, por mais que existisse o direito este foi vetado por fatores como a própria produção do espaço que super valorizou algumas áreas limitando a aquisição ou utilização de todos; a ação dos agentes que foram regulamentando os usos do solo; pela localização que levou as populações de menor renda a viver em áreas marginalizadas ou ainda a ocupações irregulares.

De modo geral, Lefebvre (2001) fez vários apontamentos sobre o direito ou pseudodireito (como afirmou) à cidade. O urbano está em constante movimento de transformação, sofrendo interferência do tempo histórico, da práxis (prática social) o que com o tempo deu características diferentes ao espaço, indicou que para compreensão efetiva dessas modificações constantes, a chamada ciência da cidade utilizou-se de métodos, estudos, análises, conceitos de outras áreas, destacando o papel da interdisciplinaridade.

Em sua análise Lefebvre (2001) destacou em vários momentos a importância da classe operária na produção do espaço através do apontamento e resolução dos problemas urbanos, tendo em vista que essa classe também pode ser beneficiada pelas transformações da sociedade e do espaço

Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de *reforma urbana* põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, aquilo que resta da realidade urbana. Em si mesma *reformista*, a estratégia de renovação urbana se torna 'necessariamente' revolucionária não pela força das coisas, mas contra as coisas estabelecidas (LEFEBVRE, 2001, p. 113).

Mesmo estando segregada, a classe operária é essencial para manutenção da sociedade que passa por mudanças em suas estruturas e exige um diálogo constante entre teoria e prática, ciência e política, no sentido de atuar na contribuição e na elaboração de projetos que oferecem alternativas maleáveis de reformas urbanas e auxiliariam no desenvolvimento da sociedade.

Assim, Lefebvre (2001) destacou que a classe operária, a qual Corrêa (1989) chama de agentes sociais excluídos não são somente os operários das fábricas, mas

a parcela da população que vende sua mão-de-obra para sobreviver, ou seja, todo indivíduo que não possui meios de produção.

Historicamente, as contradições foram vivenciadas pela classe operária e as lutas por melhores condições desencadearam o surgimento de seus direitos, o que reforçou a individualidade dos sujeitos, direitos esses que foram revolucionários para alguns grupos da sociedade como mulheres e idosos.

Como já mencionamos, estamos falando do direito da população de viver no espaço urbano de maneira digna, ou seja, direito à cidade e a tudo que ela pode oferecer, direito à saúde, moradia adequada, saneamento básico, educação, direito de frequentar parques, praças, shoppings, entre tantos outros.

Sarlet (2008) destacou que foi a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948 que o direito à moradia passou a ser considerado como direito fundamental ao ser humano, posteriormente outras declarações e cartas também passam a se referir à moradia como direito fundamental como ocorreu, por exemplo, com o Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (1966), a carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Assim, podemos considerar que a moradia pode ser entendida como direito fundamental da humanidade. Desse modo, a moradia passa a ser tratada de outra forma, como necessidade básica e está ligada diretamente ao direito à cidade e seus desdobramentos. Corroborando com Sarlet (2008), os autores Bernardi; Meda (2017) destacam que:

Implica dizer que a concretização do direito à moradia afeta diretamente outros direitos, seja uma efetivação parcial ou total, em caráter de transversalidade é reconhecida a importância do direito à moradia para a realização de demais direitos como, por exemplo, os direitos da personalidade (BERNARDI; MEDA, 2017, p. 23).

No Brasil Sarlet (2008) afirma que os art. 1º, inciso III e no art. 6 da Constituição Federal normatizam que a moradia e fez/faz parte do direito fundamental da pessoa humana. De modo geral, as políticas públicas brasileiras até o momento, não dão conta de atender a demanda por moradia digna para a população (principalmente a classe mais baixa) mesmo fazendo parcerias com instituições privadas.

Ressaltamos também o importante papel do Estatuto das Cidades no reconhecimento do Direito à cidade, visto que segundo Saule Junior, (2019, p. 147), “[...] em razão do Estatuto das Cidades ter sido pioneiro como uma legislação nacional que incorpora o direito à cidade na dimensão legal e institucional [...]”. O autor ainda

completou que, o Estatuto levou mais de 10 anos para ser elaborado devido a interesses políticos divergentes. Durante esse período, o até então considerado direito urbano passou a ser discutido considerando também os direitos humanos, do meio ambiente e a sustentabilidade, o que posteriormente deu origem ao direito à cidade, como expõe Saule junior (2019, p. 146), “[...] são compreendidos como seus componentes a terra urbana, a moradia, o saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, o transporte e os serviços públicos, o trabalho e o lazer[...]”. Para Bernardi; Meda (2017):

[...] o conteúdo do direito à moradia adequada é composto por sete elementos, quais sejam, a segurança jurídica da posse, infraestrutura de serviços e materiais, gastos suportáveis, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural. Inicia-se, assim, por uma explanação acerca da segurança jurídica da posse (BERNARDI; MEDA 2017, p. 24)

Quanto à parcela da população que possui esse direito, podemos afirmar que todas as classes os têm garantidos inclusive por lei, porém como as políticas públicas são historicamente ineficazes e estão voltadas, na maioria das vezes, para as classes sociais que mais detêm o acúmulo de capital, por conseguinte, o acesso a todos é dificultado, ou seja, pela valorização dos imóveis próximos ao centro, pelos baixos salários que não permitem que os indivíduos aluguem ou adquiram sua casa própria e pela ineficácia dos programas habitacionais resultando, assim, no processo de segregação que se acentuou com o capitalismo e com a deficiência do Estado. Maricato (2013, p. 19) complementa que as ideias apresentadas ao analisar os movimentos sociais paulista que se manifestam pelo direito a um transporte coletivo descente, afirma que: “[...] as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda”.

Assim, salários elevados favorecem a valorização dos imóveis, porém os aumentos não ocorrem na mesma proporção, logo o abismo entre o trabalhador e a casa própria se expande. A luta constante para a conquista de direitos não terminou, se transformou em luta pelo reconhecimento desses direitos, que continuam a ser negados pelo capital, as cidades tornaram-se mercadoria, bens de uso e troca o que gerou conflitos entre a população que queria habitar e os que queriam obter lucro. Segundo Maricato (2013) as:

Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas - transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, 2013, p. 20).

A atuação do Estado tem sido determinante para que o acesso da população de menor renda seja garantido, o que não raramente é utilizado como moeda de troca em períodos eleitorais. As grandes cidades guardam a história de uma sociedade que vive nesse espaço, carregando o ideal de progresso e modernidade. Essas cidades são atrativas para diversas classes sociais que as transformam constantemente, mantendo-as vivas, portanto, inviabilizar o acesso da população de baixa renda a tudo que essas cidades podem oferecer é muito arbitrário.

No próximo capítulo denominado de: “A produção do espaço urbano, os loteamentos e conjuntos habitacionais em Campo Mourão”, apresentaremos uma breve contextualização da história e da geografia sobre o município, seguida da análise de produção do espaço a partir dos loteamentos e conjuntos habitacionais instalados a partir da década de 1950 até a década de 2010.

CAPÍTULO 2

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, OS LOTEAMENTOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS EM CAMPO MOURÃO

Este capítulo objetiva compreender a produção do espaço urbano de Campo Mourão, destacando os loteamentos e os conjuntos habitacionais. Para tanto, estruturamos em 10 tópicos, sendo o primeiro intitulado “a história e a geografia da ocupação de Campo Mourão”. Este tópico objetiva tecer considerações a respeito do processo de ocupação do município. Para facilitar a compreensão do leitor, dividimos este tópico em um subtópico denominado: “características gerais de Campo Mourão”.

2.1 A História e a Geografia da ocupação do município de Campo Mourão

Os primeiros relatos da presença portuguesa na região de Campo Mourão são de 1770, quando passou pela região a expedição de Afonso Botelho, juntamente com Estevão Ribeiro Baião. O intuito era explorar as terras paranaenses em meio à mata fechada. No percurso pelo interior eles se depararam com um campo aberto, o qual foi batizado de “Campus do Mourão” em homenagem a Dom Luiz Antônio Ribeiro de Souza Mourão (ONOFRE, 2005). As primeiras expedições não resultaram na ocupação permanente da região, caracterizaram-se apenas pela passagem e reconhecimento do território.

O povoamento da região de Campo Mourão tomou um primeiro impulso nos anos de 1880/81, quando expedicionários de Guarapuava, buscando expandir a cultura de gado bovino, começaram a fixar-se no território. Assim, com a expansão pecuária, o russo Jorge Walter juntamente com outros latifundiários guarapuavanos investiram na criação de gado na região. Para Onofre (2005),

Essa frente de expansão atingiu a região de Campo Mourão, no ano de 1880/1881, quando expedicionários guarapuavanos, almejando a criação de bovinos, penetraram nos campos dessa localidade. Dessa ocupação, realizou-se um registro coletivo de posse, em 1893, no município de Guarapuava, abrangendo uma área de 60.000 hectares, sendo 2.000 hectares para cada proprietário (ONOFRE, 2005, p. 52).

Segundo Simionato (1996), a fase de colonização teve início em 1903, com a chegada das famílias de José Luiz Pereira, Luiz Pereira, Miguel Luiz Pereira, Américo Pereira Filho, Luiz Silvério, Cesário Manoel dos Santos, Ananias Luiz Pereira, Jose Luiz Pereira Sobrinho, Bento Gonçalves e Jorge Walter que investiram na agropecuária. Inicialmente o cultivo era feito apenas para subsistência e os animais eram criados em campos abertos.

Com o passar do tempo e principalmente em virtude das dificuldades de locomoção, começaram a surgir pequenas vendas, pois a viagem até Pitanga, cidade mais próxima, durava cerca de 20 dias. Em 1904 existia apenas uma parteira para atender a todos que residiam nas terras de Campo Do Mourão. Era grande a presença de ervas medicinais na localidade, as quais auxiliavam no cotidiano dos moradores que não tinham acesso a serviços básicos, como saúde e educação (SANTOS JUNIOR, 2018, p. 101). Diante disso, Carvalho (2012) pontua que:

Em 1921, porém, a população do distrito policial e judiciário era oficialmente de 200 moradores, já em 1934 a população do distrito era de 2.000 mil habitantes. Em 1940 o distrito possuía 11.964 habitantes. O município de Campo Mourão foi criado em 1947 e já em 1950 possuía oficialmente 32.675 habitantes (CARVALHO, 2012, p. 193).

Complementando, Simionato (1996) afirma que em 1925, Campo Mourão tornou-se oficialmente distrito de Guarapuava, e aos poucos foram ocorrendo transformações na paisagem, já em 1930 foi erguida a primeira igreja. Em 1934, finalizaram os estudos as primeiras turmas da escola de Campo Mourão. Em 1938, foram delineadas as ruas, marcando o centro, estabelecendo a sede do distrito. Em dezembro de 1942 surge a paróquia São José.

Weber e Pagliarini Junior (2019) expõem que até 1940 a ocupação ocorrida no oeste do Paraná era nuclear, desordenada, o que trouxe como ônus certo desperdício de terras, além da desconexão com as áreas mais povoadas a leste. Afirmam ainda que há um consenso entre os geógrafos de que a colonização da região de Campo Mourão teve início de fato após 1940, quando o Estado toma frente e passa a dividir e vender terras. Assim, Weber e Pagliarini (2019) destacam que:

Os geógrafos criam todo um inquérito para verificar como o Estado deve agir, mapeiam os problemas e propõe soluções ao Estado. Estão conectados ao serviço de um modelo gestor de ordenamento estatal do território. Para distribuir o corpo social e dividir as terras os geógrafos produzem o inquérito, alertam a máquina estatal para o

perigo da distribuição desordenada desses corpos (WEBER; PAGLIARINI JUNIOR, 2019, p. 64).

Acrescentando, Andrade (2013) afirma que o governo do Estado via na colonização uma forma de desenvolvimento econômico, seja mediante a venda das terras, da extração de madeira (figura 1), da implantação de outras culturas e crescimento da agropecuária.

Figura 1– Extração de Madeira de Lei, 1941



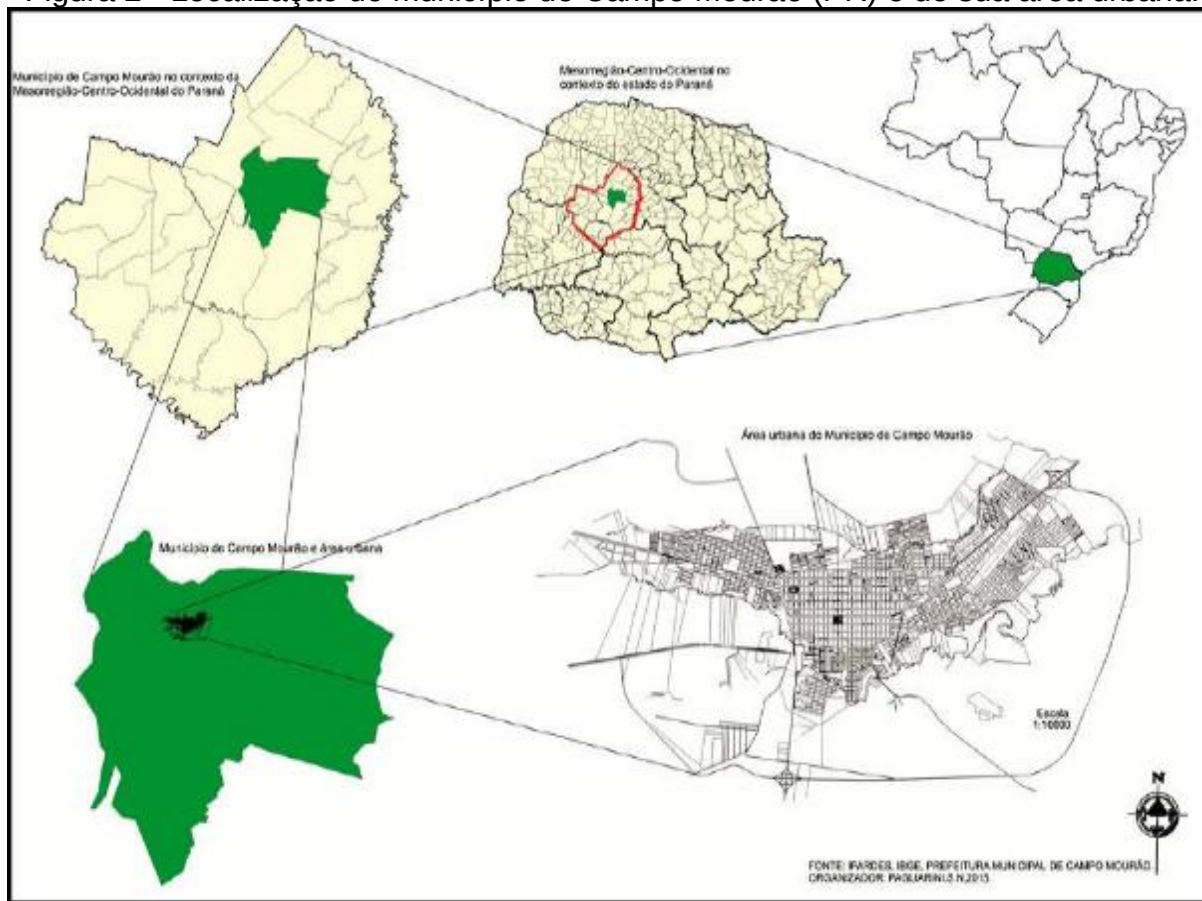
Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

Contudo, fica evidente que os interesses econômicos foram de fato o fator com maior peso na produção do espaço de Campo Mourão. Com intuito de ocupar o território e promover o “crescimento econômico”, o poder público estimulou o acesso à terra e a implantação de novas culturas agrícolas. A vida nas colônias não foi nada fácil, o acesso a recursos como saúde e até mesmo alguns produtos para alimentação eram escassos. Com as políticas de ocupação/expansão, aos poucos ocorreram melhorias na região de Campo Mourão, por meio da abertura de estradas, construção de escolas, postos de saúde, novos comércios e crescimento da agricultura ao deixar de ser de subsistência, tornou-se importante para economia do município.

2.1.1 Características gerais de Campo Mourão

O município de Campo Mourão está localizado a cerca de 477km da capital Curitiba, com as seguintes coordenadas de referência: Latitude: 24° 2' 46" Sul e Longitude 52° 23' 2" Oeste; com uma área de aproximadamente 746,5km². A figura 2 apresenta a localização do município de Campo Mourão.

Figura 2 - Localização do município de Campo Mourão (PR) e de sua área urbana.



Fonte: MORIGI, J. B. (2016). Organizado por: PAGLIARINI, S. N. (2015)

Em 10 de Outubro de 1947, o governador Moysés Lupion assinou a emancipação política de Campo Mourão (Portal do Município, 2020). Em 1950, o território de Campo Mourão contava com uma população de 32.675 habitantes e com as áreas dos municípios de Cruzeiro do Oeste, Araruna, Goio-êre, Rondon, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Terra Boa, Cianorte e Jussara.

Nesse período existiam plantações de milho, mandioca, cana-de-açúcar, abacaxi, algodão, arroz, feijão e café, além de criação de porcos, galinhas e bois. Em 1954, havia agricultura, pecuária e a indústria extrativista e encontravam-se

plantações de milho, café, trigo, feijão, algodão, laranja, centeio e batata inglesa; criação de bovinos e suínos (SANTOS JUNIOR, 2018; SIMIONATO, 1996; IBGE, 2020; PORTAL DO MUNICÍPIO; 2020).

Conforme o Portal do município (2020), o solo predominante é do tipo latossolo roxo com textura argilosa de profundidade, alta fertilidade e grande aptidão para atividade agrícola intensiva. Quanto a Hidrografia, é parte da bacia hidrográfica do Rio Paraná, o rio de maior importância é o Rio Mourão, além dele também se destacam os rios Km119 e o Rio do Campo. Devido a topografia de vale, possui alto potencial hidrodinâmico que é utilizado pela Usina Mourão. Faz limite com os municípios de Peabiru ao norte, Barbosa Ferraz a nordeste, Luiziana ao Sul, Corumbataí do Sul ao leste, Farol e Mamborê ao oeste e Araruna a Noroeste (IBGE, 2020).

O quadro 1 e a figura 3 demonstram como a população do município variou entre os anos de 1940 e 2010, entre os fatores que influenciaram nessa mudança, podemos destacar as alterações ocorridas no território mourãoense devido aos desmembramentos e anexação de áreas, distritos que foram emancipados como é o caso de Farol que se tornou município em 1993, como aponta o site do próprio município.

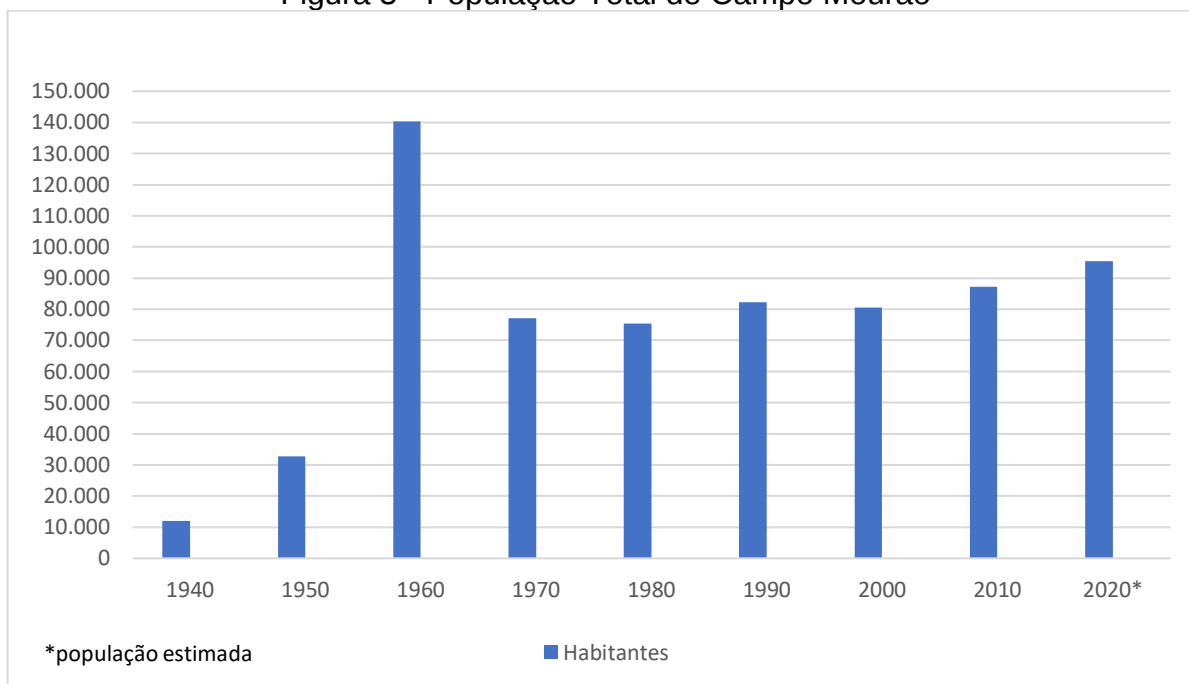
Quadro 1- População Total em Campo Mourão

Ano	População
1940	11.964
1950	32.675
1960	140.362
1970	77.118
1980	75.423
1991	82.318
2000	80.476
2010	87.194
2020*	95.488*

Fonte: Banco de dados Sidra - IBGE. *População estimada
Organizador: COELHO, S. de A. (2020).

Vale ressaltar que a redução na população total a partir da década de 1970 também foi influenciada pelos desmembramentos que o município sofreu no decorrer do tempo, que tornaram distritos em cidades.

Figura 3 - População Total de Campo Mourão



Fonte: Banco de dados Sidra - IBGE.
Organizador: COELHO, S. de A. (2020).

Fato é que com o aumento da população, começam a surgir problemas e a necessidade de estruturas para atender os moradores como, habitação, saúde, comércio, serviços etc. Segundo Corrêa (1989, p. 9), o espaço urbano apresenta as “[...] ações que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”. O autor salienta ainda que “[...] a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável” assim podemos ressaltar que existe uma organização a partir “de uma mutabilidade que é complexa, com ritmo e natureza diferenciados”.

Podemos destacar a importância da migração para a ocupação territorial. Os migrantes trouxeram, além de sua mão de obra, costumes, culturas, comportamentos até mesmo idiomas diferentes, o que contribuiu de maneira significativa para a constituição da sociedade. Com a vinda deles houve também influência, de maneira positiva, nas práticas da agricultura por meio da inserção de novas técnicas agrícolas e da diversificação de culturas, o que fortaleceu a economia, dando subsídio para o desenvolvimento do comércio.

Assim, as cidades que se destacaram com o processo de urbanização passaram a atrair boa parte da população dos centros menores. Esse aumento da população urbana ocorreu principalmente a partir do processo de modernização da agricultura ocasionado pelo êxodo rural a partir da década de 1970,

consequentemente o perímetro urbano sofreu alterações constantes pelo processo de migração, urbanização e posteriormente a industrialização nas décadas seguintes tornando-se um centro de atração para as pequenas cidades.

A cidade de Campo Mourão cresceu significativamente a partir da década de 1980, ocorrendo uma expansão urbana por meio de vários loteamentos e conjuntos habitacionais visando atender a demanda populacional. É nesse contexto que Campo Mourão é classificada como uma cidade média. Mas afinal o que são cidades médias?

É importante ressaltarmos que ainda não existe um consenso sobre a definição de cidade média e cidade de médio porte, a demográfica é o critério ainda mais utilizado para a diferenciação, mesmo assim não houve um denominador comum referente aos critérios classificatórios. De acordo com documento apresentado pelo IBGE em 2006 para discussão no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais não existe consenso nem mesmo em se tratando do termo. Para o IBGE (2006, p. 2), “[...] o termo cidade média apesar de muito utilizado não possui uma definição precisa”, são utilizadas diferentes denominações, por exemplo: “cidade intermediária, cidade regional, centro regional ou mesmo cidade de porte médio, quase todas com o mesmo significado”.

Existem dificuldades em conceituar, visto que não há unanimidade nem mesmo em relação ou próprio termo. De acordo com Corrêa (2007), compreender a relação entre demografia, funções urbanas e a organização do espaço intraurbano colaboram para a construção do conceito não somente de cidade média, mas de pequenas, grandes, macrocefalias e metrópoles. Assim, essa deve considerar não somente as características isoladas, mas as relações entre elas.

Ainda segundo Corrêa (2007), o item mais utilizado para categorizar as cidades de modo geral é o tamanho demográfico, porém o próprio autor afirma que existem inconsistências na utilização deste ponto para categorizar completamente os espaços urbanos e destacou o que considera como sendo três dificuldades que este apresenta em relação ao tamanho absoluto, a escala espacial de referência e o recorte temporal. Segundo Corrêa (2007), a cidade média pode ser vista:

[...] como um estado transitório e também um lugar central na hierarquia regional que dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços (CORRÊA, 2007, p. 29-30)

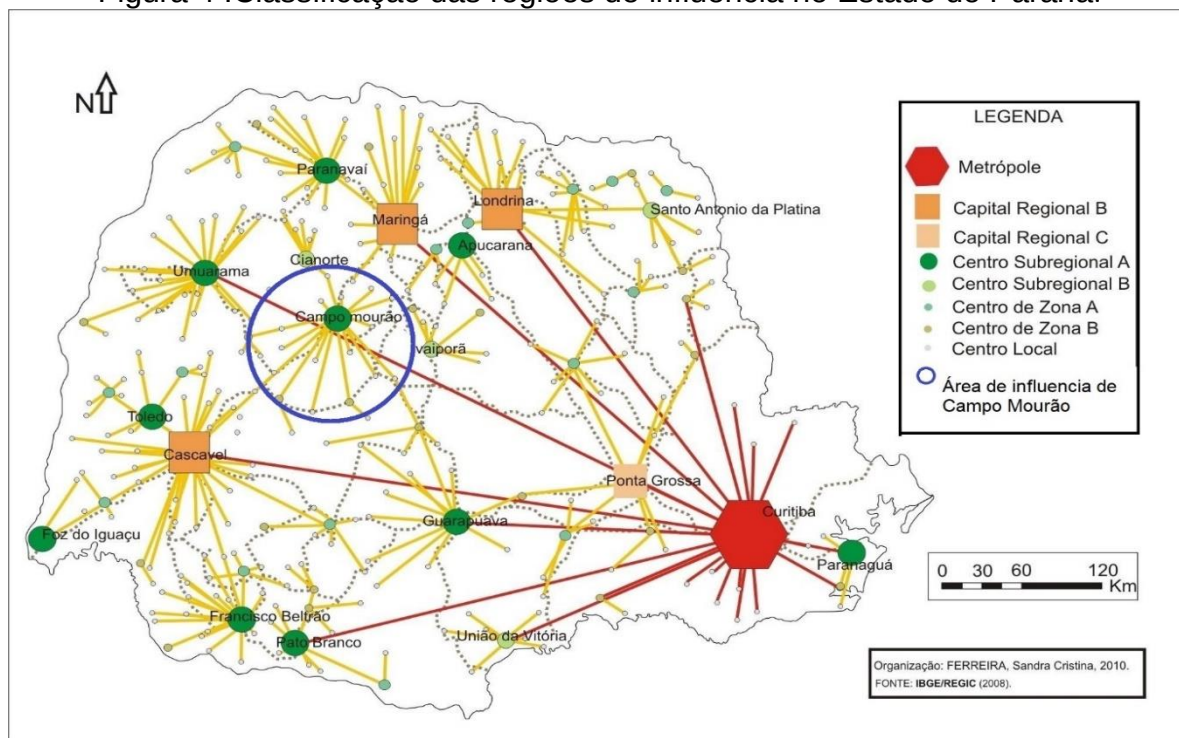
Corrêa (2007) argumenta que as cidades médias se caracterizam como lugar central, centro de drenagem e consumo da renda fundiária e centro de atividades especializadas, porém o que elas têm em comum é uma elite (comercial, fundiária ou empreendedora) que define como as atividades locais são desenvolvidas e como são abastecidas pela metrópole ou por centros maiores, ou seja, um ponto de abastecimento para centros menores, menos especializados e com menos diversidade de produtos e serviços etc. Contudo, elas apresentam características próprias vindas da população local e regional que tem por base em suas necessidades. Dessa forma, compreendemos que as cidades médias são pontos de concentração que podem ser analisados de diversas formas, visto que dentro de sua realidade, atuam de variadas formas no espaço.

Com o exposto, compreendemos que as cidades médias têm papéis diferenciados de acordo com a rede em que está inserida, de qualquer forma ainda atuam como ponto de passagem, ou pelas relações comerciais, ou pela prestação de serviços que as cidades menores do entorno não possuem, porém ainda conservam os ares de cidades pequenas. Desse modo, esse espaço é considerado de transição entre as grandes e pequenas cidades.

Aplicando a ideia à pesquisa que estamos desenvolvendo, identificamos que Campo Mourão faz essa ponte entre as cidades do entorno (menores) com centros maiores como Maringá, Londrina e a Capital Curitiba, que possuem um gama muito maior de serviços em diversas áreas com saúde, educação e comércios dentre outras atividades.

Porém, é relevante compreendermos como Campo Mourão se insere dentro da rede urbana brasileira, para tanto recorreremos aos critérios utilizados pela Região de Influência das cidades brasileiras que divide as cidades em cinco níveis, sendo as metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais, dentro dessas categorias existem subdivisões (A e B), assim, a cidade de Campo Mourão (Figura 4) se enquadra como Centro Sub-Regional “A” a qual está subordinada à Maringá e à metrópole Curitiba, a sua influência regional abrange os municípios da região (Campina da Lagoa, Goioerê e Roncador, classificadas como Centro Regional B, juntamente com as cidades de Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Corumbataí do Sul, Farol, Fênix, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Nova Cantu, Nova Tebas, Peabiru, Quinta do Sol, Terra Boa).

Figura 4 :Classificação das regiões de influência no Estado do Paraná.



Fonte: Revista Raega, 2011, p. 6 – 31. Organizado por: FERREIRA, Sandra Cristina, (2010).

Essa classificação do REGIC (2017) levou-se em consideração que:

A região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas IBGE, (2017, s/p).

Buscando classificar de forma detalhada Silva (2008, p, 149) destaca que o município é um polo regional pois mantém “vínculos com a cidade onde residem, é no polo que buscam por emprego condizente a sua especialização, por serviços do comércio, saúde, educação e lazer [...], pois estes na maioria das vezes, “[...] julgam ser insuficientes ou inexistentes nos municípios periféricos”.

Os tópicos seguintes objetivam compreender os processos produção do espaço do município de Campo Mourão, dando ênfase ao espaço urbano evidenciando a implantação dos conjuntos habitacionais e loteamentos. Para tanto, organizamos o texto por décadas a partir de 1950 até a década de 2020.

2.2. A Produção do Espaço Urbano de Campo Mourão: Década 1950

A partir da emancipação política de Campo Mourão, ocorre significativo crescimento urbano, mesmo que a população ainda vivendo majoritariamente na área rural. No ano de 1950, Campo Mourão contava com uma população de 32.675 habitantes, conforme censo realizado pelo IBGE, dos quais 94% vivendo na zona rural. A figura 5 mostra a principal avenida de Campo Mourão no ano de 1950, com destaque para uma infraestrutura ainda em construção.

Figura 5 - Avenida Capitão Índio Bandeira, 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Campo Mourão.

Com intuito de atender a população residente na região em 1950, entra em funcionamento o primeiro Hospital do município, construído com recursos da secretaria de agricultura do Estado. De acordo com Simionato (1996), no mesmo ano, o governo do Estado criou a Casa Escola que possuía uma única sala de aula para atender as crianças, conhecida também como Escola Isolada de Campo Mourão.

Também em 1950, surge o Instituto Santa Cruz que mais tarde veio a ser chamado como Colégio Vicentino Santa Cruz; a instalação do hospital, bem como da Escola demonstra que existia até então uma estrutura ineficiente na área da saúde quanto na educação, não só do município como na região. Em 1950, iniciam-se as obras de construção do reservatório de água com capacidade de 200 mil litros de

água, além da construção da rede de distribuição de água, foi realizado o projeto da rede de esgoto e a instalação de 1500 postes para rede telefônica, além da chegada de luz elétrica ao município. Por fim, foram entregues os títulos de proprietários a 1500 pessoas (SANTOS JUNIOR, 2018).

Em 1951, novas salas foram construídas na Escola Isolada de Campo Mourão. No mesmo ano surgiu também o primeiro jornal impresso da cidade, chamado de Correio de Campo Mourão, o primeiro meio de comunicação da região. Em 1952, a Escola Isolada de Campo Mourão passou a categoria de grupo Escolar com aproximadamente 280 alunos, o que evidencia o aumento na demanda de crianças frequentando o ambiente escolar, o que mais tarde irá influenciar em índices como o de analfabetismo do município.

Figura 6 - Escola Isolada de Campo Mourão, 1947.



Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

No decorrer de 1951, instalou-se a primeira agência bancária do município, Banco Banestado, e logo em seguida, em 1953, foram abertas agências do Banco Mercantil e Industrial do Paraná (Bamerindus), Banco Nacional de Minas Gerais-Nacional, Banco brasileiro de Descontos – Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco Real e Banco do Brasil. A inserção de agências bancárias no município indicava a sua expansão econômica, visto que uma das suas funções, talvez a mais importante nesse período, fosse a de financiar o comércio e a agricultura. Além disso,

em 1953, foi criada a Escola Normal Regional, o que expressa uma demanda regional de mais escolas, consequentemente de mais professores, daí a necessidade da implantação do curso de formação de professores para atender a demanda regional. Ocorreu no mesmo ano, o cadastro imobiliário e a numeração dos prédios da cidade, dando indícios do início de uma organização espacial do município (SANTOS JUNIOR, 2018; SIMIONATO, 1996).

Um dos marcos mais importantes do ano de 1953 foi a criação da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão – ACICAM. Seu primeiro presidente foi Oscar Franco Wolf, o qual ocupou o cargo até 1955. Inicialmente qualquer pessoa que exercesse algum tipo de atividade econômica como industriais, comerciantes, agricultores e pecuaristas poderiam participar da associação, que ainda abrange toda a região de Campo Mourão, inicialmente devido à ausência de associações comerciais em todos os municípios da região, mesmo priorizando a economia mourãoense, a ACICAM ainda se mantém aberta para os demais municípios da região por ser a associação mais antiga.

Atualmente, para fazer parte da associação é necessário ter CNPJ ativo, visto que a associação é composta por membros dos setores de serviços, comércio e indústria. Sua missão é “Representar e defender a classe empresarial, prestar serviços, promover o associativismo e parcerias público privadas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de Campo Mourão” (ACICAM, 2020). Logo, percebemos o início de uma organização por parte dos comerciantes em busca do crescimento do comércio local, de modo geral, o que impulsionou a criação de outras associações comerciais nos municípios da região com intuito de fortalecer suas economias.

No início de 1954, a criação de suínos e bovinos representava grande parte da economia local (Figura 7), porém o comércio começava a crescer, e, nesse ano, o município é implantada a primeira farmácia.

Foi construída a primeira igreja presbiteriana, a religião começava a se diversificar com a chegada da primeira igreja evangélica, ao mesmo tempo em que, a igreja católica ampliava sua atuação com início a construção da Catedral São José e os processos para construção da Rodoviária na praça Getúlio Vargas, o que indica que havia a necessidade de um local melhor organizado e localizado para receber a população que vinha para Campo Mourão. Mais um serviço é disponibilizado a

população, o Serviço de Rádio telegráfico, o que veio a facilitar a comunicação do município com outros (SANTOS JUNIOR, 2018).

Figura 7- Transporte do gado pela Estrada Boiadeira.



Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

Quanto à educação, em 1955 foi criada a Escola Normal Regional, vale lembrar que era uma escola de formação de professores do primário, ou seja, a abertura deste tipo de curso evidência uma necessidade por esse tipo de profissional não só local mas regional, como consequência indireta da criação do curso normal, podemos destacar o aumento do fluxo de pessoas que vinham para Campo Mourão, consequentemente, houve a necessidade de uma estrutura que atenda essas pessoas seja por transporte, alimentação, estadia, entre outros.

Nesse mesmo ano, a indústria de extração de madeira se destacava, empregando cerca de 848 pessoas diretamente, foi o principal meio de sustento das famílias nesse período, as serrarias espalhadas pelo entorno da cidade movimentavam o comércio e serviços como oficinas mecânicas e serralherias. Com o crescimento do comércio, o município ganhando mais destaque que os demais da região, a população aumentando, o perímetro urbano começava a ser alterado para atender a demanda crescente da população e foram liberados os loteamentos do município: Jardim São Pedro, o Jardim São Sebastião e o terceiro na quadra 152A de posse do senhor João Cassiano de Paula. As alterações continuaram e, em 1956, iniciaram-se as obras da Praça Getúlio Vargas (Figura 8).

Figura 8- Praça Getúlio Vargas, 1953.



Fonte: Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

É importante destacar que a partir de 1956, vários estabelecimentos educacionais foram se instalando em Campo Mourão, tendo em vista a necessidade de formar professores para o processo de alfabetização da população local, como é o caso da Escola Normal. Também foi instalando o Colégio Adventista Hugo Guegembauer e neste mesmo período houve a necessidade de implantação de um curso ginásial. Já em 1957 foi criado o Curso Normal Secundário (segundo ciclo) conforme pontua Simionato, (1996).

Além dos estabelecimentos educacionais implantados em 1957, havia um crescimento da atividade comercial no município para atender a necessidade da demanda local, pois Campo Mourão estava distante de centros maiores e de difícil acesso pelas estradas existentes na época. É nessa direção, almejando o crescimento de Campo Mourão que estabelecimentos comerciais com sedes em outros municípios do Brasil se instalaram, como é o caso da Casa Rosa (de Umuarama) e uma filial da Casas Pernambucanas, o comércio local foi ganhando força e cerca de vinte (20) estabelecimentos foram abertos. Assim sendo, Santos Junior (2018) pontua que:

O desenvolvimento comercial foi bastante acentuado, com o surgimento de várias firmas, entre elas: Casas Zanini, A Musical, Refrigeração Wolff Ltda; Casa Nossa Senhora Aparecida; Casa Cristo Rei; Casas Dias; Casas Amaral; Casa Guaíra; Casa das tintas; Mecânica Industrial Aldo Casali; Casa Luso Brasileira; Casa Santo Antônio; Casas Coimbra; Casas São Pedro; Casas Rosa S/A; Drograria e Farmácia América; Casas Pernambucanas e Casa Aliança (SANTOS JUNIOR, 2018, p. 207).

Em suma, a partir de 1958 (até 1975), o cenário econômico do município e do Estado começaram a mudar, e a cultura do café passou a ser estimulada e dominou o campo, a extração de madeira entrou em declínio e, conseqüentemente, perdeu o destaque. O café, além de mudanças econômicas, trouxe também migrantes de diversas partes do país, além de exigir uma estrutura melhor para escoamento da produção como a construção da rodovia do café (CBN, 2019). Nesse período já existiam em Campo Mourão sete hotéis: Brasil, Central (Figura 9), Mundos, Avenida, Sardenha e Paraná, o que demonstrava que o lugar havia se tornado um ponto de passagem/parada para os viajantes, outro ponto que reforça essa ideia foi a inauguração da linha de ônibus entre Campo Mourão e Cascavel, a rota era feita uma vez por dia, favorecendo a circulação de pessoas e mercadorias entre as duas cidades. Em 1958 foi implantada a Rádio Colmeia, assim, ganhando mais um meio de comunicação.

Figura 9 – Hotel Central.



Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

Em 1959, o Ginásial é estatizado passando a ser denominado Colégio Estadual de Campo Mourão (figura 10), além de contar com curso de magistério e técnico em contabilidade (a primeira turma se formou em 1960), ocorre que a passagem de ginásio para colégio, bem como, a inserção de novos cursos demonstrando a necessidade de mão de obra mais qualificada para atender a região.

Figura 10 – Colégio Estadual de Campo Mourão, 1959.



Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

Conforme dados da Secretária Municipal de Planejamento (2020), o quadro 2 e figura acima, três (3) mostram os loteamentos aprovados na década de 1950, localizados na figura a baixo, visando atender a demanda local por moradia, além de ampliar o perímetro urbano. Nesse período foi inaugurado o Estádio Municipal Roberto Brzezinsk, dando início a implantação de equipamentos de lazer. Na área da saúde, o município terminou a década com um posto de saúde misto, Hospital São Pedro e a Santa Casa de Misericórdia para o atendimento da população (SIMIONATO, 1996), com o aumento da população foi preciso melhorar/ampliar também as estruturas ainda que sejam de setores básicos.

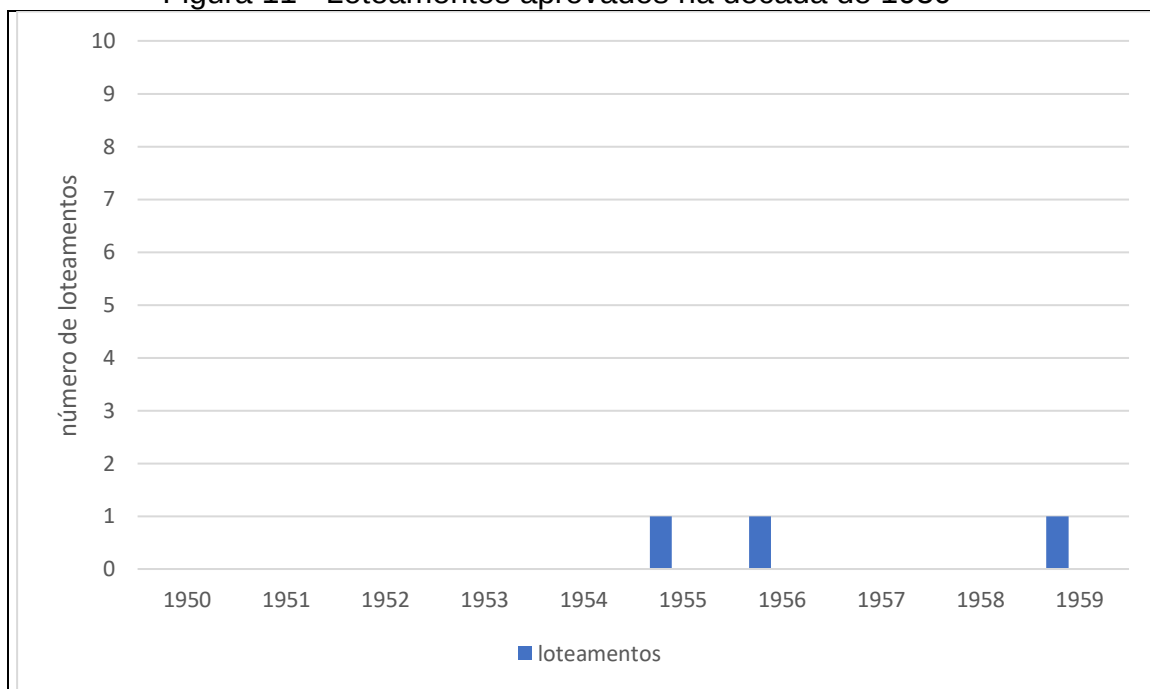
Quadro 2 - Loteamentos e Conjuntos Habitacionais aprovados na década de 1950

Loteamento	Lotes	Data De Aprov.	Proprietário
Jardim São Pedro	-	1955	Não encontrado
Jardim São Sebastião	-	26/07/1956	Luiz A Pilatti/ Paulo G. Bastos
Jardim Lar Paraná	1719	21/01/1959	Agrícola, Ind. e Com. Slomp Ltda

Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão. Organizado pela autora, (2020).

Assim, o espaço urbano vem sendo alterado significativamente, buscando atender a demanda de uma população crescente. Campo Mourão deixou de ser distrito policial e jurídico com uma população de 200 habitantes em 1921, passando a categoria de município com mais de 30 mil habitantes na década de 1950.

Figura 11 - Loteamentos aprovados na década de 1950



Fonte: Secretaria de Planejamento, 2020.
Organizadora: COELHO, Suzana de Almeida.

Figura 12- Localização das áreas incorporadas na década 1950

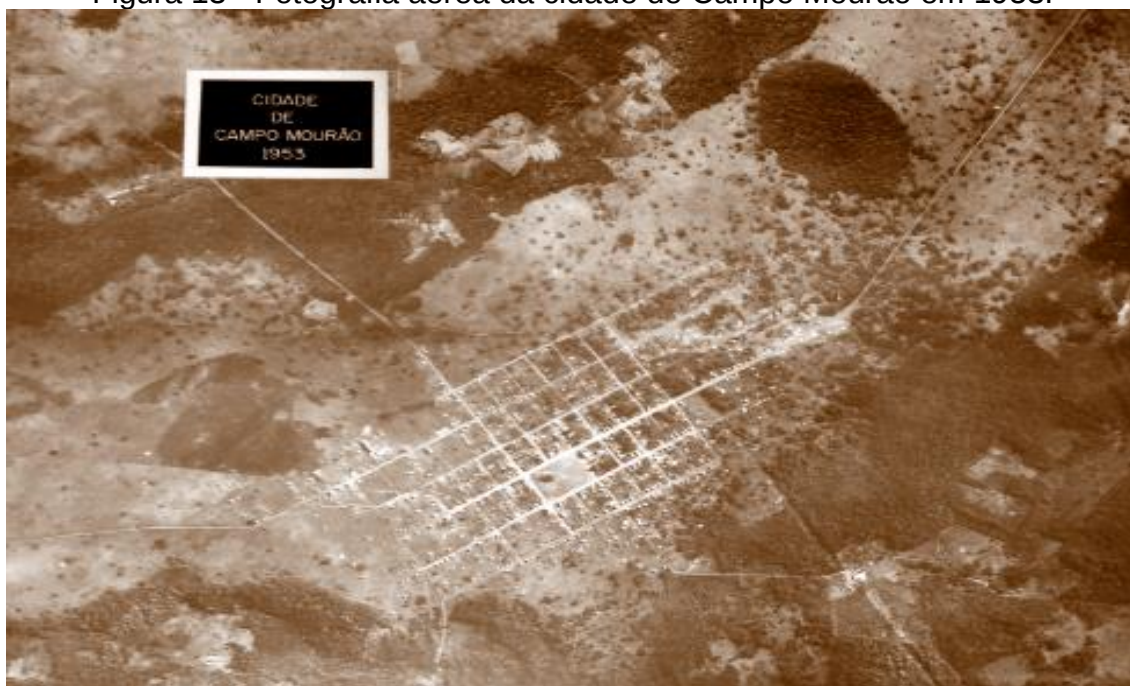


Fonte: Secretaria de Planej
Organizadora: COELHO, Suzana de Almeida.

Impulsionada pela emancipação, Campo Mourão começou a produzir seu espaço urbano com maior intensidade, podemos perceber pelos pontos destacados anteriormente neste tópico, cabe destacarmos que foi nesse período que houve a ampliação nos equipamentos, serviços públicos, estabelecimentos comerciais, educacionais, financeiros, dentre outros, ou seja, o espaço foi ficando mais complexo e com características urbanas.

Quanto aos agentes que atuaram nesse período, conseguimos identificar alguns, em primeiro lugar o Estado por meio da implantação de estrutura (rede luz, água, entre outros) os proprietários de indústria, comércio e serviços (serrarias e os hotéis), os promotores imobiliários (loteamentos) e latifundiários. A população, ainda que em sua maioria rural alterou a paisagem do município por meio da extração de madeira, plantações de café e outras culturas, criação de gado bovino e suíno. Na figura 13, podemos identificar a área urbana de Campo Mourão na época.

Figura 13 - Fotografia aérea da cidade de Campo Mourão em 1953.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Município de Campo Mourão.

Observando a figura 13, destacamos o desenho urbano composto por quadras semelhantes ao tabuleiro localizado entre os rios km123 e Rio do Campo. De acordo com Franciscon e Bovo, (2019, p. 78) [...] O terreno levemente plano impactou na geometria urbana, assim, adotou-se o modelo ortogonal (também conhecido como quadriculas ou xadrez) com ruas e avenidas equidistantes entre si [...], é possível

ainda identificar o início da construção de uma área urbana, o campo com vegetação rasteira e arbustiva que deu origem ao nome do município, é evidente, também é possível visualizar as estradas que passam pelo município e ligam a outras localidades são bem delineadas, visto que essa área foi ponto de passagem para tropeiros, além de ligar a região a cidades maiores como Pitanga e Guarapuava, as primeiras e ainda hoje principais avenidas e ruas bem evidentes, mais ao centro da imagem na quadra maior a localização das futuras instalações da Praça Getúlio Vargas e da Catedral São José.

2.2.2. Produção do espaço de Campo Mourão década 1960

No início da década de 1960, o comércio continua crescendo, no mesmo ano, chegaram a Campo Mourão as primeiras concessionárias de veículos (figura 14), o que facilitou o acesso a aquisição e a serviços de manutenção dos veículos que existiam, além de atender a demanda local e regional, gerou empregos, pois trouxe mão de obra especializada de outros locais o que influenciou indiretamente nas moradias, por exemplo.

Também em 1969 foi legalizada a Feira do Produtor, que ocorria no centro da cidade, onde eram comercializados desde frutas e verduras até carnes. Outra mudança significativa ocorrida nessa época foi a alteração do horário de trabalho dos estabelecimentos comerciais, implantando o sábado inglês, que determinou que aos sábados o expediente fosse reduzido a quatro (4) horas. A redução do horário de trabalho aos sábados possibilitou que os funcionários do comércio pudessem priorizar o lazer, os passeios em família, além de voltar mais descansados ao trabalho na semana seguinte, a mudança atingiu também o transporte público que teve que se adaptar aos novos horários.

Conforme Santos Junior (2018), a cidade ainda recebeu nesse período as indústrias Sanbra – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. e a Algodoeira Limoeirense S/A- ALGOLIM, que contava com beneficiamento de algodão, amendoim e soja, as indústrias foram grandes atrativos para mais investimentos, para geração de empregos, e conseqüentemente, o aumento da população que influenciou em muitos outros setores locais como comércio, habitação, educação e saúde.

Figura 14 – Revenda de Willys Overland do Brasil.

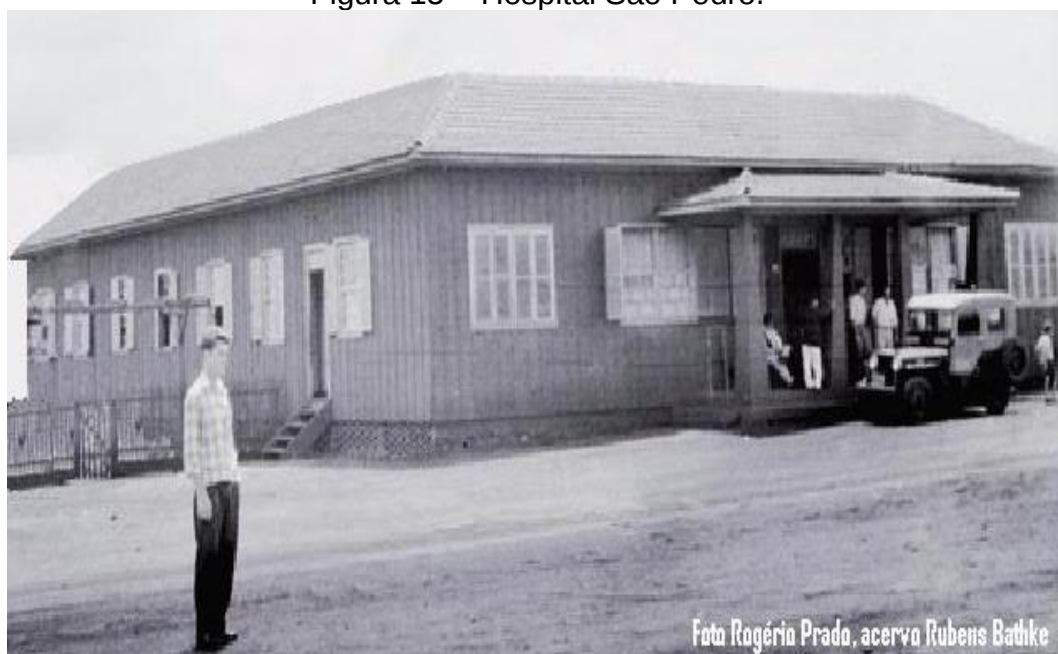


Fonte: Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

Na agricultura destacava-se a produção de hortelã, mandioca, milho, algodão, café e arroz, que era o principal meio de renda da população e do município visto que, a indústria e o comércio começavam a se desenvolver. Implantou-se também a CERCAM – Cooperativa de Eletrificação Rural de Campo Mourão, com o intuito de levar eletricidade às áreas rurais, beneficiando 64 propriedades. Tal feito possibilitou grandes mudanças no campo, visto que a eletricidade facilita a vida das pessoas, auxiliando no trabalho e no lazer. Em 1962, é inaugurada a primeira linha aérea regular da cidade, representando grande avanço para a época (SANTOS JUNIOR, 2018, p. 258).

De acordo com Simionato (1996), em 1963 teve início a construção do hospital maternidade São José. Até então, a rede de saúde contava com a Santa Casa de Misericórdia, Hospital São Pedro (figura 15), Hospital Nossa Senhora das Graças, Hospital São Luiz, Casa de Saúde e Casa da Criança. O lazer começou a ganhar importância, ainda em 1963 é inaugurado o Cine Plaza, o primeiro cinema da cidade que pode ser considerado um marco para o entretenimento local, em 1966 foi destruído por um incêndio, mas no mesmo ano, foi reconstruído e reinaugurado, era utilizado também para diversas atividades como: solenidades, shows, posses de prefeitos, formaturas, entre outros eventos.

Figura 15 – Hospital São Pedro.



Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

De acordo com Santos Junior (2018), na década de 1960, o município, sobre a administração do então prefeito Milton Luiz Pereira, contava com:

Na administração do prefeito Milton Luiz Pereira, foi formado o conselho Comunitário, o primeiro do interior do Paraná. Com a melhoria da arrecadação levou a iluminação às ruas, instalou bibliotecas, constituiu uma rede básica de água e esgoto, asfaltou a cidade, abriu estradas ligando o Campo Mourão a outros municípios, ergueu a nova rodoviária, fez a Praça São Jose e concluiu o Paço Municipal (SANTOS JUNIOR, 2018, p. 258).

A inserção de melhorias na infraestrutura, como água, esgoto iluminação das avenidas e asfaltamento das ruas, melhoraram as condições de vida da população que habitava na área central da cidade, os bairros vieram a contar com essa estrutura somente anos depois. Tal informação foi publicada no “O Jornal Piriquirivaí” de 17 de março de 1963, conforme destaca Santos Junior (2018) que Campo Mourão é:

[...] uma das cidades mais progressistas do Paraná. [...] isso se devia pelos seguintes fatores: Instalação de vapor de sódio nas avenidas Índio Bandeira e Irmãos Pereira; as construções em alvenaria; a inauguração do serviço de água e esgoto; pavimentação e captação de águas pluviais; inauguração das novas instalações do cinema; conclusão da catedral; alambrado no estádio municipal; mais hospitais; o luxuoso hotel da mesma firma do cinema; novo prédio da rodoviária; instalações dos serviços de credito, inauguração do paço municipal considerado o mais moderno entre todos no Estado e, finalmente, “um elevado de cousas {sic} significativas e que confirmam

que de fato Campo Mourão é a cidade que mais cresce e evolui no Estado (SANTOS JUNIOR, 2018, p. 261).

O espaço urbano de Campo Mourão passou por rápidas transformações (figura 16) em virtude dos investimentos públicos e privados direcionados para ações de infraestrutura, bem como a ampliação do setor de serviços e o crescimento no número de estabelecimentos comerciais, instalação de novas indústrias e principalmente buscando passar a imagem de progresso.

Figura 16 - Campo Mourão depois da malha asfáltica, 1968.



Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

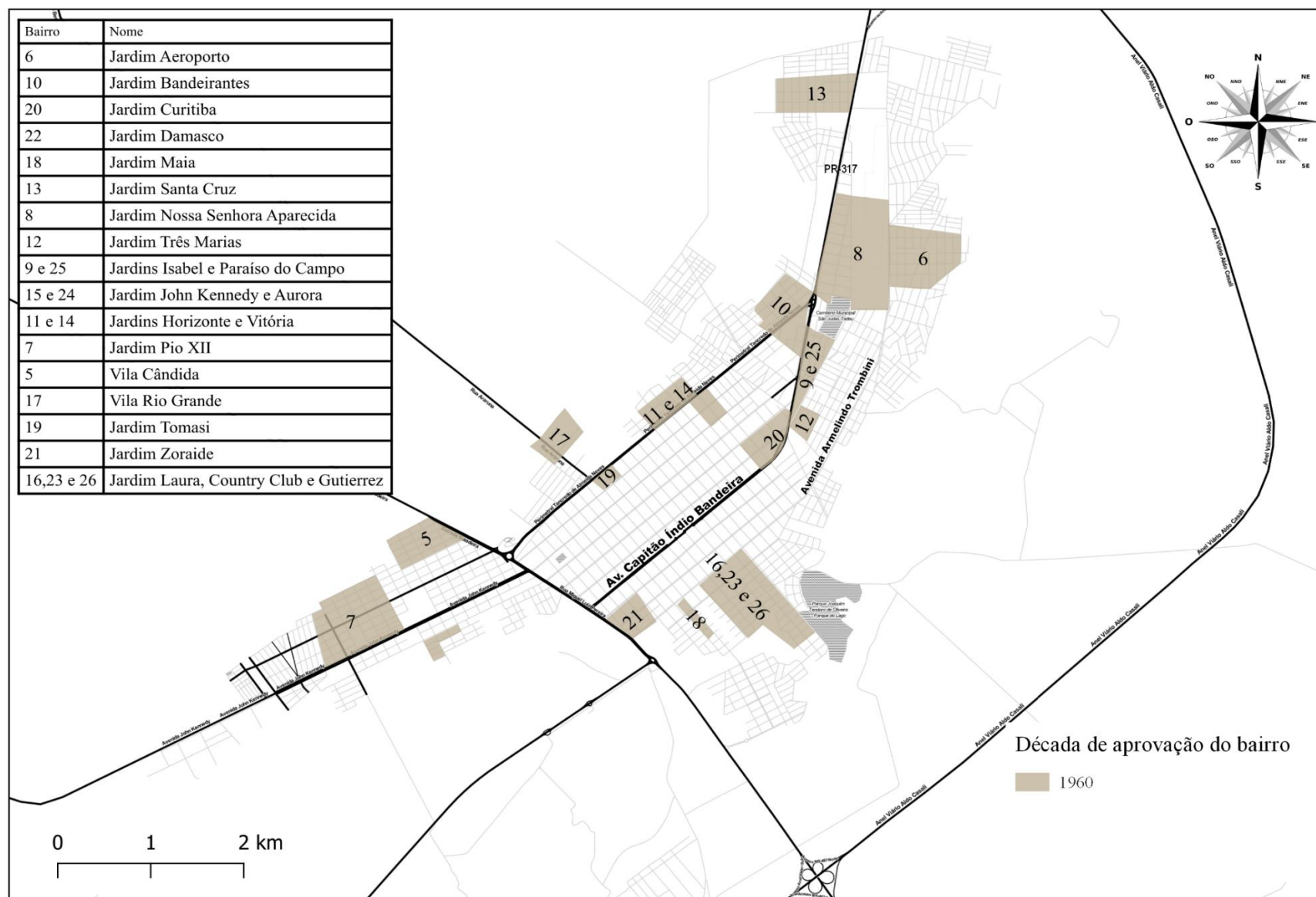
O perímetro urbano é alterado e o Jardim Lar Paraná ganhou entre os anos de 1963-1967, cerca de mais 400 casas de alvenaria, o intuito era de aproximar os trabalhadores das indústrias ali instaladas, formando um centro industrial, apesar de possuir um grande número de empresas e indústrias de diversos portes, o bairro não se tornou um centro industrial, atualmente é conhecido como grande Lar Paraná e compreende vários bairros menores. A principal avenida do bairro conhecida até então como “Avenida Federal” passou a ser denominada de “Avenida Presidente Kennedy”. Com o aumento da população vivendo nessa área da cidade, foram construídas a Praça Alvorada e a Escola Municipal Monteiro Lobato, ambas foram entregues à comunidade em 1968 (SANTOS JUNIOR, 2018). De acordo com a quadro 3 e a figura 17, passaram a integrar o perímetro urbano 24 novos loteamentos da década de 1960, especializados na figura 18 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2020).

Quadro 3 – Loteamentos e conjunto habitacionais aprovados na década de 1960

Loteamento	Lotes	Data de aprovação	Proprietário
Vila Cândida	-	20/05/1963	Paulino J. Slomp
Jardim Aeroporto	770	30/08/1963	Aldora de Almendra Freitas dos Reis
Jardim Pio XII	946	20/10/1963	Mitra Diocesana C. Mourão
Jardim Nossa Sr ^a Aparecida	510	06/11/1963	Imobiliária Assunção Colaço Vidal Colaço Da Rosa E Maria Inácia Da Silva Assunção
Jardim Izabel	-	28/11/1963	Carlos Scheffer Filho
Jardim Bandeirantes	-	30/11/1963	José Pereira Carneiro
Jardim Horizonte	-	30/11/1963	Geraldo Boz
Jardim Três Marias	-	22/10/1964	Não encontrado
Jardim Santa Cruz	-	02/04/1965	Ville Bathke
Jardim Vitória	-	06/05/1966	Tomonori Condo
Jardim John Kennedy	-	07/07/1966	Hideto Kadota
Jardim Laura	223	23/12/1966	Laura Xavier De Campos
Vila Rio Grande	-	1967	Luiz Tomasi
Jardim Maia 1 ^a P.	47	28/06/1967 11/01/1968	Pedro Maia Martins
Jardim Tomasi	-	05/08/1967	Luiz Tomasi
Jardim Curitiba	-	18/08/1967	Diógenes Alves Cabral
Jardim Zoraide	-	06/12/1967	Antonio Constancio de Souza
Jardim Damasco	-	30/04/1968	Hussein Youssef Charrouf
Jardim Country Club	-	03/06/1968	Jose Carlos Ferreira
Jardim Aurora	-	16/12/1968	Eduardo Portes Rocha
Jardim Paraíso Do Campo	-	20/12/1968	João Serathiuk
Engenheiro Gutierrez	-	07/10/1969	Raul do Amaral Gutierrez

Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

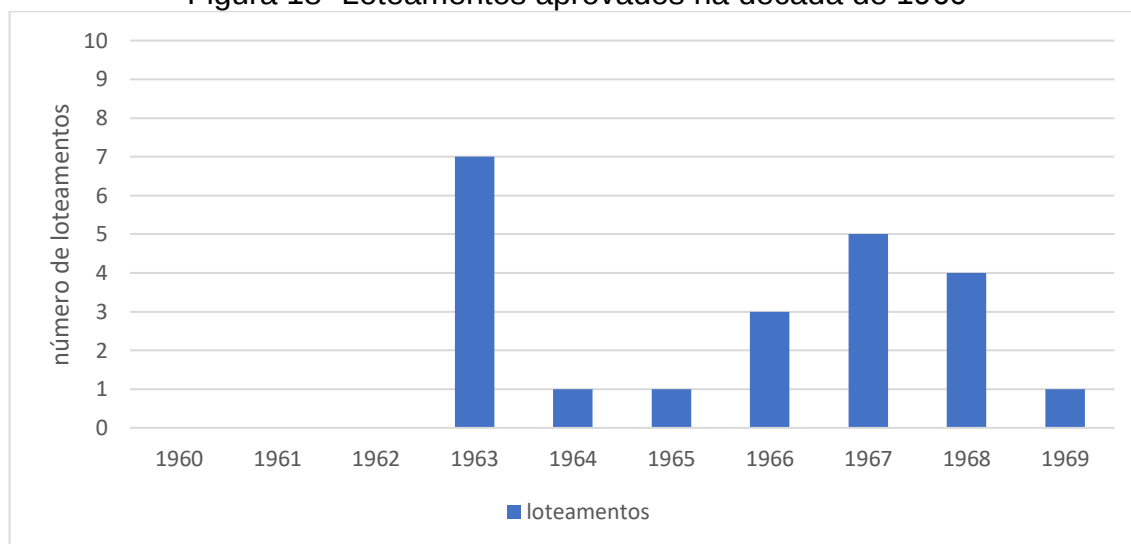
Figura 17 – Localização das áreas incorporadas na década 1960



Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

De economia e população majoritariamente rural, percebemos com o gráfico e com o quadro 18 que os investimentos no setor imobiliário começavam a crescer muito nesse decênio, o que demonstrou que parte da renda gerada pelo campo estava ficando no município por meio de investimentos na área urbana.

Figura 18 -Loteamentos aprovados na década de 1960



Fonte: Secretaria de Planejamento, 2020.
Organizadora: COELHO, Suzana de Almeida.

Devido à ampliação do perímetro urbano, a centralização do comércio e do aumento da população, algumas alterações precisaram ser feitas no espaço urbano de Campo Mourão na década de 1960, visando facilitar o deslocamento, principalmente da população que trabalhava no comércio e reside nos bairros, foi instalada a primeira linha de transporte coletivo (circular), mas a ausência de asfalto por toda cidade fez com que surgisse outro problema, a principal dificuldade enfrentada pelos ônibus eram os grandes atoleiros o que gerava reclamações, e mais problemas.

A inauguração da Rodoviária municipal (figura 19), localizada na área central da cidade, contava com hotel, pequenas lojas, bares restaurantes para receber os viajantes; também é retomada a construção da Usina Mourão I, e a hidrelétrica foi entregue em 1964.

No período retratado, podemos destacar a inauguração da rodovia que liga Campo Mourão a Maringá, o que favoreceu não somente a economia mourãoense, mas a região, pois 12 municípios e 10 distritos foram beneficiados pela obra. É importante ressaltar que no fim desse decênio, os produtores passaram a diversificar as plantações.

Figura 19 – Rodoviária e Praça Getúlio Vargas, 1963.



Fonte: Blog Ilivaldo Duarte.

Entre os agentes que mais atuaram na produção do espaço urbano, destacamos novamente o Estado, devido à expansão da malha rodoviária e na esfera municipal quando nos referimos aos estímulos fiscais para as construções de alvenaria; os promotores imobiliários que somente nesse intervalo aprovaram junto a prefeitura 23 loteamentos privados, promovendo alterações significativas no perímetro urbano; outros agentes que se destacaram foram as cooperativas e associações algodojeiras, além das indústrias e serrarias. As suas ações resultaram na ampliação do espaço urbano, que pode ser observado na figura 20.

A imagem deixa evidente como as mudanças foram significativas, começando pela malha urbana que se expandiu em 10 anos, o perímetro urbano triplicou. Outro ponto que chama atenção são as alterações na vegetação, boa parte da vegetação foi substituída por algum tipo de lavoura, além do comércio extrativista da madeira.

Figura 20- Fotografia aérea da cidade de Campo Mourão em 1963.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Município de Campo Mourão.

2.2.3. Produção do espaço de Campo Mourão década 1970

No transcorrer da década de 1970, chegaram recursos oriundos do Governo do Estado e do Regime Militar que são investidos no desenvolvimento da cidade. Ocorre a instalação do sistema de esgoto e o asfalto começa chegar aos bairros, favorecendo a população que não reside na área central. A figura 21 destaca o movimento de veículos na área central de Campo Mourão no ano de 1975, possuindo uma gama maior de serviços que os demais municípios da região diariamente recebia visitantes.

Figura 21 - Centro de Campo Mourão, 1975.



Fonte: Blog baú do Luizinho.

Nesse período foi feita a pavimentação da Avenida Presidente Kennedy e da pista do aeroporto municipal, foram ampliadas as linhas de transporte coletivo (figura 22) e de telefonia que, além de expandida, foi modernizada com a instalação do sistema de discagem direta à distância (DDD), o município ganhou dois (2) ginásios de esporte, Belin Carolo e JK, a instalação da delegacia e do fórum (SANTOS JUNIOR, 2018).

Figura 22 - Rodoviária de Campo Mourão, 1971.



Fonte: Blog baú do Luizinho.

Em 1973 foi implantada a primeira faculdade de Campo Mourão. De acordo com matéria comemorativa publicada no jornal *Tribuna do Interior* em 26/08/2012, a antiga FUNDESCAM - Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão, que ofertava somente três cursos de licenciatura curta (Letras, Estudos Sociais e Pedagogia), após a lei municipal 26/72 que transformou a fundação em FACILCAM - Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão e passou a oferecer mais cursos e as licenciaturas passaram a ser plena.

Em 1978, a faculdade passou a ofertar os cursos de administração, ciências contábeis e ciências econômicas. Anos mais tarde a FACILCAM foi estatizada e, conseqüentemente, com nova denominação - FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, é importante ressaltar que as transformações continuaram acontecendo e em dezembro de 2013 a FECILCAM passa a integrar a

UNESPAR¹ – Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão. A criação da primeira faculdade traz para o município outros *status*, a Instituição atende às necessidades de especializar os trabalhadores de toda a região, de modo que o município passa a ser considerado como polo regional de ensino.

Em 1978, é fundado o museu municipal de Campo Mourão, o qual mantém a história preservada para as gerações futuras. Ainda na década de 1970, são inauguradas a Escola Paulo VI, a creche Santa Rita de Cássia, o Grupo Escolar Lar Paraná (atual Colégio Estadual Dom Bosco), Parque Infantil Gurilândia, estação de tratamento de água do Lar Paraná, o que melhorou a distribuição, bem como a qualidade da água, o Hotel Santa Maria e o mercado municipal, que de acordo com Rêgo (2013), foi criado com intuito de abrigar a feira de produtos vindos dos sítios, anteriormente os produtos hortifrutigranjeiros eram comercializados em feiras livres, nas ruas, sem nenhuma estrutura, a construção do mercadão municipal foi para organizar e modernizar esse tipo de comércio precário.

Figura 23 – Colégio Estadual de Campo Mourão, 1970.



Fonte: Itribuna.

¹ Conforme *site* da UNESPAR, atualmente a universidade possui 7 campi distribuídos pelo Estado do Paraná e uma Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar localizada em Guatupê. Atende cerca de 12 mil estudantes, conta com aproximadamente 1.077 servidores. A UNESPAR dispõe de 68 cursos de graduação, 11 cursos de especialização, 10 pós graduações *stricto sensus* (mestrado).

Conforme dados do IBGE, no decênio de 1970 ocorreu algo até então inédito, a população total do município superou 77 mil habitantes, e pela primeira vez, a maior parte da população estava morando na cidade, aproximadamente 49 mil habitantes isso ocorre devido ao êxodo rural que acontece no Estado nesse período.

Outro ponto que merece destaque é a agricultura, principalmente com a implantação da COAMO no município; a sua criação auxiliou, sobremaneira, os agricultores que passavam por dificuldades devido a problemas com o solo, ausência de tecnologia e dificuldades na comercialização. Dessa maneira, a cooperativa veio para auxiliar os produtores da época, pois o ciclo da madeira estava chegando ao fim, e de certa forma, forçou os agricultores a diversificarem o cultivo. Nesse sentido, a cooperativa oferecia aos seus cooperados auxílio, seja na aquisição de sementes, na venda de insumos, na compra dos produtos, além de todo fim de ano repassar para os cooperados a divisão de lucros da cooperativa, o que fez e ainda faz movimentar a economia de toda região com seus entrepostos. (Coamo, 2021).

Outro ponto importante de Campo Mourão que o faz erigir como município polo regional é a sua localização, visto que está situado em um entroncamento rodoviário, cortado por 4 BRs (487, 158, 369 e 272) e uma PR (558) o que favoreceu escoamento da produção e a circulação de pessoas.

Na década de 1970 ocorreu no Brasil e no Paraná o processo de modernização da agricultura com desdobramentos importantes na produção do espaço urbano, uma vez que boa parte significativa da população migrou do campo para a cidade. De acordo com Costa (2009):

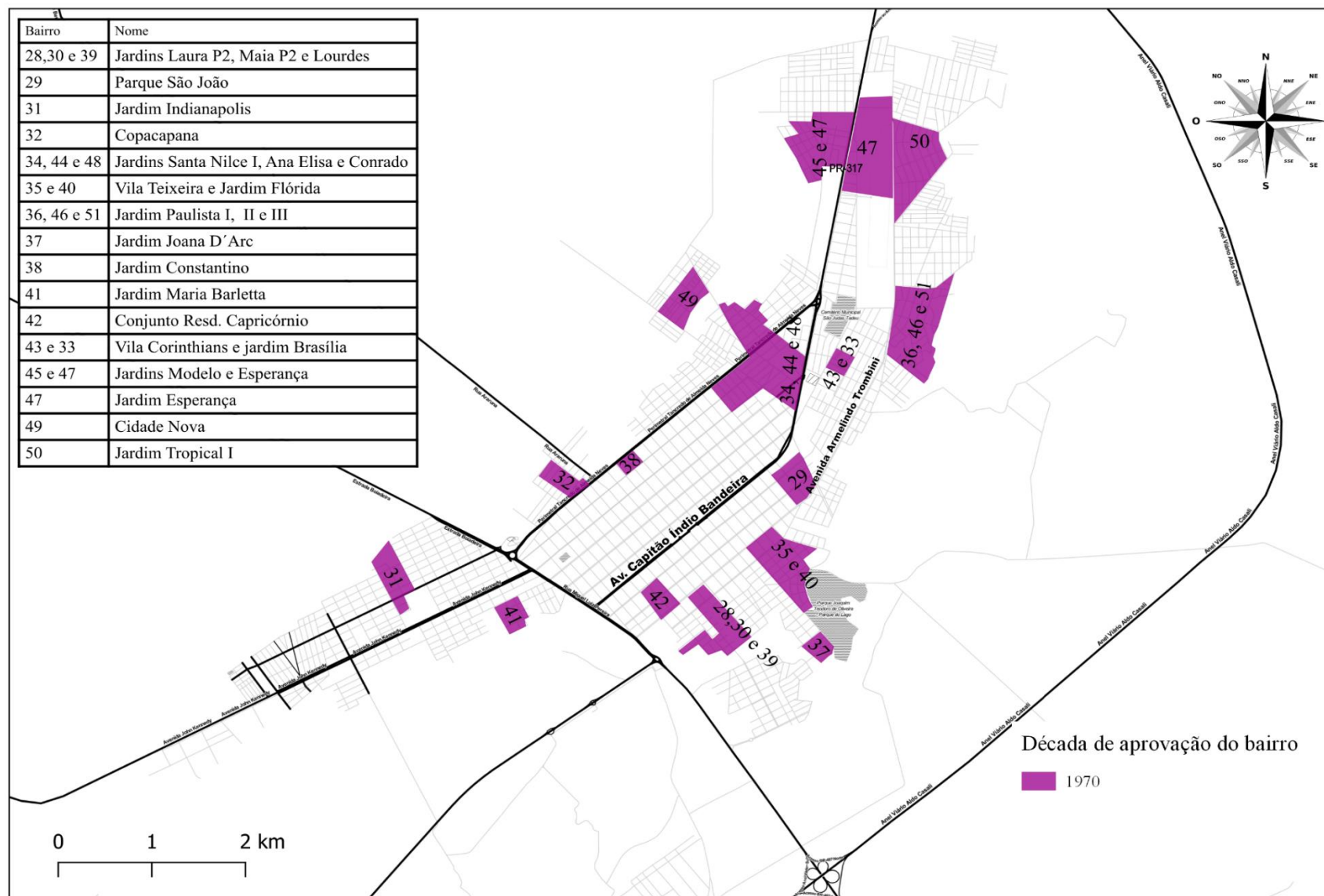
A modernização da agricultura e o êxodo rural levaram a modificações profundas na estrutura fundiária do município. As pequenas propriedades deram lugar a médias e grandes propriedades. O trabalhador rural assalariado foi expulso do campo e se deslocou para a cidade. Assim, a renda passou a se concentrar nas mãos dos médios e grandes proprietários rurais, que na maioria das vezes, também são os proprietários ou sócios no setor de comércio e serviços (COSTA, 2009, p. 9).

Sendo assim, compreendemos que boa parte da população se deslocou das áreas rurais dos municípios vizinhos e instalaram-se em Campo Mourão, com isso a paisagem urbana começou a ter um crescimento rápido e, com isso, surgem as áreas periféricas formadas por trabalhadores vindos das áreas rurais e de outras regiões em busca de emprego e melhores condições de vida. Com a demanda por moradia

aumentando, são construídos os jardins Capricórnio e o Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira (figura 24), atendendo parte da população.

A construção civil tem uma explosão de crescimento (quadro 4), o número de prédios na área central aumenta, o que provoca a valorização dos terrenos nessa área, consequentemente, nos bairros. Em vista disso e com a crescente implantação de novas indústrias, surgiu a necessidade de criação de um parque industrial, onde as empresas de maior porte pudessem se instalar (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2020).

Figura 24- Localização das áreas incorporadas na década 1970



Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

Quadro 4 – Loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados durante década 1970

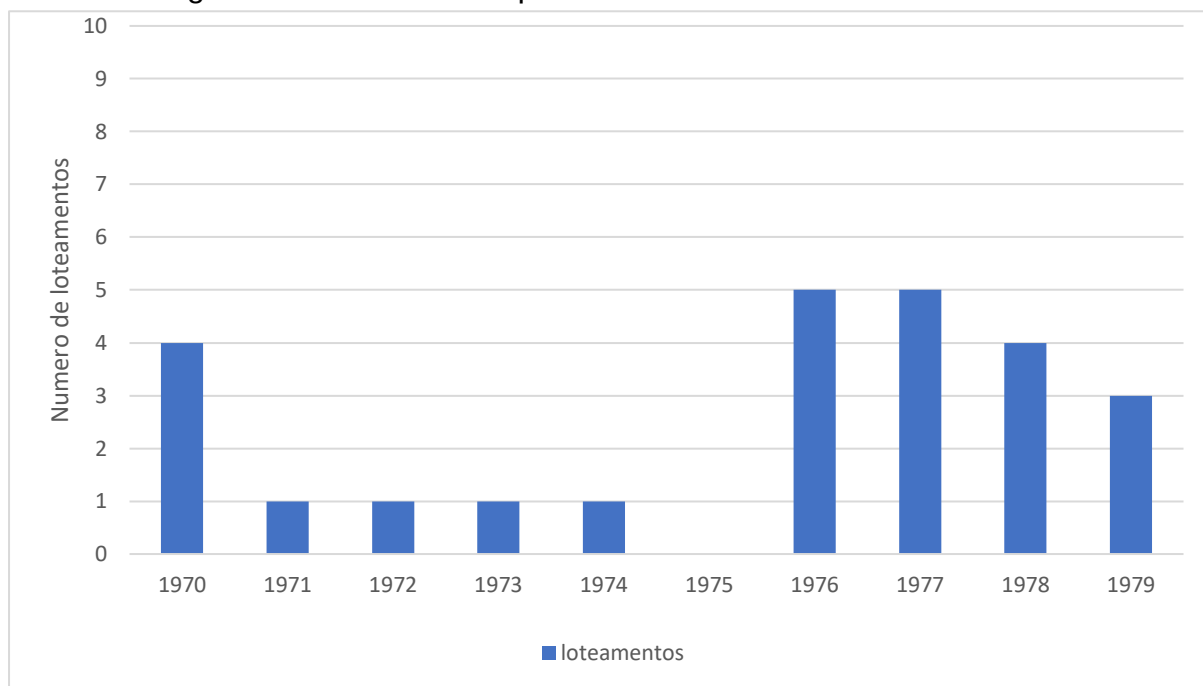
Loteamento	Lotes	Data de aprovação	Proprietário
Jardim Alvorada	-	23/02/1970	Wilhelm Hans
Jardim Laura P ^a 2	-	23/04/1970	Laura Xavier De Campos
Parque São João	-	27/11/1970	Milton Pinto Barbosa E Delcides Constantino Miguel
Jardim Maia 2 ^a P	-	27/11/1970	Não encontrado
Jardim Indianópolis	-	16/11/1971	Marieta Azevedo Gianni
Jardim Copacabana	337	20/10/1972	Paulino J. Slomp/Delézia Slomp
Jardim Brasília	-	19/02/1973	Nelson Monteiro
Jardim Santa Nilce	-	16/05/1974	Hilário Bezrutchka
Vila Teixeira	-	09/03/1976	Manoel Vitor Teixeira
Jardim Paulista	-	10/06/1976	Org. Com. Imob. Trivelatto Ltda
Jardim Joana D'arc	-	16/08/1976	Manoel Andrade
Jardim Constantino	-	28/09/1976	Delcides Constantino Miguel
Jardim Lourdes	-	11/11/1976	Cobema (Com. Bem. De Madeiras)
Jardim Flórida	-	19/01/1977	Joaquim Teodoro De Oliveira
Jardim Maria Barletta	116	26/01/1977	Caetano Mendes Barletta
Conj. Res. Capricórnio	196	31/01/1977	Irmãos Mauad Ltda
Vila Corinthians	-	05/05/1977	Zamir José Teixeira
Jardim Ana Elisa	-	16/11/1977	Rosalino Mansueto Salvadori
Jardim Modelo	-	06/03/1978	Imobiária Sol Ltda
Jardim Paulista 2 ^a P	-	27/06/1978	Org. Com. Imob. Trivelatto Ltda
Jardim Esperança	-	08/11/1978	Jonh Harrison Abel
Jardim Conrado	-	14/11/1978	Rosa Golhanoski Pochapski
Jardim Cidade Nova	-	15/01/1979	Índio Bandeira Imóveis Ltda
Jardim Tropical	-	06/09/1979	Org. Com. Imob. Trivelatto Ltda
Jardim Paulista 3 ^a P	-	29/10/1979	Org. Com. Imob. Trivelatto Ltda

Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

No entanto, percebemos que a partir desse decênio, começaram a surgir vários problemas na área urbana oriundos do crescimento rápido e desordenado, que é impulsionado pelo êxodo rural e a modernização da agricultura. Mesmo não mantendo o ritmo das décadas anteriores, o desenvolvimento continua, principalmente voltado para o crescimento da indústria e das

atividades comerciais, a cooperativa também teve sua parcela no crescimento da cidade, visto que por meio das sobras, do auxílio aos produtores, investindo na cidade e gerando empregos.

Figura 25-Loteamentos aprovados na década 1970



Fonte: Secretaria de Planejamento, 2020
Organizadora: COELHO, Suzana de Almeida.

Os agentes que intervieram no espaço mourãoense foram os promotores imobiliários que realizaram projeto de 29 novos loteamentos, o Estado por meio da ampliação das redes de esgoto, asfalto, entre outros; as cooperativas com destaque para COAMO que começaram a se enraizar e disseminar o plantio de novas culturas na região, o que alterou não só a paisagem rural mas a agricultura com atualização de novas técnicas agrícolas e a utilização de maquinários agrícolas, substituindo a mão de obra braçal das décadas anteriores.

2.2.4. Produção do espaço de Campo Mourão década 1980

Em 19 de dezembro de 1979 foi sancionada a Lei federal nº6766 a qual regulamenta o parcelamento do solo urbano e já no ano seguinte 1980 foi sancionada a lei complementar municipal 060/81, com objetivo de organizar e nomear ruas, travessas, avenidas e afins. A Lei Nº 490, Lei de Zoneamento Urbano, 10 de abril de 1986, com intuito de regulamentar o crescimento da cidade, a partir de então para a liberação de novos bairros e loteamentos são exigidos que sejam construídos com infraestrutura urbana (Portal De Leis Municipais, 2020). Com a implantação dessa lei, a paisagem urbana passou a ser modificada de maneira mais ordenada,

ao mesmo tempo em que dificulta a aquisição de lotes pela população de baixa renda, visto que quanto mais estrutura ofertada, maior o valor do bem.

Em 1982, são construídos no município o Kartódromo Municipal Horácio Amaral, o Parque de Exposições e o Estádio Municipal que passou pela primeira reforma, ganhando piscina semiolímpica, campo de futebol suíço, cobertura nas arquibancadas e cabine de imprensa. Ainda nessa década houve a criação da primeira escolinha de futsal de Campo Mourão, atendendo criança de até 15 anos (SANTOS JUNIOR, 2018). A prática de diversos esportes começou a ser estimulada, proporcionando a melhora da qualidade de vida da população.

Buscando lazer, um ponto muito frequentado pelos mourãoenses, é a barragem da Usina Mourão que, na época era liberada para banho, foi durante muito tempo o principal lugar de encontro e diversão da população.

No mesmo período ocorreu a construção do calçadão entre as Praças Getúlio Vargas e São José, de acordo com Franciscan e Bovo (2020), o calçadão Índio Bandeira surgiu da necessidade de desviar o tráfego pesado do centro da cidade, reduzir o tráfego de veículos menores e melhorar a circulação de pessoas. Foram construídos também a Casa da Cultura, a Biblioteca Pública Municipal Egydio Martelo, a Academia Municipal de Ballet e Jazz, o Conservatório Municipal, Clube Filatélico (colecionares de selos e afins), Clube de Xadrez, Banda Municipal. Também são inaugurados o Museu Municipal com novo acervo ampliado e o Ginásio de esportes do Lar Paraná. O desenvolvimento cultural proporciona além da manutenção das tradições locais, o conhecimento pelas gerações futuras, demonstrando que a história de uma sociedade atua diretamente na formação dos indivíduos.

Ocorreu a inauguração do Conjunto Habitacional Tancredo de Almeida Neves; os demais loteamentos aprovados durante a década de 1980 constam, como podemos observar, no quadro 5, localizados na figura 26. Houve também a pavimentação da Avenida Guaíra (atual Perimetral Tancredo de Almeida Neves), o que influenciou diretamente no trânsito, principalmente do centro da cidade, visto que desviou o fluxo de veículos (Portal Da Prefeitura Municipal, 2020).

Quadro 5 - Loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados na década de 1980

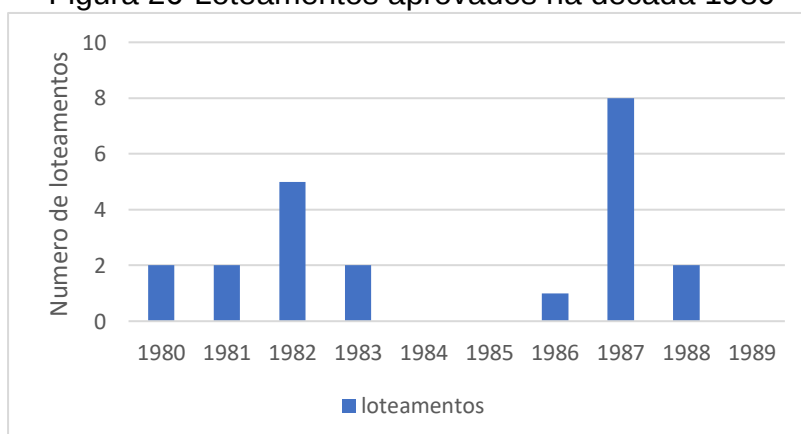
Loteamento	Lotes	Data de aprovação	Proprietário
Jardim Marino Emer	-	13/01/1980	Não encontrado
Conj. Hab. Milton Luiz Pereira	-	24/09/1980	Cohapar
Jardim Ione	-	22/10/1981	Luiz Fernando Vidal Ribas
Jardim Tropical 2ª P	-	23/10/1981	Org. Com. Imob. Trivelatto Ltda
Jardim Orly	-	24/03/1982	Osvaldo Nogarolli
Jardim Tropical (Compl.)	-	02/09/1982	Org. Com. Imob. Trivelatto Ltda

Jardim Fernando	75	29/12/1982	Slomp Invst. Imob. S/C Ltda
Jardim Araucária	-	30/12/1982	Marmontel E Mercadante
Jardim Paulino	-	30/12/1982	Slomp Invest. Imob. Soc. Civil
Jardim Santa Nilce 2ª P	-	24/01/1983	Hilário Bezrutchka
Jardim Silvana	-	24/01/1983	Silvio Turci
Conj. Res. Piacentini	-	15/10/1986	Construtora Piacentini Ltda
Jardim Lopes	-	25/08/1987 17/09/1987	João Lopes Da Silva
Parque Residencial Ipê	128	25/09/1987 03/11/1987	Imob. Loteadora Noroeste
Conj. Res. Ilha Bela	-	07/12/1987	Just Const. e Empr. Ltda
Conj. Res. Parigot De Souza	-	09/12/1987	Não encontrado
Parque Industrial I Parque Industrial Augusto Tezelli Filho	-	05/01/1988	Município De Campo Mourão
Conj. Res. Mario Figueiredo	228	19/10/1988	Cohapar

Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

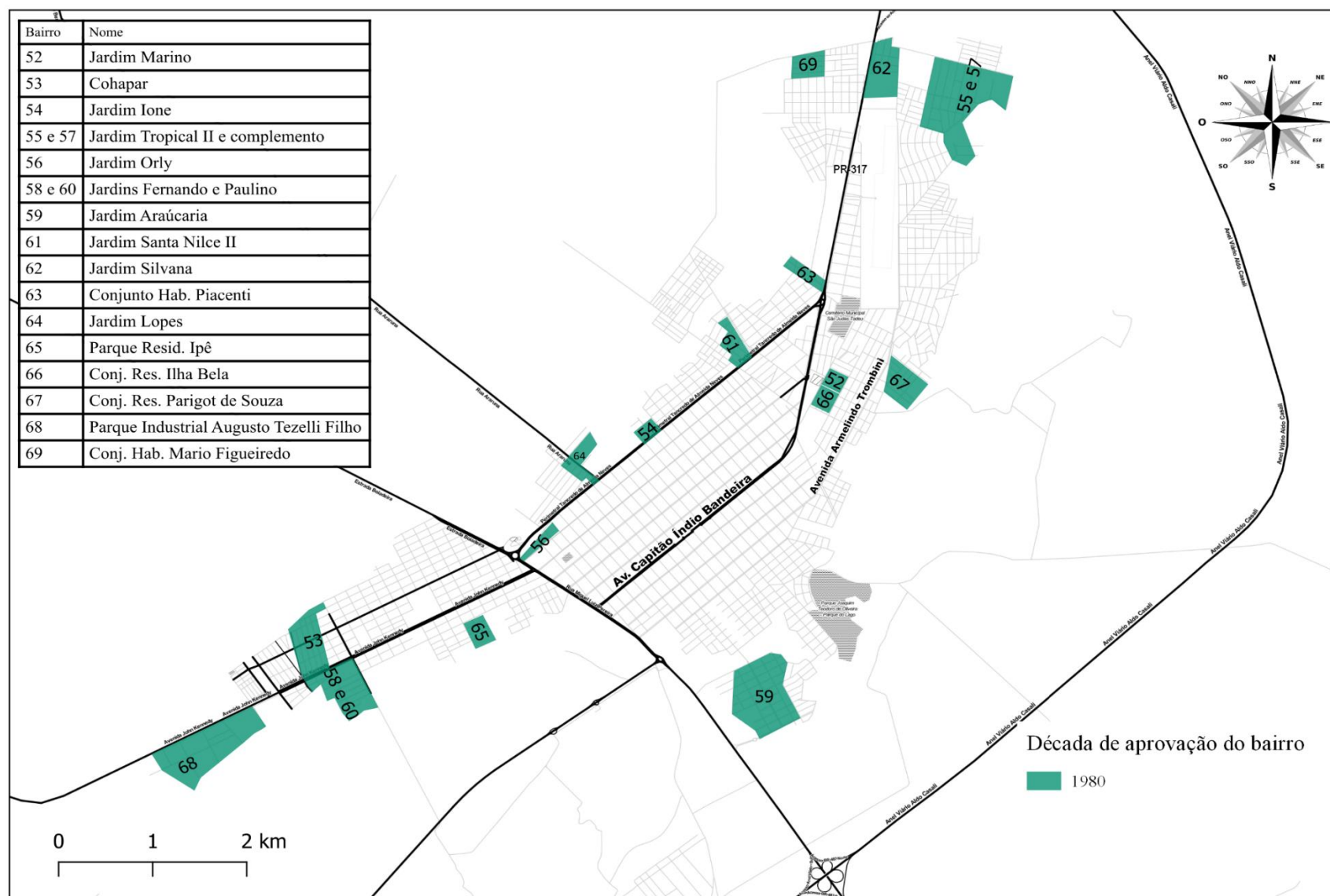
Destacamos a contínua atuação de agentes produtores do espaço como as indústrias, os promotores imobiliários, o Estado que passou a atuar também através da COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná apesar de ter sido fundada em 1965, começou a atuar em Campo Mourão a partir de 1980 com a construção de 2 conjuntos habitacionais com infraestrutura completa. Vale ressaltar que a COHAPAR realiza coordenação e execução de programas habitacionais que são financiados com recursos do Governo do Estado e Governo Federal, fazendo a mediação: prefeituras, construtoras, órgãos estaduais e federais.

Figura 26-Loteamentos aprovados na década 1980



Fonte: Secretaria de Planejamento, 2020.
Organizadora: COELHO, Suzana de Almeida

Figura 26- Localização das áreas incorporadas na década 1980



Fonte: Secretaria de Planejamento, 2020.
Organizadora: COELHO, Suzana de Almeida.

Quanto à comunicação, são instaladas as rádios Humaitá (AM) e Rural (FM), e entrou em circulação o jornal impresso Gazeta do Centro Oeste - Gazetinha. O setor industrial também ganhou novas fábricas. Foram abertas a Fiação de algodão e a destilaria da COAMO, a Fábrica de óleos vegetais da ALGOLIM, o Laticínio Independente e a SAJAMA Malhas. A abertura de mais indústrias atraiu investimentos para a cidade, conseqüentemente houve um atrativo de pessoas oriundas de outras regiões do Paraná (SANTOS JUNIOR, 2018). A figura 28, destaca o fluxo de pessoas e veículos na Avenida Capitão Índio Bandeira, principal ponto comercial da cidade.

Com relação à cultura, segundo a lei municipal nº 2923/2012 que instituiu o Plano Municipal de Cultura de Campo Mourão esclarece que a FUNDACAM foi criada em 05 de maio de 1987 com objetivo: Desenvolver a cultura em todos os seus campos como expressão e afirmação de identidade; democratizar o acesso e descentralizar as ações culturais, num movimento de mão dupla centro-periferia/periferia-centro; Inserir a cultura no processo econômico como fonte de geração e distribuição de renda; consolidar Campo Mourão no circuito regional, estadual e nacional da cultura.

Figura 28 – Centro de Campo Mourão, 1980.



Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

Figura 29 – Avenida Presidente Kennedy Lar Paraná, 1982.



Fonte: Blog baú do Luizinho.

Outro marco importante desse período foi a reestruturação do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, inaugurado em 01/05/1971 o “Bosque Municipal” ou “Parque do Lago”, como também é conhecido, anteriormente era o reservatório de água que abastecia a cidade.

O Parque Joaquim Teodoro de Oliveira foi inaugurado oficialmente em 01/05/1971, e a partir de então se tornou um espaço altamente significativo para a sociedade mourãoense, servindo como a principal área recreativa pública da cidade. Esse parque é uma área verde urbana importante para a cidade, sendo hoje considerada um de seus cartões de visita. (BOVO; CONRADO, 2012, p. 60).

A lei nº 568 de 21 de outubro de 1987, criou o Parque Municipal "Joaquim Teodoro de Oliveira" (figura 30). O parque passou por uma reestruturação que contava com sanitários, lanchonete, plantio de árvores de diferentes espécies entre outras alterações. A construção e reestruturação do Parque Municipal visavam oferecer um lugar de lazer para a população, além de ser um ponto turístico para os que vêm visitar o município.

Figura 30 - Parque municipal Joaquim Theodoro de Oliveira 1982.



Fonte: Blog baú do Luizinho.

Por fim, podemos considerar que no decênio de 1980 ocorreram mais reestruturações e adequações do que construções, o que nos mostra que a sociedade mourãoense também se modificou ao longo do tempo e suas necessidades vão além da estrutura básica construída nas décadas anteriores.

Observando a figura 31, fica evidenciado que os conjuntos habitacionais financiados pela COHAPAR e destinados para a população de menor poder aquisitivo estão localizados nas franjas da cidade, em áreas mais distantes do centro. Enquanto isso, os vazios urbanos próximos ao centro da cidade continuam destinados à valorização e à especulação imobiliária. O mesmo fenômeno pode ser observado no setor nordeste da cidade com os Jardins Tropical II e Complemento, ligados a Com. Imobiliária Trivelatto Ltda. Trata-se de um processo característico da expansão urbana nas cidades capitalistas, no qual para a população de maior poder aquisitivo são destinados os espaços mais valorizados e para a população de menor poder aquisitivo, os espaços menos valorizados e distantes. A figura 31 mostra a área da cidade da Campo Mourão em 1980.

Figura 31- Fotografia aérea da cidade de Campo Mourão em 1980.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Município de Campo Mourão.

2.2.5. Produção do espaço de Campo Mourão década 1990

A década de 1990 teve um início conturbado em Campo Mourão, devido à crise em que o país se encontrava com inflação altíssima. Algumas empresas fecharam, ocorreu uma evasão considerável da população para outras áreas em busca de melhores empregos e educação. Ainda nesse período, tornou-se prática comum entre a população formar grupos e realizar compras em outros municípios maiores como Maringá, buscando melhores preços e mais variedade.

Conforme dados do Atlas Brasil, em 1991 o município contava com um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) 0,524; a expectativa de vida era de 67,5 anos, acima da expectativa nacional da época 64,7; quanto à renda, em 1991 era de R\$ 421,49. Com relação à população 90,46% residiam na área urbana e 9,54% na área rural.

Em 1990 é instalada uma unidade do SENAI – Serviço Nacional da Indústria, o intuito do SENAI de um modo geral, é “[...] a formação de profissionais qualificados para a incipiente indústria de base. Já na ocasião, estava claro que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o País.” (Senai-PR, 2020). A

chegada do SENAI representou mais um incentivo para a indústria mourãoense, visto que a mão de obra qualificada é um atrativo para inserção de novas indústrias.

Em 1991, foi construído o calçadão da Avenida Capitão Índio Bandeira, o qual contava com quiosque de café, banca de jornal e floricultura, o que contribuiu para os pedestres que passaram a frequentar esse espaço com mais tranquilidade devido a redução do tráfego, o comércio também foi favorecido, pois uma maior circulação de pessoas no centro possibilitou aumento nas vendas, além de ter melhorado a paisagem, gerando uma visão mais agradável (FRANCISCON; BOVO, 2019).

Em seguida, em 1992 entrou em funcionamento a unidade mourãoense do SESC – Serviço Social do Comércio, o objetivo geral do SESC é ofertar aos trabalhadores do comércio lazer, cultura, além de restaurante, creche, academia, colônia de férias, assim buscando oferecer suporte, lazer e cultura aos seus associados (SESC, 2020).

Os meios de comunicação também foram ampliados com a chegada da rádio Musical FM e o jornal O Liberal. Conforme *site* oficial do município de Farol, em 1993 ocorreu a sua emancipação, deixando de ser distrito de Campo Mourão. Essa emancipação fez com que Campo Mourão perdesse um distrito e, conseqüentemente, receita, território e população.

Em 1994, ocorreu a conclusão das obras do terminal de transporte coletivo e entrou em vigor o sistema de transporte integrado com tarifa única, facilitando o deslocamento dos usuários do transporte coletivo. Já em 1995 foi inaugurado o posto 24h e UBS (Unidade Básica de Saúde) em alguns bairros, agilizando o acesso da população a médicos exames e tudo que o sistema de saúde oferece.

Em 1995 ocorreu a implantação do CEFET – Centro Federal de Tecnologia que, mais tarde em 2005 tornou-se UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus de Campo Mourão (UTFPR, 2020); a instalação da UTFPR foi e ainda é um marco na educação mourãoense, visto que além de ampliar o número de instituições de ensino superior e ofertar mais cursos de graduação, atraiu estudantes do país todo, conseqüentemente fazendo gerar receita, estimulando comércio e demais setores do município.

De acordo com a lei municipal nº 2923/2012, em 1995 foi inaugurado o Teatro municipal, e anos depois, mais precisamente em 1998 foi criada a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, visando ampliar o acesso para a população, enaltecendo a tradição, os costumes, as histórias locais e a cultura.

De acordo com IAT (2020), em 1997 foi criado Parque Estadual Lago Azul, logo se tornou ponto turístico do município, visitantes não só da região, como de outras regiões vinham para conhecer a unidade de conservação e apreciar as trilhas, cachoeiras, vegetação nativa etc.

Outros marcos importantes que ocorreram no decênio de 1990 foram: a criação do conselho regional de educação ambiental, construção do anel viário, construção da Rodoviária Nova, ambas medidas tomadas para organizar o trânsito no centro e desviar o tráfego pesado do centro da cidade.

A instalação do Supermercado Super Muffato, que gerou grande número de empregos. A abertura dos cursos de Engenharia de Produção Agroindustrial, Matemática, Turismo e Meio Ambiente na FECILCAM e o início das atividades da Faculdade Integrado com os cursos de Administração Geral, Administração (habilitação para comércio exterior) e Medicina Veterinária, auxiliaram na redução da migração dos mourãoenses para outras localidades, ofertando mais opções de cursos para população. O perímetro urbano também sofreu alterações conforme ++6 figura 32.

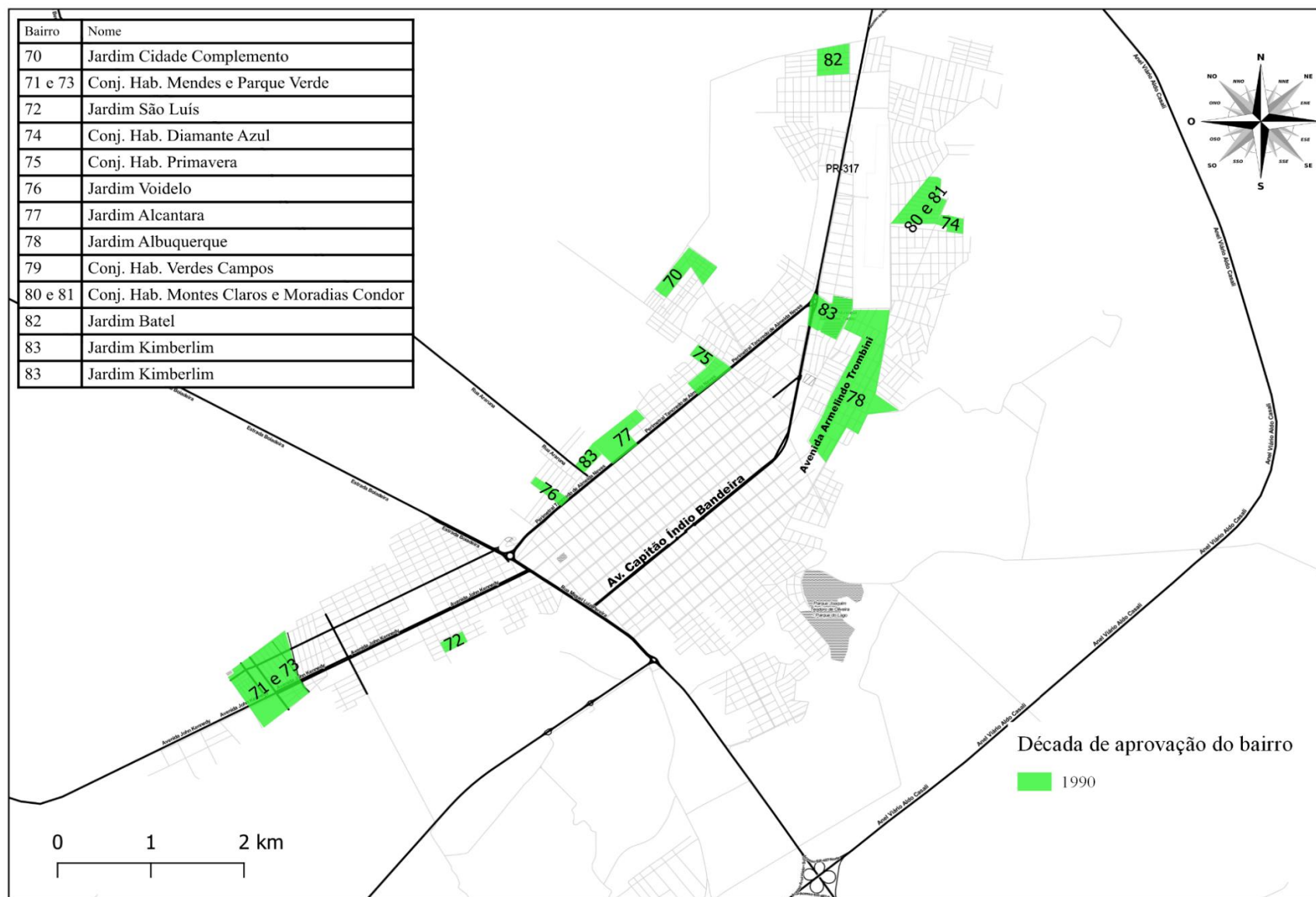
Quadro 6 -Loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados na década de 1990

Loteamento	Lotes	Data de aprovação	Proprietário
Jardim Cidade Nova	-	03/08/1990	Índio Bandeira Imóveis Ltda
Conj. Hab. Mendes	-	24/03/1992	Município de Campo Mourão
Jardim São Luis	-	15/09/1992	Lionel Alves Amorim
Conj. Hab. Parque Verde	-	01/01/1993	Município de Campo Mourão
Conj. Hab. Residencial Diamante Azul	-	17/06/1993 23/11/1995	Município de Campo Mourão
Conj. Hab. Primavera	61	15/12/1993 31/08/1999	Município de Campo Mourão
Jardim Voidelo	13	01/03/1995	José Roberto Voidelo
Jardim Alcantara	-	07/03/1996	Fausto Alcantara De Lima
Jardim Albuquerque	-	10/04/1996	Anita Gaspari Albuquerque
Conj. Hab. Verdes Campos	-	11/04/1996	Município de Campo Mourão
Conj. Hab. Montes Claros	128	09/10/1996	Cohapar

Emílio De Paolis	-	31/01/1997	Não encontrado
Moradias Condor	-	04/06/1997	Cohapar
Jardim Batel	-	30/07/1997	Silvio Turci
Jardim Kimberlim	53	23/07/1998	Candido Mariano Pech

Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

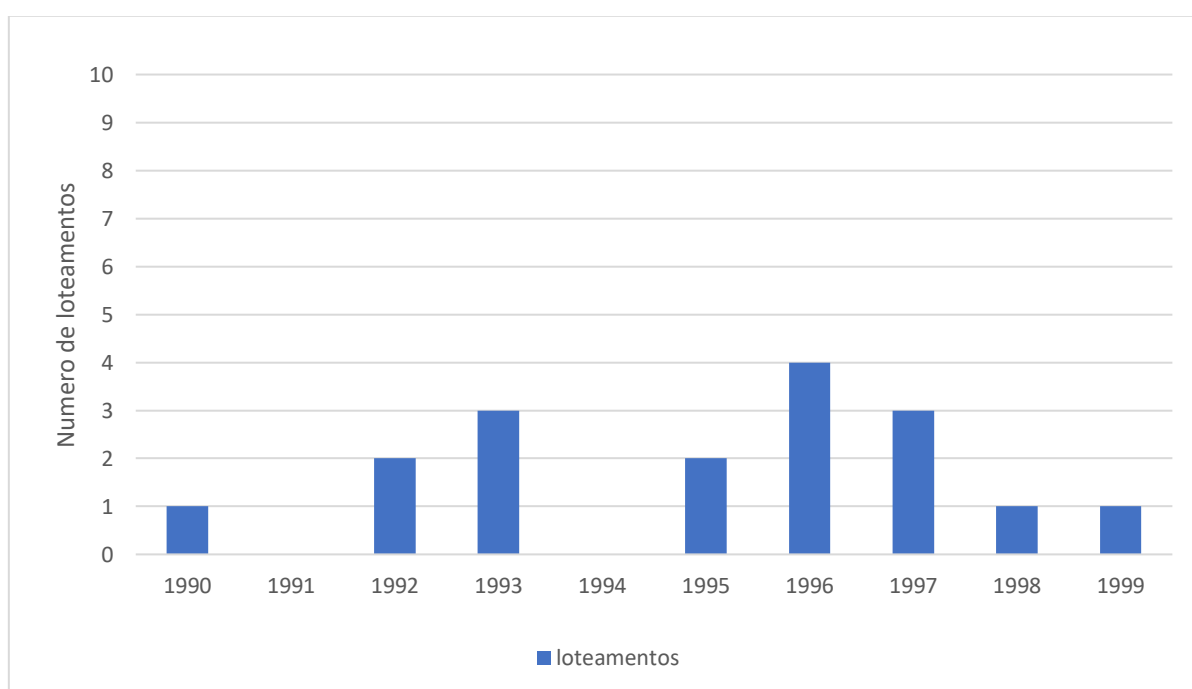
Figura 32- Localização das áreas incorporadas na década 1990



Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

Diferentemente dos anos anteriores onde se via somente a ação dos agentes imobiliários privados, o quadro 6 mostra-nos que o governo do Estado por meio da COHAPAR e por meio das ações da prefeitura municipal passaram a atuar com maior relevância, observamos que os conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, localizam-se em áreas afastadas do centro, o que reforça a segregação da população de baixa renda, atualmente essas áreas estão cercadas por outros bairros evidenciando que a construção desses empreendimentos favoreceram a ocupação de áreas próximas.

Figura 33-Loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados na década 1990



Fonte: Secretaria de Planejamento, 2020.
Organizadora: COELHO, Suzana de Almeida.

Outro ponto que merece atenção é a quantidade de loteamentos aprovados nesse período se comparado a outros anos, do total de 16 loteamentos, 5 foram iniciativa da prefeitura, enquanto 3 pela COHAPAR- Companhia de Habitação do Paraná, e 7 pela iniciativa privada, demonstrando grande atuação do estado nesse período.

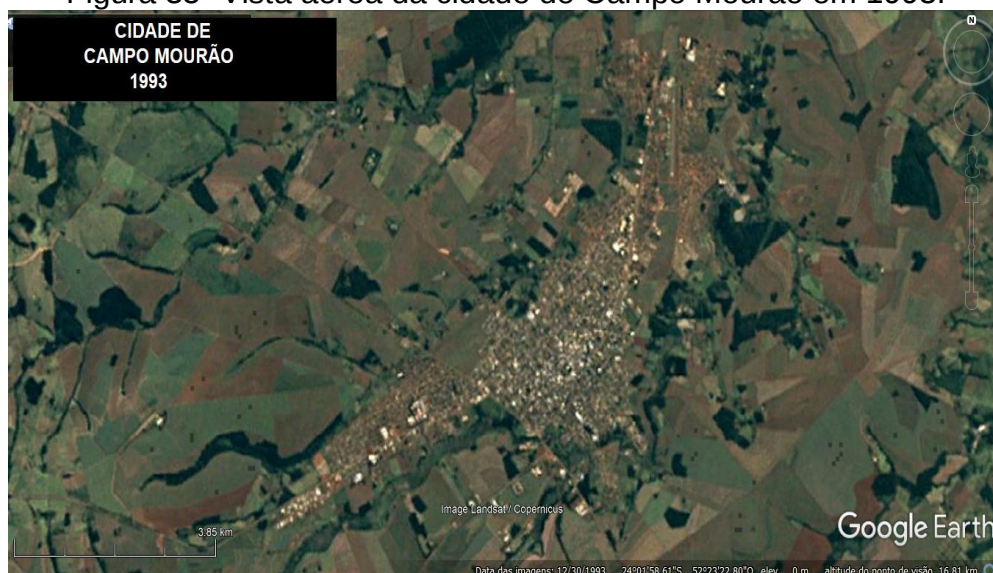
Figura 34 – Vista aérea de Campo Mourão.



Fonte: Site Viaje Paraná.

Compreendemos que, ainda que em menor quantidade houve crescimento e a ação desses agentes é um indicador de desenvolvimento local. Na figura 34, observamos que o perímetro continua expandindo devido aos investimentos de agentes imobiliários privados, em contrapartida as áreas verdes diminuindo cada vez mais. Outro ponto que chama atenção na imagem é a presença de edifícios na área central, gerando uma supervalorização dos terrenos nessa área, dificultando a aquisição de lotes.

Figura 35- Vista aérea da cidade de Campo Mourão em 1993.



Fonte: Google Earth, Série histórica 2020. Produzido pelo autor.

O decênio de 1990 não começou tão favorável ao desenvolvimento da cidade, tendo em vista que a crise econômica nacional influenciou, sobremaneira, a economia do município. O período foi de recessão, tanto é que algumas empresas fecharam. A situação econômica da época pode ter auxiliado na redução dos investimentos privados no setor imobiliário e no aumento da atuação do Estado, estimulando a construção civil através dos empreendimentos de baixo custo, visto que diante de uma crise econômica, são comuns o aumento da taxa de desemprego, aumento do mercado informal e da inflação o que levou a população buscar novas alternativas de renda além da redução no custo de vida.

2.2.6. Produção do espaço de Campo Mourão década de 2000

De acordo com os dados do Atlas Brasil e do IBGE, em 2000 o município contava com cerca de 80.476 habitantes, dos quais 74.754 (o equivalente a 92,89%) residindo na área urbana e os outros 7,11%, ou seja, 5.722 habitantes na área rural. Ainda conforme informações obtidas no Atlas Brasil, nesse período, a expectativa de vida do município era de 71,6 anos, contra a média nacional de 68,6 anos. O IDHM da época era de 0,675; a mortalidade infantil era de 23,6 a cada mil; a renda média da população girava em torno de R\$ 559,12.

Os marcos dos anos 2000 foram:

a) a transformação da Santa Casa de Misericórdia em Hospital regional, tal mudança trouxe como bônus uma estrutura melhor para atender os casos da região, visto que alguns municípios não possuem hospital e como ônus uma sobre carga nos atendimentos oferecidos pelo hospital que, apesar de ter os atendimentos ampliados para toda região, a estrutura permaneceu a mesma, o que gerou problemas com recursos por exemplo, já que os municípios vizinhos não fazem o repasse de verba para o hospital e quando fazem o valor é menor que o necessário.

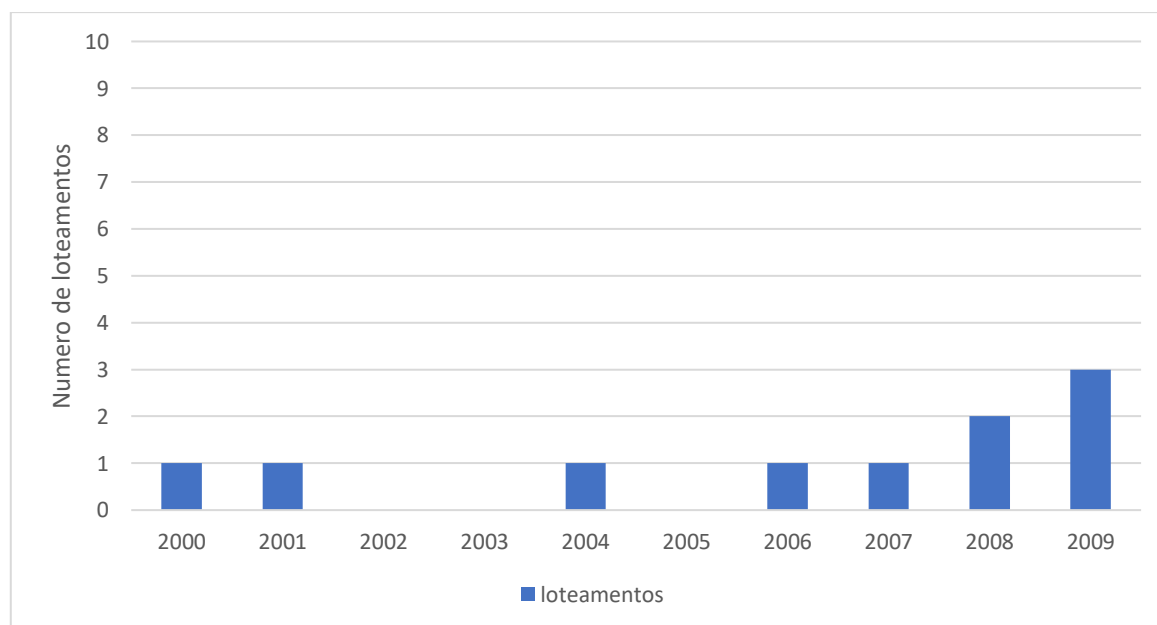
b) O CEFET passou a ser Universidade Federal UTFPR, ou seja, sua área de atuação foi ampliada atendendo estudantes do país. Atualmente, o campus atende cerca de 2000 mil alunos e oferece a Campo Mourão e região cursos desde cursos técnicos de nível médio até cursos de mestrado, assim podemos afirmar que a instalação e posteriormente mudança pela qual a instituição passou, colocou-a em evidência nacional, como também o município. (UTFPR, 2019).

c) Foi implantado o Centro Universitário Integrado que agregou a rede de ensino superior em Campo Mourão.

d) Em 2005, despontou o Espaço Sou Arte, diretamente ligado ao desenvolvimento cultural, sua atuação artística consiste na formação e aperfeiçoamento de seus membros, bem como na elaboração de espetáculos para o setor empresarial através da venda de espetáculos sob encomenda com finalidades definidas; e socialmente através do atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ofertando aulas de circo, teatro, dança entre outras atividades.

e) Foi fundada em 2002, a Academia Mourãoense de Letras com 23 membros, assim reconhecendo os talentos literários já existentes na comunidade e incentivando o nascimento de novos. A imagem abaixo mostra a expansão do espaço urbano de Campo Mourão no início dos anos 2000.

Figura 36-Loteamentos aprovados na década de 2000



Fonte: Secretaria de Planejamento, 2020.
Organizadora: COELHO, Suzana de Almeida.

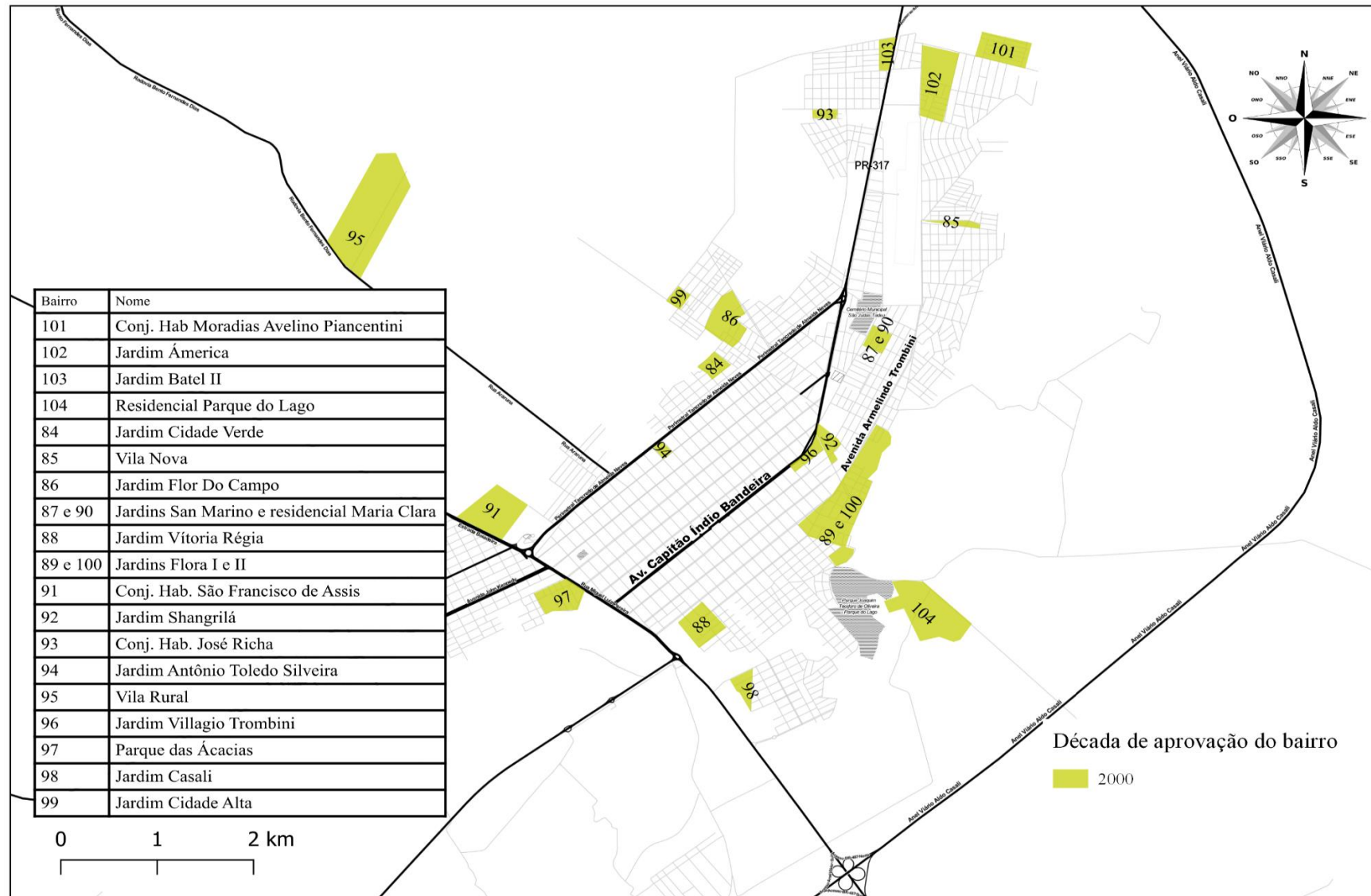
De acordo com o quadro 7, localizados na imagem 35 acima, verificamos do início até meados do decênio, a ampliação do perímetro urbano foi pequena, porém nos anos finais há um aumento considerável na área urbana o que pode ser explicado pela mudança do governo federal, conseqüentemente, houve alterações nos programas habitacionais que facilitaram a aquisição da casa própria.

Quadro 7- Loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados na década de 2000

Loteamento	Lotes	Data de aprovação	Proprietário
Jardim Cidade Verde	117	14/02/2000	Marco-Venda, Inc. Cont. Ltda
Vila Nova	54	03/07/2000	Município De Campo Mourão
Jardim Flor Do Campo	55	21/03/2001	Casali e Cia Ltda
Jardim San Marino	57	19/11/2001	Marco-Venda Inc. E Const. Ltda
Jardim Vitória Régia	31	27/09/2002	Agropecuária Vitória Regia Ltda
Jardim Flora	150	23/06/2003	Marco-Venda Inc. E Const. Ltda
Jardim Residencial Maria Clara	43	01/12/2003	Ezoel Pereira E Cia Ltda
Conj. Hab. São Francisco De Assis	-	24/06/2004	Cohapar
Jardim Shangrilá	62	22/11/2004	Silvio Turci
Conjunto Habitacional Jose Richa	114	27/04/2004	Cohapar
Jardim Antônio Toledo Silveira	54	29/03/2005	Isolde Collodel Silveira
Vila Rural Pedro Kloster Junior*	52	09/05/2005	*incluído no perímetro urbano conforme a lei nº1921.
Jardim Villagio Trombini	133	06/06/2005	Incorporadora De Campo M. Ltda
Parque das Acácias	191	21/12/2006	Gilberto Muniz Simon
Jardim Casali	71	22/08/2007 24/07/2008	Imobiliária Flor do Campo Ltda
Conj. Hab. São Franc. de Assis	57	13/12/2007	Cohapar
Jardim Cidade Alta	154	26/05/2008	Campo Incorporadora Ltda
Jardim Flora II	173	23/07/2009	Marco-Venda Inc. E Const. Ltda
Conj. Hab. Moradias Avelino Piacentini	439	03/09/2009	Construtora Piacentini Ltda
Jardim América	258	10/09/2009	Bmw – Empreendimentos Imobiliários Ltda
Jardim Batel II	76	17/09/2009	Silvio Turci
Jardim Residencial do Lago	91	22/12/2009	João Teodoro De Oliveira Sobrinho

Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

Figura 37- Localização das áreas incorporadas na década 2000



Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

Outro fator que influenciou no crescimento do município foi a safra de 2003/2004, de acordo com matéria publicada pelo jornal Coamo, “A região de Campo Mourão é uma das mais importantes na agricultura paranaense e vem contribuindo decisivamente para que o Estado continue sendo o celeiro do Brasil (Jornal Coamo, 2003)”, ainda de acordo com a matéria, a produção média de soja é de 123 sacos por alqueires, enquanto que a produção de milho superou em 14% a média do Estado e 80% a média nacional. Por fim, a colheita realizada em Campo Mourão contribuiu de maneira expressiva para economia do estado, sendo uma região de extrema importância. É importante ressaltar que o sucesso do campo reflete diretamente nas cidades por meio do comércio e investimentos em outros setores como o imobiliário, venda e manutenção de máquinas, insumos e afins.

Figura 38- Vista aérea da cidade de Campo Mourão em 2003.



Fonte: Software Google Earth, Série histórica 2020. Produzido pelo autor.

Por fim, podemos afirmar que nessa década, o destaque foi o campo, que foi decisivo para a economia local e estadual.

Na área da saúde, tivemos a abertura dos equipamentos de saúde do município para a os municípios da região, o que gerou problemas nessa área, visto que a demanda pelos serviços aumentou mais e a estrutura ofertada permaneceu a mesma, o que fez com que o sistema de saúde mourãoense, assim como o brasileiro, entrasse em colapso devido à pandemia do *Corona vírus* em 2020.

A educação também se torna motivo para novos investimentos no município, visto que o surgimento de novas instituições, bem como os novos cursos atraíram novos estudantes do país todo, consequentemente, estimulando todos os setores da economia.

Outro fato marcante no processo de expansão urbana ocorrido no referido período foi o aumento no número de loteamentos destinados para a população de médio e alto poder aquisitivo, com destaque para: Jardim Flora I e II; Jardim Shangrila; Residencial Parque do Lago; Parque das Acácias; Jardim Casali e o Condomínio fechado Jardim Villagio Trombini, totalizando 871 lotes. Entre os fatores que ajudaram a explicar esses fenômenos, estão o crescimento econômico verificado no Brasil a partir de meados da década de 2000; a elevação na renda; o aumento do crédito para construção civil, entre outros.

Porém, é preciso reforçar que foram poucas as pessoas que realmente tiveram acesso a esses espaços. Ainda que as melhorias verificadas na economia atingiram muitas pessoas (entre elas a redução nas taxas de desemprego), os baixos salários pagos para a população trabalhadora inviabilizam a sua inserção nos espaços de melhor infraestrutura e próximos do centro da cidade. A segregação espacial continua sendo uma marca da paisagem urbana de Campo Mourão.

2.2.7. Produção do espaço de Campo Mourão década de 2010

Em 2010, a população mourãoense atingiu o total de 87.194 habitantes, de acordo com IBGE (2010), deste total 94,82% residindo na cidade e os outros 5,18% no campo. A expectativa de vida também aumentou, passando para 75,4 anos em 2010. Outro item que chama atenção é a taxa de mortalidade infantil que passou para 12,1 para cada mil nascidos; isso refletiu diretamente no índice de longevidade e no IDHM que passou para 0,757 numa escala que chega a 1 (ATLAS BRASIL, 2020).

Ainda em 2010, houve a criação da UNICAMPO (Faculdade União de Campo Mourão), oferecendo mais uma opção de ensino superior, ofertando 10 cursos para Campo Mourão e região, já o Centro Universitário Integrado, que em 2017 trouxe para a cidade o curso de medicina. Conforme matéria publicada pelo próprio Grupo Integrado em 03/08/2017, o processo para abertura do curso teve início em 2013, primeiro ocorreu uma seleção através do “Programa Mais Médico” do Governo

Federal, posteriormente ao processo de licitação que avaliou o histórico da instituição, a capacidade de econômico-financeira e a proposta pedagógica. As aulas da primeira turma tiveram início em fevereiro 2018 sob grande expectativa, a implantação do curso de medicina significou grande avanço para setor da saúde em Campo Mourão, em 2019 uma portaria do MEC ampliou de 50 para 125 vagas, o que fez aumentar os atendimentos médicos, não somente de Campo Mourão, mas da região, visto que os estudantes passaram a atuar na rede de saúde.

Em matéria publicada no *Jornal Tribuna do Interior* em 10/07/2015, a conquista do curso de medicina torna Campo Mourão um polo atrativo para profissionais de diversas áreas, além de elevar o perfil socioeconômico do município, por estimular os setores de serviços (lavanderias, laboratórios); os trabalhos terceirizados como a manutenção de máquinas, movimenta o mercado imobiliário através dos estudantes, aumenta a procura por cursos na área de saúde, ou seja, impulsiona o desenvolvimento da cidade.

Na UNESPAR em 2013, são abertas as inscrições para o primeiro processo seletivo de mestrado interdisciplinar PPGSED- Programa de Pós Graduação Sociedade e Desenvolvimento, desde então outros quatro cursos de mestrado foram implantados, PPGHP - Programa de Pós Graduação em História Pública, ProfHistória - Mestrado Profissional em Ensino de História, PRPGEM- Programa de Pós Graduação em Educação Matemática e o PROFEI- Mestrado Profissional em Educação Inclusiva, assim ofertando cursos de qualificação principalmente na área da educação, representando um avanço significativo na educação.

Quanto à urbanização, surgem vários loteamentos novos (quadro 8), imagem 39 e 40, além da revitalização das praças São José e Getúlio Vargas.

Quadro 8- Loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados na década de 2010

Loteamento	Lotes	Data de aprovação	Proprietário
Residencial Jardim Botânico I	218	18/02/2010	Maria Glaci Chiminacio Gurgel
Jardim Copacabana 2	205	04/03/2010	Copacabana Imóveis Ltda
Residencial Jardim Botânico 2	102	09/11/2010	Maria Glaci Chiminacio Gurgel
Jardim Europa	195	20/12/2010	Bmw Empreendimentos Imob. Ltda

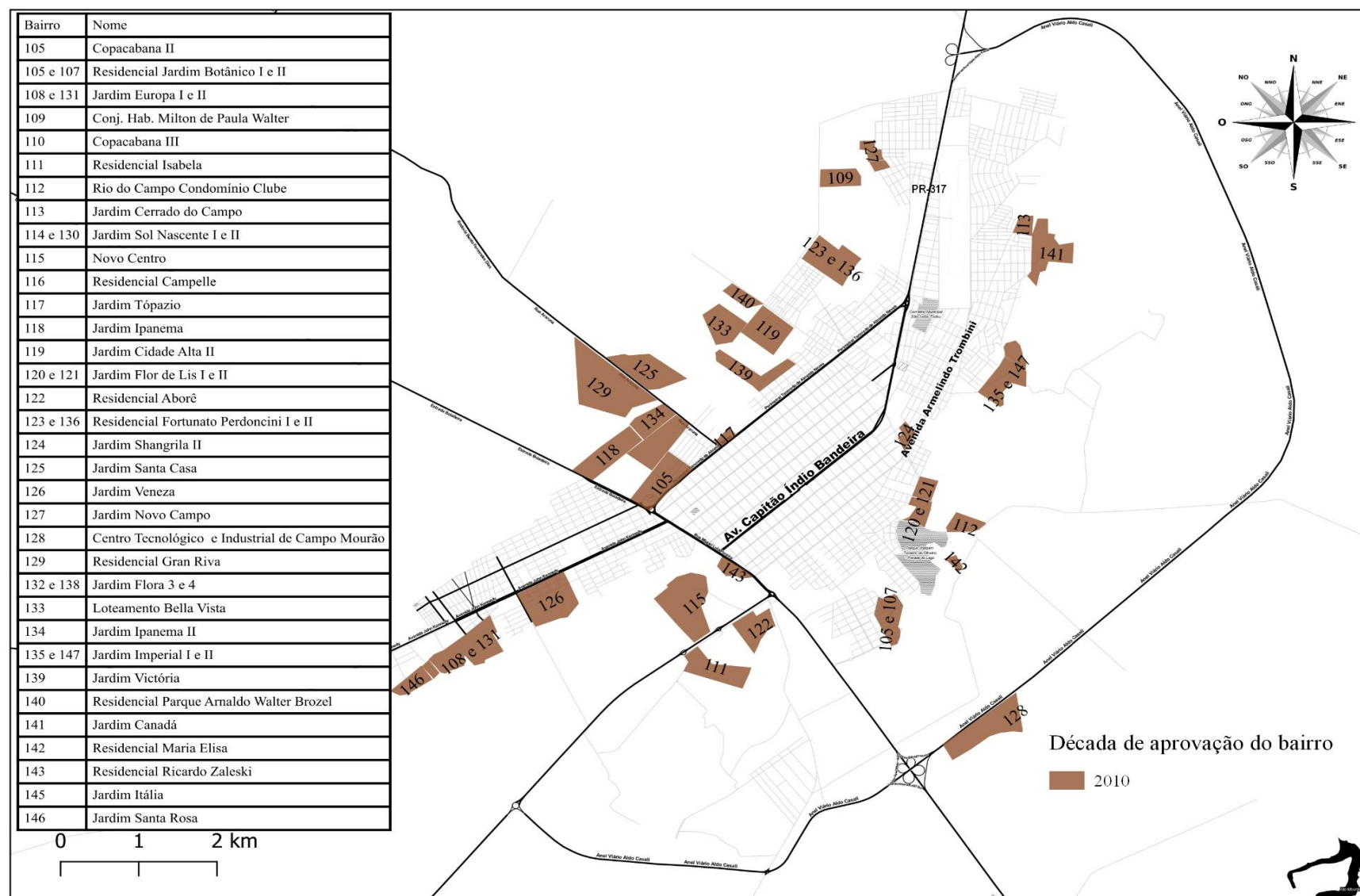
Conj. Hab. Milton de Paula Walter.	438	28/12/2010	Cohapar
Jardim Copacabana 3	-	14/03/2011	Copacabana Imóveis Ltda
Residencial Isabela	175	21/03/2011	R. G. M. Imóveis Ltda
Rio do Campo Condomínio Clube	130	05/12/2011	Gm Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Jardim Cerrado Do Campo*	-	21/05/2012	Fernando Antonio Martins de Oliveira*
Jardim Sol Nascente	257	12/06/2012	Mgf imóveis
Novo Centro	840	03/06/2012	Marcovic
Residencial Campelle	187	12/07/2012	Mgf imóveis
Jardim Topazio	28	30/08/2012	
Jardim Ipanema	168	26/11/2012	
Jardim Cidade Alta II	436	04/12/2012	
Jardim Flor De Lis I	59	17/07/2013	Norberto Julius Hakner
Jardim Flor De Lis II	26	17/07/2013	Maria do Carmo Faria Alcântara Saraiva e Outros
Residencial Aboré	287	19/08/2013	Aboré Empreendimentos Ltda
Residencial Fortunato Perdoncini	828	10/01/2014	Construtora Piacentini
Jardim Shangrila II	75	10/04/2014	
Jardim Santa Casa	178	13/05/2014	
Jardim Veneza	401	18/06/2014	
Jardim Novo Campo	81	07/07/2014	
Centro tecnológico e industrial de Campo Mourão	129	14/08/2014	
Residencial Gran Riva	1.107	26/09/2014	
Jardim Sol Nascente II	136	03/10/2014	
Jardim Europa II	201	03/10/2014	
Jardim Flora III	122	17/10/2014	
Loteamento Bella Vista	180	20/05/2015	
Jardim Ipanema II	127	16/06/2015	Construtora jardim
Jardim Imperial I	185	01/07/2015	Tapowik
Residencial Fortunato Perdoncini II	732	14/10/2015	Piacentini
Residencial Parque do lago	552	15/10/2015	Habitten imóveis

Jardim Flora IV	48	15/10/2015	Marco-Venda Inc. E Const. Ltda
Jardim Victória	234	21/10/2015	garramaq
Residencial Parque Arnaldo Walter Bronzel	600	27/11/2015	Construtora monolux
Novo Centro Universitário	169	31/12/2015	RGM Imóveis
Jardim Canadá	290	21/12/2016	Wegg construtora
Residencial Maria Elisa	22	21/12/2016	(condomínio fechado)
Residencial Ricardo Zaleski	100	02/07/2016	
Jardim Solimões	54	30/07/2017	
Jardim Itália	34	04/10/2017	
Jardim santa rosa	365	07/08/2018	Pedro Granado Imoveis
Jardim imperial II	120	01/09/2020	Tapowik

*desistiu do loteamento

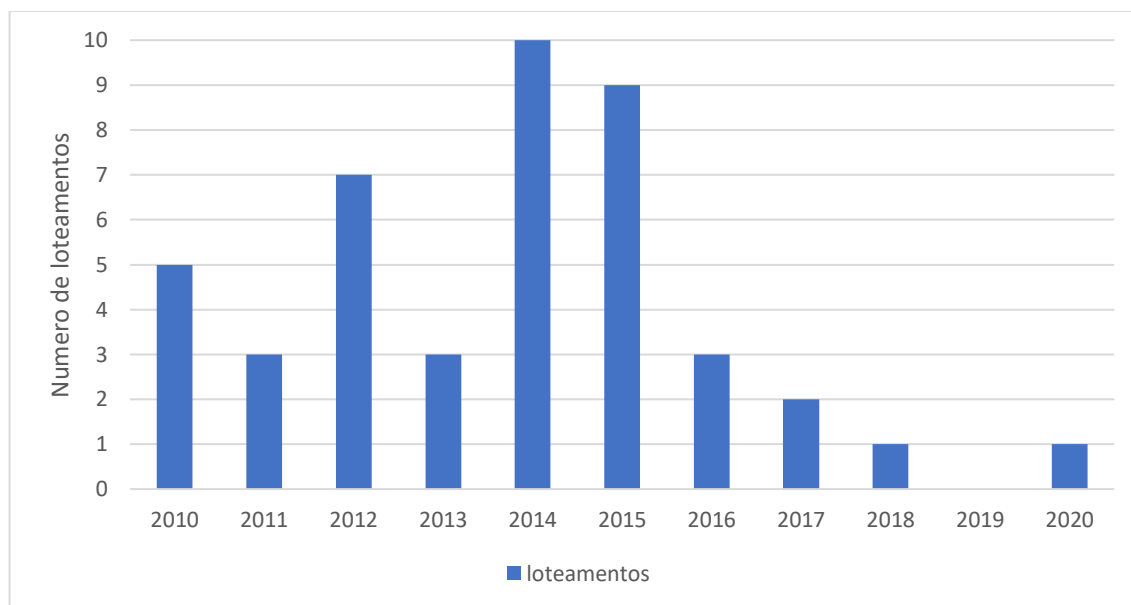
Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

Figura 39- Localização das áreas incorporadas na década 2010



Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

Figura 40 - Loteamentos aprovados na década de 2010



Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

Com base nas informações disponíveis na tabela 8, ficou notório que a construção civil cresceu significativamente, pois notamos que nesse período passam a integrar ao espaço urbano 44 novas áreas, as quais provocaram uma expansão acentuada do perímetro urbano. A primeira metade da década foi de grande crescimento no número de loteamentos, impulsionados, principalmente pelas políticas públicas direcionadas ao financiamento para várias faixas de renda, ou seja, ao Programa Minha Casa Minha Vida. Observamos desde a construção do Condomínio Fechado de luxo Rio do Campo, Condomínio Clube para o público de alto poder aquisitivo, o Novo Centro (com 840 lotes) para a população de médio poder aquisitivo e o Residencial Fortunato Perdoncini (824 casas) e Residencial Fortunato Perdoncini II (732 casas), ambos voltados para a população de menor poder de compra.

A partir de 2015, uma crise econômica e política atinge o país com força, o PIB sofre quedas consecutivas e o número de desempregados aumenta rapidamente. Com isso, o crédito bancário ficou mais restrito e as políticas públicas para habitação foram esvaziadas. O resultado foi a redução no número de novos loteamentos e conjuntos habitacionais em Campo Mourão. Com a crise, uma vez mais a população de menor poder aquisitivo é penalizada com o desemprego, subemprego, terceirização, precarização do trabalho etc., ocasionando o aumento da pobreza.

Em 2019, em um momento marcado pela breve retomada do crescimento econômico no país, Campo Mourão ganhou a 130ª loja da rede Havan, gerando aproximadamente 260 empregos, oferecendo diversos itens, produtos nacionais e importados, cama, mesa e banho. Desse modo, o comércio vai tomando força e atraindo mais investimentos. As imagens 41 e 42 permitem a visualização de um panorama geral do espaço urbano de Campo Mourão no ano de 2013.

Figura 41 – Vista parcial de Campo Mourão, 2013.



Fonte: Blog Ilivaldo Duarte.

De acordo com matéria publicada em 11/08/2015 no Portal do Agronegócio em 2014, o valor da terra na região de Campo Mourão subiu aproximadamente 4%, esse dado tem por base o DERAL (Departamento de Economia Rural), Secretaria de Agricultura e Abastecimento, além de pesquisa de campo com proprietários rurais, corretores e cooperativas, as terras da região estão entre as mais valorizadas do Estado, em Campo Mourão o hectare variou em 2014 entre 45 e 46 mil. Vale ressaltar que a cotação do dólar, a localização e qualidade também influenciam no valor. Com o aumento no valor da terra rural, houve, cada vez mais propriedades pequenas incorporadas às grandes propriedades, visto que o custo de produção e manutenção da terra é alto. Concomitantemente, com menos intensidade, ainda ocorreu a expulsão de população do campo para a cidade ou para áreas onde o valor da terra é acessível.

Figura 42– Vista aérea da cidade de Campo Mourão em 2013.



Fonte: *Software Google Earth, Série histórica 2020. Produzido pelo autor.*

A figura 42 mostra o perímetro urbano de Campo Mourão em 2013, após 70 anos de intervenções, além da expansão urbana expressiva é possível perceber o quanto a vegetação diminuiu. Comparada a imagem desse ano, às demais imagens dos anos anteriores, a ocupação extravasou os limites dos rios: Rio do Campo e do Rio 119 e a expansão continuou sem nenhum obstáculo. Identificamos, por fim, que os agentes produtores no decorrer da história do município foram: o Estado (em todas as esferas); os demais agentes imobiliários; o comércio; os serviços e a própria população. Indo de encontro com que Corrêa (2012, p. 44) afirma: os agentes produtores do espaço:

[...] São eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o estado e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação o espaço é produzido, impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significado diversos, como aqueles associados a estética, status etnicidade e sacralidade. (CORRÊA, 2012, p.44)

Retomado a discussão, a razão que estimulou a ocupação dessas terras foi o fator econômico, haja vista que por necessitar expandir mais as áreas para criação de gado bovino e suíno e a áreas para plantio de café, milho, arroz etc. Além, é claro, da extração de madeira que movimentou a economia da região até a década de 1980, quando entrou em declínio.

Podemos citar também como motivo para expansão do espaço urbano de Campo Mourão o aumento da população local e regional, o que trouxe como consequência a necessidade de dar auxílio a seus moradores para que primeiro venham a ocupar os espaços e depois tenham motivos para permanecer neles. Isso foi feito, melhorando o cotidiano dos moradores aos poucos, inicialmente oferecendo terras para a fixação, para o trabalho e para o abrigo da família, depois melhorando o espaço para população com a inserção do comércio, posteriormente, hospitais, posto de saúde, serviços como banco, escola, até mesmo Igreja onde os cidadãos professam sua fé. Enfim, o espaço urbano vai se (re) produzindo, conforme a necessidade dos indivíduos que o habitam. Carlos, (2009, p.52) afirma:

O espaço geográfico nasce do processo de construção material da sociedade, no processo de trabalho, ao contrário da terra que não é produto do trabalho. [...] O lugar é construído como condição para a produção e para a vida, e ao serem construídas, essas condições produzem um espaço hierarquizado, diferenciado, dividido, contraditório, que se consubstancia como um dado modo de vida (CARLOS, 2009, p .52).

2.3 Síntese do processo de expansão urbana em Campo Mourão

Com relação ao processo de expansão urbana ocorrido em Campo Mourão, em síntese, observamos que já na década de 1950, logo após a emancipação que ocorreu em 1947, foram aprovados três (3) loteamentos. Ainda em 1950 podemos perceber que as alterações ocorridas no espaço tinham um cunho estrutural, pois, a paisagem começa a ser alterada e surgem os primeiros estabelecimentos comerciais, moradias, escolas, dando respaldo para o desenvolvimento do município.

Na década de 1960 e 1970, o crescimento do município é evidente através da implantação de novas empresas, das fábricas e do comércio. Outro fator que demonstra o quanto a cidade cresceu nesse período foi o aumento da população e a quantidade de loteamentos aprovados, 24 em 1960 e 28 em 1970, culminado em grandes mudanças no perímetro urbano e na paisagem.

Já nas décadas de 1980 e 1990 conhecidas como décadas perdidas devido à crise econômica pela qual o país passou; o ritmo de desenvolvimento do município diminuiu influenciado pela alta inflação e recessão econômica. A partir desse momento, já não eram necessárias obras estruturas, pois predominam as ampliações

das redes básicas (água, esgoto, luz elétrica, etc.). Somente no fim da década de 1990, houve uma melhora, e o município, que voltou a crescer de maneira tímida inicialmente, porém nesses dois decênios foram aprovados 21 loteamentos em 1980 e 16 loteamentos em 1990.

No início dos anos 2000, a economia nacional melhorou, e isso refletiu diretamente na cidade. Com uma estrutura consolidada, podemos afirmar que após 70 anos de história, o município se tornou polo regional de saúde, de educação e de comércio. Entre os anos de 2000 e 2020 foram aprovados 44 loteamentos, os quais sinalizam o quanto o perímetro urbano foi modificado.

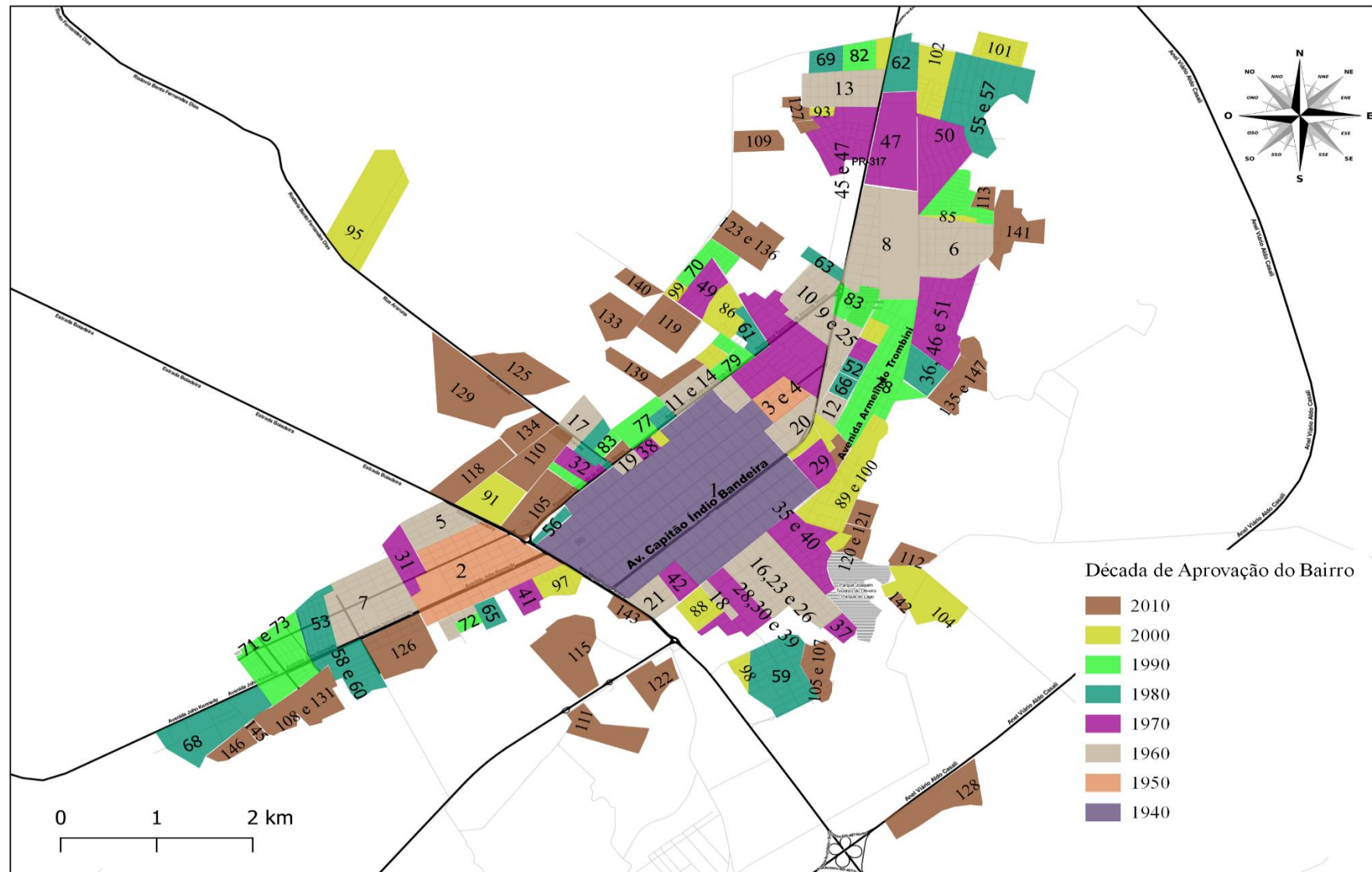
Porém, outras questões são levantadas quanto ao desenvolvimento, o qual vai além da economia e território. Dessa maneira, perguntamos como esse crescimento atingiu ou retornou à população? Destacamos que as forças políticas foram determinantes para o avanço do município através da implantação de equipamentos e serviços básicos, como saneamento, luz, água, esgoto e asfalto; foram e ainda são instrumentos utilizados para arrecadação de votos, mesmo sendo direitos garantidos, tanto pelo Plano Diretor (2012), como pelo Estatuto das Cidades (2001) e até mesmo na própria Constituição Federal (1988).

Percebemos que exceto nos anos de 1990 em que a atuação do Estado representado pela COHAPAR e pela prefeitura municipal foi igualitária no mercado imobiliário, nas demais décadas as ações dos agentes imobiliários privados foram maiores, tais ações estimularam a segregação espacial visto que os agentes privados tendem a ocupar área de menor valor consequentemente afastadas da área central onde o preço do metro de terra é muito maior.

Apesar de todo crescimento demonstrado (figura 43), destacamos que os agentes que mais atuaram na produção desse espaço foram os agentes imobiliários que, tornando o espaço em mercadoria o adquirem, agregam valor e o comercializam novamente.

Assim sendo, a partir do momento em que os serviços, equipamentos, luz, água, esgoto, asfalto e comércio, instalam-se primeiramente no centro, o que favorece a população residente e gera valorização dos imóveis da área central, impossibilitando a aquisição por outras classes sociais, consequentemente a população menos abastada muda-se para áreas periféricas, mais afastadas do centro e que não possuem a mesma estrutura disponível no centro da cidade, mas que condiz com a renda que esses indivíduos possuem.

Figura 43-Perímetro urbano de Campo Mourão 2020



Fonte: Secretaria de planejamento de Campo Mourão.
Organizado pela autora, (2020).

Observamos que no decorrer do tempo, a pressão exercida por essa população periférica que vive às margens do centro faz com que haja a expansão das redes de luz, água, esgoto e asfalto, porém percebemos que não há nenhum incentivo para o desenvolvimento de comércio nos bairros ou fora do nicho central, o que causa supervalorização nos pontos comerciais localizados nessa área, impedindo ou dificultando o surgimento e manutenção de novos estabelecimentos comerciais, principalmente de pequeno porte, devido aos altos custos (aluguel, impostos, funcionários entre outros).

Campo Mourão, de acordo com Silva (2008) e Costa (2009), se transformou em um polo regional de saúde, educação, emprego, entre outros, o que despertou o interesse do capital em promover a expansão urbana e a especulação imobiliária.

A habitação, é um nicho extremamente rentável, despertou o interesse e investimentos, principalmente do setor privado. Podemos perceber que o mercado imobiliário vai ganhando força com o passar das décadas e os investimentos do setor privado crescem. É importante ressaltar que somente 1986 surge a lei municipal nº490/86 que regulamentou o zoneamento do município e passou a exigir que para a liberação de novos loteamentos os mesmos já deveriam ter infraestrutura mínima implantada, redes de luz, água, esgoto e asfalto (cap. 5, art.º 24, inciso VI).

A habitação é uma necessidade de todos, porém não são todos que têm acesso a uma habitação com estrutura adequada. Percebemos que mesmo com a grande quantidade de loteamentos que foram surgindo com o decorrer do tempo, ainda não foram capazes de atender a todas as classes sociais. O espaço urbano, transformado em mercadoria, não permite que o direito ao acesso do espaço urbano seja exercido em sua plenitude por todos os indivíduos que compõem a sociedade. O problema habitacional persiste, pois, a população menos abastada não consegue acompanhar a valorização dos imóveis, ou seja, não possui meios de aquisição ou ainda não consegue arcar com aluguel. Enfatizando, Maricato, (2013) afirma: “[...] trata-se de uma força de trabalho que não cabe no mercado residencial privado legal, que por sua vez é altamente especulativo [...]”. Aumentando o abismo existente entre as classes sociais, reforçando a exclusão, a segregação e negando o acesso dessa parcela da população ao direito de ter a casa própria, um lar.

No próximo capítulo será abordado o Programa Minha Casa Minha Vida, bem como sua influência na produção do espaço urbano de Campo Mourão, apresentamos os antecedentes do programa, bem como, sua estrutura e implantação.

CAPÍTULO 3

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: CONJUNTOS HABITACIONAIS FAIXA 1 EM CAMPO MOURÃO

Neste capítulo trataremos sobre a habitação no Brasil por meio de uma breve contextualização do problema da moradia até chegar na implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Para atingir os objetivos sinalizados, realizaremos um sucinto levantamento histórico sobre habitação social com o intuito de compreender o problema, em seguida apontaremos as principais iniciativas que tentaram solucionar o problema antes do Programa Minha Casa Minha Vida, bem como as contradições que o envolvem. Encerraremos o capítulo salientando quais são os Conjuntos habitacionais pertencentes a Faixa 1 do programa, tal como sua localização e estrutura.

3.1 Habitação social no Brasil: Um problema histórico

Existe uma discussão muito ampla sobre habitação no Brasil, vários autores debatem o tema a partir de diversos olhares, o que demonstra a importância da temática. Atualmente 84% da população brasileira vive em áreas urbanas, e apenas 16% em áreas rurais (PNAD, 2015). Os dados apresentados provocam algumas indagações: Por que uma porcentagem tão grande da população vive nas cidades? O espaço urbano é capaz de abrigar e suprir as necessidades dessas pessoas? Qual o impacto do aumento de população no espaço urbano? Como enfrentar o problema da habitação no país? Enfim, os questionamentos são inúmeros.

A habitação no Brasil se tornou um problema crônico agravado pelos processos de urbanização, industrialização, migração e a modernização da agricultura. Segundo Maricato (2003), as mudanças ocorridas em 1930, após a regularização do trabalho urbano estimularam a migração campo-cidade. Corroborando Santos (1986) afirma:

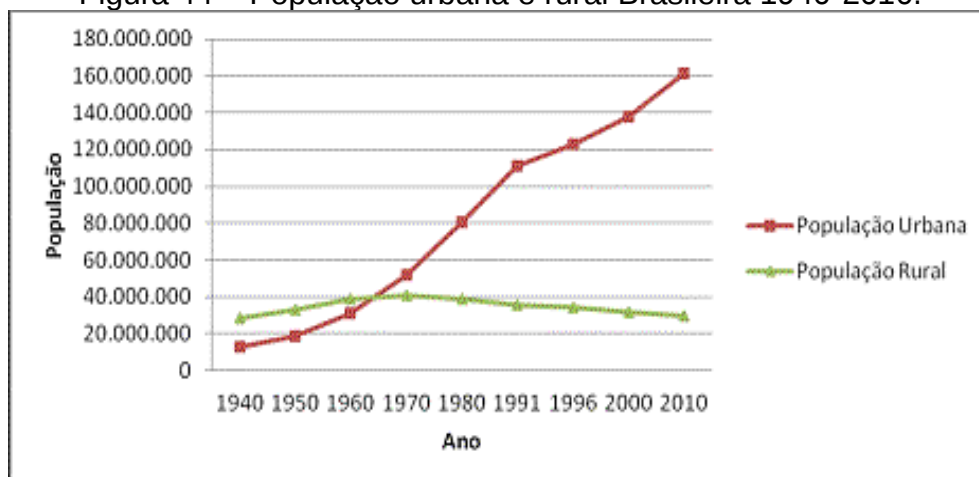
A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos [...]. Não aconteceu nada

disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos (SANTOS, 1986, p.60).

Dessa maneira, destacamos dois extremos, de um lado o campo que transmitia a ideia de arcaico, atrasado e que oferecia uma vida árdua cheia de dificuldades e trabalho pesado. Diante desse cenário, o campo começa a passar pelo processo de modernização da agricultura com a substituição da mão-de-obra braçal pelo uso de maquinários agrícolas, como tratores e colheitadeiras, dentre outros equipamentos, o que contribui para o êxodo rural, de modo que grande parte da população rural migra do campo para os espaços urbanos. Do outro lado, as cidades transmitem as ideias de: modernidade, prosperidade, progresso e liberdade, que são reforçadas pelo processo de industrialização. Portanto, identificamos um movimento de migração da população rural rumo aos centros urbanos, impulsionado pelo processo de modernização da agricultura que expulsou inúmeras famílias do campo, e os centros urbanos fomentando a ideia de uma vida próspera e tranquila, reforçada pelo crescimento das indústrias.

No entanto, Maricato (2003) expõe que no fim do século XX as cidades brasileiras eram sinônimos de violência, poluição, caos no trânsito, enchentes, entre outros tantos problemas, devido à falta de estrutura para absorver essa demanda. A vida nas cidades foi ficando cada vez mais difícil, a população urbana aumentou rapidamente, porém a estrutura disponível nas áreas urbanas permaneceu a mesma. A figura 44 demonstra o crescimento da população urbana no país, de acordo com dados do último censo realizado em 2010, em virtude da falta de recursos financeiros e devido à pandemia do COVID-19 ainda não houve o censo demográfico em 2020.

Figura 44 – População urbana e rural Brasileira 1940-2010.



Fonte: Mundo Agrário.

A limitação das políticas públicas de habitação promovidas pelo Estado e a ação especulativa do capital fazem com que o espaço urbano seja produzido desordenadamente, provocando o surgimento de favelas, invasões, ocupações irregulares, falta de saneamento básico, violência urbana, transporte coletivo ineficiente, educação de baixa qualidade, desigualdade social, dentre outros (Maricato, 2000). Apesar da moradia ser um direito de todos, não há um apoderamento igual para todos, o direito ou a posse, ambos estão condicionados ao capital, dessa forma os detentores dos meios de produção e a população mais abastada adquirem as áreas mais valorizadas das cidades (não necessariamente no centro), enquanto que a população menos abastada reside em áreas afastadas do centro, muitas vezes de difícil acesso e sem infraestrutura.

Enfatizamos que a crise habitacional brasileira é um problema antigo que já era presente nos tempos da abolição da escravidão e foi sendo agravado por processos como a industrialização. Ao investigar sobre a história da propriedade urbana no Brasil, Ferreira (2005) aponta que a Lei de Terras (1850) aliada ao processo de abolição da escravidão tornaram a terra mercadoria que só poderia ser adquirida pela parcela da população que já possuía bens e posses, o que coibiu o acesso à terra da maior parte do povo que não possuía nenhum tipo de capital, acentuando o abismo entre as classes sociais.

[...] tal situação consolidou a divisão da sociedade em duas categorias bem distintas: os proprietários fundiários de um lado, e do outro, sem nenhuma possibilidade de comprar terras, os escravos, que seriam juridicamente libertos apenas em 1888, e os imigrantes, presos à dívidas com seus patrões ou simplesmente ignorantes de todos os procedimentos necessários para obter o título de propriedade. [...] Mas, a terra como "mercadoria" não ficou por causa disso mais disponível para essa massa de população. Como vimos, a distribuição das terras no Brasil se deu, para os senhores de então, em um sistema com muito pouca, ou nenhuma concorrência (FERREIRA, 2005, p. 3).

Destacamos que o acesso limitado à terra no meio rural se repete no espaço urbano. Para Ferreira (2005), a Lei de Terras contribuiu para a definição de áreas públicas e privadas; outro ponto destacado pelo autor é que antes da abolição da escravidão oficial, já era percebido um aumento no fluxo de migrantes para o Rio de Janeiro. No caso do Rio de Janeiro, o despreparo para atender essa demanda populacional desencadeou diversos problemas:

[...]Rio contava, em 1888, ano da abolição, com mais de 45 mil pessoas vivendo em cortiços, sendo a maioria escravos libertos. A insalubridade, as epidemias, decorrentes da ausência de infraestrutura, como por exemplo o saneamento básico, a violência, a alta densidade urbana, eram marcas de uma parte da cidade, e já mostravam a tônica do que viria a ser a cidade brasileira do século XX (FERREIRA, 2005, p. 5).

Assim, após a libertação dos escravos, as cidades se tornaram os principais destinos dessa população que sem condições financeiras foi marginalizada, passando a ocupar áreas distantes do centro, encostas, morros, em suma essas ocupações irregulares sem estrutura eram feitas com qualquer tipo de material e sem nenhum tipo de projeto. Corroborando, Veloso; Oliveira et al. (2019, p. 41) reforçam “Sob o aspecto temporal, com a abolição da escravatura, a ocupação urbana no Brasil adquiriu maior intensidade, uma vez que havia uma quantidade imensa de recém libertos vagando pelas cidades em busca de trabalho e melhores condições de sobrevivência[...]”. Diante disso, entre as consequências dessas ocupações irregulares estão maior disseminação de doenças, violência, catástrofes como deslizamentos, desmoronamentos, entre outros. De acordo com Bonduki, (1998) foi a partir do período Vargas (1930-1954) que o Estado começa a se voltar para a questão habitacional.

Entre as medidas mais importantes implementadas pelo governo no que diz respeito à questão habitacional, estiveram o decreto-lei do inquilinato, em 1942, que, congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular, que deram início à produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n.º58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações (BONDUKI, 1998, p. 711).

Podemos afirmar que essas iniciativas de regulamentação do setor imobiliário afetam diretamente o desenvolvimento do espaço urbano. Essas primeiras intervenções do Estado estimularam os investimentos no setor, visto que o retorno é certo. Outros setores como a indústria ainda em fase inicial de implantação e desenvolvimento não ofereciam a mesma segurança para os investidores. Citando, o município de São Paulo, Bonduki, (1998) afirma que,

São Paulo, sobretudo, sediando a economia cafeeira e recebendo um fluxo imigratório intenso (a população da cidade cresceu de 40 000 habitantes em 1886 para 260 000 em 1900 e 580 000 em 1920), apresentava um superdinâmico processo imobiliário, com forte expansão urbana e uma hipervalorização de glebas, terrenos e prédios. Em poucos anos, chácaras de características eminentemente rurais eram loteadas e transformadas em zona urbana, fortemente ocupada (BONDUKI, 1998, p. 713).

Portanto, investir no setor imobiliário era e ainda é uma forma de poupança muito rentável, visto que a maior parte a população tem seu acesso limitado à casa própria. A ausência de programas de financiamento que facilitem a aquisição de imóveis, principalmente pela população de menor renda, faz com que a situação se agrave no decorrer do tempo.

O capital é um fator de extrema importância e influência nesse contexto, visto que a renda determinará qual tipo de moradia o indivíduo poderá ocupar, as habitações variam de palacetes a “[...] sequência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas [...]” (BONDUKI, 1998, p. 713). No período que antecedeu a Fundação Casa Popular somente a iniciativa privada atuava na construção e na locação dos imóveis, o Estado não intervia em nada, nem mesmo na regulamentação dos aluguéis que era acertada diretamente entre proprietário e inquilino.

No que tange à moradia como direito constitucional, Sarlet (2008) destaca que foi a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948 que o direito à moradia passou a ser considerado como direito fundamental ao ser humano, posteriormente outros documentos também fizeram a mesma referência como por exemplo, o Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (1966) e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Dessa forma, ao ser entendida como direito fundamental da humanidade, o residir, o habitar, a moradia passa a ser tratada como necessidade básica. Para Bernardi; Meda,

Implica dizer que a concretização do direito à moradia afeta diretamente outros direitos, seja uma efetivação parcial ou total, em caráter de transversalidade é reconhecida a importância do direito à moradia para a realização de demais direitos como, por exemplo, os direitos da personalidade (BERNARDI; MEDA, 2017, p. 23).

Corroborando com Bernardi; Meda; Sarlet (2008) afirma que dois dos artigos da constituição brasileira, os art. 1º, inciso III e no art. 6 expressam que a moradia

fez/faz parte do direito fundamental da pessoa humana, estando diretamente ligada ao pertencer a dignidade do indivíduo e seu bem-estar.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 1).

Portanto, juridicamente esses direitos estão assegurados. Porém na prática, as políticas públicas brasileiras, até o momento, não deram conta de atender a demanda por moradia digna para a população (principalmente a de baixa renda), mesmo formando parcerias com instituições privadas. O que houve foi um enriquecimento histórico da classe média/alta às custas da população mais pobre oriunda do campo, ou seja, houve um grande contingente populacional se descolando para as cidades e para grandes centros urbanos com o intuito de conquistar melhores condições de vida ludibriados pelas utopias associadas à cidade e reforçadas pela industrialização, assim, as políticas públicas auxiliaram no enriquecimento de poucos, manteve a população pobre sem moradia e ainda elevou alugueis e o valor do imóvel, (Sarlet 2008).

Contudo, a realidade foi contrária, pois as circunstâncias encontradas por essa população migrante foram de muita dificuldade e rapidamente os problemas começaram a se manifestar como o desemprego, o que fez com essa parcela da população sujeitasse a condições de vida cada vez mais precárias devido à falta de recursos. Reiterando Maricato (2013, p. 21) afirma:

Trata-se, portanto, de uma força de trabalho barata, segregada e excluída da cidade legal. Assim, como vivemos a industrialização dos baixos salários, podemos dizer que vivemos a urbanização dos baixos salários. A melhoria desses bairros é fonte inesgotável do velho clientelismo político: troca-se por votos a pavimentação de uma rua, a iluminação, unidades de saúde, etc. (MARICATO, 2013, p. 21).

Mesmo tendo seu acesso garantido pela constituição a população tem seus direitos manipulados e transformados em produto pelo capital, o que aumenta o distanciamento entre as classes sociais. Evidenciando o descaso do estado para com a população. Maricato (2013) aponta,

A contar a partir dos anos 80, o impacto das décadas seguintes de baixo crescimento, alto desemprego e recuo das políticas públicas e sociais determinadas pelo receituário neoliberal pode ser medido por muitos indicadores [...] a taxa de homicídios cresceu 259% no Brasil entre 1980 e 2010. Em 1980 a média de assassinatos no país era de 13,9 mortes para cada 100mil habitantes. Em 2010, saltou para 49,9. A principal vítima dos homicídios é o jovem negro e pobre morador da periferia metropolitana (MARICATO, 2013, p. 21).

Esse é o retrato de uma sociedade que nasceu de maneira desigual e durante sua trajetória tem intensificado o abismo entre as classes sociais que a compõem. Apesar das tentativas de solução do problema, este nunca foi resolvido, pelo contrário, se agravou com o tempo, tornando-se um negócio altamente especulativo e rentável. Portanto, Bolatti (1982, p. 42) afirma “A humanidade dispõe hoje de forças produtivas e de meios de produção suficientes para satisfazer as necessidades significativas de toda população do globo.” E completa alegando que o individualismo impede que os problemas sejam sanados, e boa parte da população sem ter acesso a itens básicos de sobrevivência e bem-estar como a casa própria. Já Veloso; Oliveira et al, (2019) também levantam a questão quanto à falta de moradias ao afirmar que,

Pela sua relevância e significado, essa necessidade passou a ser reconhecida como direito inerente à pessoa humana, todavia, não é amplamente observado. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, são mais de 6 milhões de domicílios vagos, e mais de 6,9 milhões de família sem ter onde residir. Ainda, tem-se mais de 10 mil imóveis pertencentes à união, sendo 80% deles prédios comerciais, residências, salas, galpões e terrenos (VELOSO; OLIVEIRA ET AL, 2019, p. 9).

Diante do exposto, surge a dúvida quanto à viabilidade da resolução do problema habitacional brasileiro. Visto que, setores como o da construção civil, que movimentam grandes montantes de dinheiro, estão em constante crescimento, seja na indústria, ou na pesquisa de novas tecnologias, na geração de empregos, nos canteiros de obras, posteriormente a renda por meio de venda ou do aluguel dos imóveis. Portanto, a influência do setor é imensa, o que põe em dúvida como citado acima a resolução do problema habitacional no Brasil.

Reflexo da ausência de políticas públicas efetivas, a habitação social no Brasil se tornou um problema, e somente no século XX é que as autoridades começam a pensar em políticas públicas que pudessem auxiliar na resolução dessas questões, por volta de 1946 com a Fundação Casa Popular (FCP), posteriormente o Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, até chegarmos ao Programa Minha Casa

Minha Vida em 2009. Nos tópicos seguintes iremos comentar sobre algumas políticas públicas referentes a habitação no Brasil.

3.1.1 Fundação Casa Popular (FCP)

Criado em 1º de maio de 1946 durante o governo Dutra, a Fundação da Casa Popular – FCP tinha por objetivo proporcionar a aquisição/construção de moradia própria (urbanas ou rurais), tendo como público alvo, brasileiros e estrangeiros com mais de dez anos de residência no país, além de financiar obras de saneamento, energia elétrica e outras melhorias; custear estudos que buscassem a redução de custo dos empreendimentos habitacional e por fim, subsidiar também indústrias de materiais para construção (Andrade; Azevedo, 1986). Contribuindo com o exposto Bonduki (1998):

A proposta da Fundação da Casa Popular revelava objetivos surpreendentemente amplos, demonstrando até mesmo certa megalomania (ela se propunha financiar, além de moradia, infraestrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até mesmo a formação de pessoal técnico dos municípios); no entanto, sua fragilidade, carência de recursos, desarticulação com os outros órgãos que, de alguma maneira, tratavam da questão e, principalmente, a ausência de ação coordenada para enfrentar de modo global o problema habitacional mostram que a intervenção dos governos do período foi pulverizada e atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política (BONDUKI, 1998, p. 718).

As intenções da fundação eram ambiciosas, pois buscavam enfrentar além do problema das residências, desenvolver os setores de indústria, comércio, pesquisa, entre outros, o que levou a FCP a enfrentar graves crises financeiras, haja vista que os recursos utilizados pela fundação foram estimados em 2 bilhões de cruzeiros (moeda corrente da época), e o governo federal ainda investiu mais 3 milhões no fundo, diante das crises em 23 de maio de 1952, o Ministério do trabalho, indústria e comércio limitou a atuação da fundação. O fundo passou a ser financiado pelo orçamento geral da república. Vale ressaltar que antes da criação do FCP, as habitações eram financiadas pelos institutos federais e/ou fundos de aposentadoria e pensão. Estima-se que a Fundação tenha entregue cerca de 120 mil habitações, entretanto ainda não atendia a demanda da população, reflexo disso, foi o aumento do número de cortiços e favelas (Andrade; Azevedo, 1986).

3.1.2. Banco Nacional de Habitação (BNH)

Após a extinção da Fundação Casa Popular (FCP) em 1964, por iniciativa do regime militar, em 27 de agosto do mesmo ano, com a Lei n.º 4.380, o Banco Nacional da Habitação (BNH) que tinha por objetivo estimular a economia e conquistar a aprovação de grande parte da população que não possuía casa própria. Criado em seguida o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que tinha por função auxiliar o BNH.

Medeiros, (2017, p. 4) afirma que Sistema Financeiro de Habitação (SFH) surgiu com intuito de gerenciar a parte empresarial do Banco Nacional de Habitação (BNH) e que os recursos utilizados viriam do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que corresponde a 8% do salário do trabalhador formal (poupança compulsória) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) seus fundos provem de poupanças voluntárias.

Antunes Campos (2016, p. 45) afirma que desde 1964, as políticas públicas habitacionais caminharam de forma mais organizada com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com o texto publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FVG, 1986, s/p) os objetivos do BNH era:

- Coordenação da política habitacional e do financiamento para o saneamento;
- Difusão da propriedade residencial, especialmente para as classes menos favorecidas;
- Melhoria do padrão habitacional e eliminação das favelas;
- Redução do preço da habitação;
- Melhoria sanitária da população;
- Estímulo à poupança privada e, conseqüentemente, ao investimento;
- Aumento de investimentos nas indústrias de construção civil, de material de construção e de bens de consumo duráveis;
- Aumento da oferta de emprego, visando a absorver mão-de-obra ociosa não especializada;
- Criação de polos de desenvolvimento com a conseqüente melhoria das condições de vida nas áreas rurais.

Seus audaciosos objetivos não foram alcançados e com o passar do tempo, o BNH mudou seu foco e passou a investir mais em infraestrutura do que em habitação, o

que desencadeou diversas críticas entre elas o fato do Banco facilitar o acesso a financiamento para as classes média e alta, o que desfavoreceu os menos afortunados e passou a contribuir para o enriquecimento de alguns indivíduos, aumentando ainda mais a distância entre as classes. O modelo das casas também foi motivo de críticas, seja pela arquitetura ou pela localização (Medeiros, 2017). Esses são elementos que pesam diretamente na rotina dos indivíduos, bem como em seu bem-estar e desenvolvimento.

Fazendo uma crítica ao SFH e ao BNH Bolaffi (1982) aponta a ideologia da casa própria como forma de controle da população, pelo regime militar. O autor ainda afirma,

Uma extensa e profunda pesquisa realizada por Loyd A. Free, no Brasil, em 1960, sob o patrocínio do Institute For International Social Reseach, sobre as aspirações pessoais e as atitudes políticas da população brasileira, revelou que a casa própria era a principal aspiração das populações urbanas brasileiras. O mesmo estudo mostrou também que havia uma elevada correlação estatística entre a propriedade da habitação e atitudes políticas conservadoras (BOLAFFI, 1982, p. 43)

Dessa forma, percebemos que a escolha da habitação como problema prioritário não ocorre por mera coincidência ou ao acaso, mas está pautada em uma estratégia que visa o controle das massas por meio da ideologia da casa própria. Embora seja um item de necessidade, a casa própria também está atrelada à ideia de *status*, ou seja, o indivíduo que possui sua moradia própria transmite a imagem de sucesso, de responsabilidade, bem-sucedido perante a sociedade em que vive, o remetendo também a um caráter tradicionalista e conservador.

O sonho da casa própria deu ao regime militar o argumento necessário para monitorar e ainda manter o apoio da maior parte da população, a qual vivia sob grande pressão política, em dificuldades devido à contenção de salários e a uma inflação descontrolada. Bolaffi (1982), ainda destaca que apesar dos grandes investimentos feitos para tentar solucionar a questão da habitação (que até o momento não foi resolvida), afirma que esse “[...] não passou de um artifício político formulado para enfrentar um problema econômico conjuntural” (BOLAFFI, 1982, p. 47). Desse modo, a habitação passou a ser frequentemente utilizada como bandeira em campanhas políticas e para arrecadação de votos.

Entre as críticas feitas pelo autor ao BNH, algumas se referem as operações feitas pelo banco, de acordo com Bolaffi (1982), essas se restringiam a arrecadar fundos para repassá-los a iniciativa privada, visto que serviços como cobrança eram feitos por empresas privadas que tinham o direito de reter os recursos recebidos por um ano antes de transmitir ao banco. Outro ponto destacado pelo autor diz respeito à obtenção de recursos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, para isso os municípios deveriam apresentar um plano feito por empresas terceirizadas. Isso posto, o BNH realizava a arrecadação dos fundos e distribuía para iniciativa privada por meio da terceirização de serviços, o que deu condições às empresas privadas de ludibriar o sistema e aplicá-los ao seu favor por meio da utilização de terrenos impróprios, construções inadequadas e com valores acima do mercado imobiliário, consequentemente os problemas urbanos cresceram e os problemas habitacionais se agravaram.

Na década de 1970 houve uma nova tentativa de mudança de padrão do programa e foram lançados três projetos para atender as populações menos abastados PROFILURB, PROMORAR e JOÃO DE BARRO, com auxílio do Banco Mundial e BID que construíram cerca de 285mil moradias (MEDEIROS, 2017, p. 5). O BNH foi extinto em 1986 juntamente com a ditadura militar, suas funções foram redistribuídas entre, programas, setores, ministérios e a Caixa Econômica Federal (CEF), vale frisar que as mudanças passaram a ser uma constante nessa área.

É importante observar que a Caixa foi fundada por Dom Pedro II em 12 de janeiro de 1861 como “CAIXA ECONÔMICA DA CORTE”, ao longo de sua história foram ampliadas as suas atividades. A partir de 1931 passou a realizar empréstimos em consignação à pessoa física, desde 1934 passou a ser responsável exclusiva pelos empréstimos sob penhor, em seguida no mesmo ano, começaram a ser feitas as hipotecas e em 1986 foi a CAIXA ECONOMIA FEDERAL que passou a ser o principal financiador da casa própria, do processo de urbanização e do saneamento básico brasileiro. Além disso, a partir de 1966 passou a ser o principal administrador do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

A Caixa Econômica Federal atua a mais de 150 anos de mercado. Sendo responsável por alguns dos principais programa sociais brasileiros, entre eles: o

Programa de Integração Social (PIS), o Seguro-Desemprego, o Bolsa Família, FIES e Programa Minha Casa Minha Vida (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

De acordo com Cardoso e Aragão (2013), entre 1986 e 1994 várias outras alternativas sucederam a tentativa de solucionar o problema da habitação, porém devido à instabilidade do país somente com a criação do Ministério das Cidades, em 2003 houve uma melhora nessa área. Contribuindo, Silva e Tourinho (2015) afirmam que durante os 22 anos de vigência do BNH foram entregues cerca de 4 milhões de casas e que até, então, nenhuma outra política habitacional obteve tamanha abrangência. Porém é importante ressaltar que desse total aproximadamente 20% foram destinadas a população de baixa renda, portanto o BNH beneficiou principalmente a classe média, ampliando significativamente o patrimônio desse grupo.

Conforme Amore (2015), desde 2003 o então Ministério das cidades vinha tentando formular medidas que atuassem diretamente sobre o problema da habitação de interesse social no Brasil. Porém, somente em 2005, a Secretaria Nacional de Habitação tentou “[...]implementar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)[...] aliados a formulação do Plano Nacional de Habitação (PlanHab)” AMORE, (2015, p. 15).

Vale ressaltar que já em 2007 começaram a aparecer indícios da crise internacional que em 2008 quebrou o mercado imobiliário norte americano, o que resultou na aceleração do processo que, em 2009 lançou o Programa Minha Casa Minha Vida. Para Amore, (2015) houve um longo período de dormência em relação à habitação brasileira entre 1986 até 2003, quando o governo volta a planejar medidas para a questão habitacional, o autor ainda aponta as várias etapas e discussões que resultaram, somente em 2009, no Programa Minha Casa Minha Vida.

É notória a lentidão na elaboração das medidas que visem a solução da questão habitacional. Mesmo com a reformulação no Ministério das Cidades e a ação conjunta entre o Conselho Nacional das Cidades, os movimentos sociais de luta por moradia e os setores empresariais, o processo para criação de medidas que pudessem auxiliar no combate ao problema não foi acelerado. A colaboração entre todas essas entidades evidencia que os investimentos realizados em habitação popular influenciam diferentes setores da sociedade. Por outro lado, observamos que as parcerias público-privadas podem contribuir para a marginalização da população de menor

renda seja, por meio do acesso restrito aos financiamentos para aquisição de imóveis, pela desvalorização dos salários, pela supervalorização dos terrenos, e pelo enriquecimento do setor privado oriundo do repasse de recursos públicos.

Diante disso, compreendemos que os investimentos feitos no setor da habitação, bem como a elaboração de políticas que em tese deveriam resolver o problema habitacional brasileiro foi e ainda é utilizado como degrau para conquistas políticas. Os candidatos valem-se de um desejo da população para conquistar seus objetivos políticos, deixando explícita a inviabilidade da resolução do problema, o que colabora para a manutenção do sistema atual, portanto favorecendo os agentes imobiliários que continuam obtendo altos lucros principalmente sobre a população de menor renda. Contatamos que estamos tratando de um problema histórico no Brasil, que desencadeia muitos outros problemas e questionamentos, envolve interesses diversos e atinge de maneira perversa a população com baixa ou nenhuma renda.

3.1.3. Programa Minha Casa Minha Vida

Com indícios cada vez mais fortes da crise que ocorreria no ano de 2008, já em 2007 foi lançado o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, com intuito de promover uma “[...] retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (Ministério do Planejamento, 2021).

O PAC colaborou de maneira significativa para economia brasileira por meio da geração de empregos e amenizando os efeitos causados pela crise de 2008. O Programa de Aceleração do Crescimento se divide em 3 eixos principais: infraestrutura social e urbana, infraestrutura logística e infraestrutura energética. Como dito anteriormente, o intuito era investir nas estruturas, buscando desenvolver os setores fortalecendo a economia e gerando empregos.

Dentro do eixo Infraestrutura social e urbana, o programa que mais se destaca é o Programa Minha Casa Minha Vida, sob a gerencia da Caixa Econômica Federal, este dá seus primeiros passos como medida provisória (MP459) ainda em 2009, de acordo com Amore, (2015)

O Minha Casa Minha Vida é, na origem, um programa econômico. Foi concebido pelos ministérios de “primeira linha” – Casa Civil e Fazenda – em diálogo com o setor imobiliário e da construção civil, e lançado

como Medida Provisória (MP 459) em março de 2009, como uma forma declarada de enfrentamento da chamada crise dos *subprimes* americanos que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeirizada mundial (AMORE, 2015, p. 15.)

Portanto, mais que um programa econômico, o Minha Casa Minha Vida faz parte de um plano de ação que atinge não somente a esfera econômica, mas também social. Está pautado em um problema histórico e tem por intenção estimular a indústria e a construção civil.

De acordo com a Ministério da Casa Civil (2009) e a MP 459 lançada em 25 março de 2009, posteriormente convertida na Lei Nº 11.977, de 7 de julho do mesmo ano, a qual “Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas;” LEI Nº 11.977, (2009). Segundo AMORE, (2015, p. 18) “[...] O sucesso quantitativo e a boa repercussão na opinião pública fizeram o programa se consolidar na política urbana em nível nacional, com impactos que estão se fazendo sentir no cotidiano das cidades, pequenas, médias e grandes.” Assim, em 2011 o programa passou por diversas alterações, conforme a Lei nº 12.424 de 16 de junho de 2011;

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas:

I - O Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU);
II - O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); (Lei nº 12.424/2011).

Desse modo, fica explícito o intuito de incentivar a construção seja por aquisição ou reforma. Já o Art. 2º da Lei nº 12.424/2011, define a origem dos recursos para implementação do programa, o qual aponta que serão repassados recursos ao Fundo de Arrecadamento residencial-FAR, ao Fundo Desenvolvimento Social-FDS, ao Fundo Garantidor de Habitação Popular - FGHab, e o Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES. Assegurando os recursos necessários para implantação das obras.

Quanto aos beneficiários, estes devem atender a alguns requisitos que estão expressos no Art. 3º da Lei Nº 12.424/2011, entre eles estão a comprovação renda dentro das faixas definidas pelo programa; devem ser priorizadas famílias que estejam vivendo em áreas de risco e/ou insalubres ou ainda desabrigadas; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e famílias com membros portadores de

deficiência. Garantindo e protegendo o acesso desses grupos à casa própria. O inciso § 3 do mesmo artigo ainda expõe que fica a cargo do Poder Executivo Federal definir os parâmetros de ingresso ao programa, bem como, a alteração das faixas de renda e os critérios para seleção dos beneficiários.

Isso posto, em 2011 o programa passou por algumas alterações e passaram ser contemplados com recursos do programa municípios com menos de 50 mil habitantes, além do estabelecimento de metas para a implantação dos equipamentos públicos que deveriam estar presentes nos empreendimentos como, posto de saúde, escola, creche entre outros.

Conforme Lei Nº 13.043 de 13 de novembro de 2014, “Art. 4º O Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos, desde 14 de abril de 2009.” Ainda no Art4º, o § inciso 2 determina que a responsabilidade por danos estruturais no empreendimento é do construtor após a entrega da obra. Porém, não se definiu se haveria uma fiscalização referente a isso, nem mesmo qual seria o órgão responsável por essa verificação.

As normas para implantação do PNHU estão previstas no Art. 5º da Lei 12.424/2011, a qual determina que os terrenos onde os empreendimentos serão construídos devem obrigatoriamente estar presentes dentro do perímetro urbano e consoante com plano diretor; a proposta de projeto deve estar apropriada ao espaço pretendido; o empreendimento deve conter infraestrutura básica como iluminação pública, abastecimento de água e energia elétrica; e passa aos municípios à responsabilidade de implantar escolas, postos de saúde, transporte público e lazer.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional (2020), atualmente o Programa Minha Casa Minha Vida atende a 4 faixas de renda, conforme quadro abaixo:

Quadro - FAIXAS DE RENDA PMCMV-PNHU

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.600,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 4.000,00	FAIXA 2	Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 9.000,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020.

Ainda de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional (2020), a Faixa 1 pode ser atendida de três formas diferentes pelo PMCMV são elas, MCMV Faixa 1 na qual por meio de cadastro realizado na própria cidade do indivíduo, e atendendo aos critérios do programa, entra em uma fila para aguardar o sorteio para uma unidade habitacional do próximo empreendimento; outra forma é por meio do MCMV Entidades correspondentes a organizações, associações ou ainda cooperativas cadastradas no programa que façam a construção do empreendimento e por fim, o MCMV Financiamentos em que o interessado procura alguma agência bancária (Caixa ou Banco do Brasil) faz a simulação para verificar o valor do subsídio disponibilizado pelo programa para reduzir o valor das parcelas do financiamento. Para as demais faixas de renda (1.5, 2 e 3) o acesso ocorre somente por meio do MCMV Financiamentos, estando sujeito a análise de crédito feito pela instituição escolhida.

Quanto ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), de acordo com a Lei Nº 13.043 de 2014,

Art. 11º O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, desde 14 de abril de 2009 (Lei Nº 13.043 de 2014).

As principais diferenças entre o PNHU e o PNHR são: a localização dos imóveis e o público atendido são eles: agricultores familiares, trabalhadores rurais ou de

comunidades tradicionais (como quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas), nessa modalidade, a renda pode variar até R\$ 78.000,00 por ano e permite a construção de novas casas ou a reforma. Porém, não é nosso objetivo explorar essa corrente do Programa Minha Casa Minha Vida, vamos nos ater somente ao PNHU.

Por fim, de acordo com matérias publicadas pelo G1- Economia em 25/03/2019 e pelo Economia UOL 24/11/2019, o PMCMV entregou entre 5,5 e 5,7 milhões de unidades habitacionais em seus 10 anos de vigência, conquistando o título de maior programa habitacional brasileiro, mesmo com tanto sucesso, no segundo semestre de 2020, começaram a surgir rumores do encerramento do PMCMV e em 25 de agosto de 2020 é lançada a MP 996 que instituiu o Programa Casa Verde Amarela e em 12 de janeiro de 2021 é sancionada a lei 14.118, a qual o regulamenta, extinguindo o PMCMV.

Compreendemos que o programa surge da iniciativa conjunta de governo, empresas/indústrias da construção civil, buscando atingir diversas áreas do setor, gerando empregos, uma vez que sendo uma área que demanda muita mão-de-obra, movimenta a economia e ameniza o déficit habitacional brasileiro. No tópico seguinte, apresentaremos algumas das contradições e críticas que permeiam o programa.

3.2 Contradições do Programa Minha Casa Minha Vida

Neste tópico apresentaremos alguns autores e seus apontamentos sobre o que consideram problemas no programa. Assim, como toda política pública, o PMCMV também recebeu diversas críticas, sejam elas pela sua constituição, seu modelo de implantação, burocracia, estrutura, entre outros. Para Cardoso; Mello; Jaenisch (2015) que realizaram uma análise do programa no município do Rio de Janeiro, ao comentar sobre a importância do programa, afirmam que essa vai muito além de resolver o problema habitacional “[...]envolve uma trama complexa de agentes e interesses atravessando por uma série de disputas conflitos, arranjos articulações e contrassensos, fato que ficou evidente já mesmo na sua origem (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015, p. 73.) Entre os problemas identificados pelos autores, estão a autonomia exacerbada dada ao setor privado pelo programa que passou a ser o

principal agente promotor desse nicho, outro ponto destacado é a função administrativa dos municípios junto ao programa.

Uma outra crítica refere-se às empresas prestadoras de serviços, estas precisam ser credenciadas junto à Caixa, comprovando sua legitimidade, experiência e saúde financeira; após este cadastramento são passados uma cota limite de unidades a serem produzidas por essa construtora, bem como as características dos imóveis, o que impede a inserção de empresas de menor porte, consolidando ainda mais as grandes construtoras e fechando o mercado, o que dificulta até mesmo relação entre Caixa/Banco do Brasil, prefeitura (órgãos reguladores) junto as empreiteiras.

Como já mencionado Cardoso; Mello; Jaenisch (2015) realizaram algumas críticas à relação a implantação do PMCMV no Rio de Janeiro, os quais apontaram uma dificuldade de comunicação entre os órgãos reguladores e as empreiteiras no que se refere ao repasse de informações sobre os beneficiários, o que dificultaria a tramitação dos processos, outros problemas destacados, são referentes à venda e o aluguel irregular dos imóveis, indefinição da responsabilidade de fiscalização dos empreendimentos, a qualidade duvidosa dos materiais e da mão-de-obra utilizada nas unidades habitacionais, o que as empreiteiras afirmam ser mau uso dos imóveis, assim passando a responsabilidade aos moradores, esse argumento é reforçado pelo alto índice de depredação nas áreas e equipamentos comuns, é evidente a omissão principalmente das prefeitura que é a esfera de poder mais próxima dessa população. Em suma Cardoso; Mello; Jaenisch (2015) afirmam,

Identificamos na pesquisa que algumas questões problemáticas do PMCMV, na prática se tornam responsabilidade do trabalho técnico social. São elas: a falta de integração entre os diversos setores institucionais e esferas da federação; a falta de fiscalização e de coordenação das ações em cada município, na medida em que a caixa possui discursos diferentes em cada situação- ora é órgão financeiro, ora se autoriza a glosar o TTS; a falta de coordenação para tomar decisões imediatas contra as invasões, venda e aluguel das unidades; a demora no pedido de reintegração de posse dos moradores em situação irregular; e, finalmente, a ausência do envolvimento da política de segurança pública, tanto estadual quanto federal, para evitar a entrada nos condomínios do tráfico e da milícia, por estarem presentes no entorno dos empreendimentos (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015, P. 99).

É importante ressaltar que o TTS (trabalho técnico Social) consiste em um conjunto de ações sócios-educativas, planejadas e executadas pelas construtoras e/ou entidades organizadoras para melhor adaptação dos moradores. Assim, fica evidente que o objetivo

é produzir unidades habitacionais em larga escala, com baixo custo, colocando em papel secundário, entre outras coisas, as necessidades dos proprietários. Portanto, para Cardoso; Mello; Jaenisch (2015, p. 101) o PMCMV funciona como “[...] instrumento “facilitador” de um amplo processo de remoções e deslocamentos de população do que como uma estratégia de combate ao *déficit* habitacional.” O que confirma o caráter econômico do programa e põe em dúvida o caráter social.

Corroborando Bovo; Loch; Silva, (2015) ao investigar sobre a relação entre a produção do espaço e a expansão imobiliária em Campo Mourão, os autores afirmam que a inserção do programa no município estimulou a expansão e a especulação imobiliária, além da supervalorização dos terrenos e imóveis, o que dificulta o acesso da população de menor renda, quanto à população que conseguiu adquirir um imóvel, acabam pagando o dobro do valor real. Os autores destacam também a segregação espacial que é reforçada pela especulação, aumentando o distanciamento espacial entre as classes. Assim sendo, “[...]o financiamento público, que tem o objetivo de melhorar o desenvolvimento social por meio do aumento de crédito habitacional às pessoas carentes, [...] (BOVO; LOCH; SILVA, 2015, p.377) acaba por supervalorizar as propriedades, gerando processo especulativo e enfatizado a segregação espacial.” Uma questão levantada pelos autores ao analisar a produção do espaço urbano de Campo Mourão é a expansão do perímetro urbano, mesmo apresentando áreas de vazios urbanos que, de acordo com a pesquisa, poderiam ser utilizados para suprir a demanda habitacional local, não são utilizados e novas áreas são agregadas ao perímetro urbano.

Segundo Garcia; Cordovil (2019), ao comentar sobre habitação social no Brasil, enfatizam que uma das críticas feitas ao PMCMV está ligada à semelhança com BNH. Destaca ainda a forte padronização das unidades habitacionais referentes a Faixa 1, o que em tese baixariam os custos e o tempo de execução das obras, mas, em contra partida, destoa completamente do restante da comunidade/paisagem; quanto à implantação, os autores afirmam que o tamanho, a localização e a função estritamente residencial dos conjuntos habitacionais contribuem de maneira negativa para o desenvolvimento econômico dentro dos conjuntos.

De acordo com os autores, ao comparar o PMCMV e o BNH, afirmam que “Houve um avanço evidenciado na obrigatoriedade dos conjuntos contemplarem rede de abastecimento de água, esgoto, eletricidade. [...]” Já os demais equipamentos “[...]quanto ao fornecimento de equipamentos de saúde, educação, lazer não se

observou grandes alterações em relação ao que se observou no BNH;" (GARCIA; CORDOVIL, 2019, p. 10). O último ponto questionado pelos autores referente ao PMCMV diz respeito à localização dos empreendimentos que em sua maioria estão longe das áreas centrais, conseqüentemente dos serviços e equipamentos urbanos, tornando alto o custo de vida e muitas vezes inviável permanecer nos conjuntos habitacionais, de modo geral a população fica marginalizada e distante dos serviços disponíveis principalmente na área central.

O PMCMV acabou tangenciando a complexa questão urbana brasileira, com uma simplista proposta para provisão de habitação. Falhou-se ao não atrelar a disponibilidade de recursos à implementação local de políticas urbanas e fundiárias, como já havia sido previsto no PlanHab. Retrocedeu-se ainda mais ao instaurar um programa centralizado e conservador, após conferir ao poder municipal leituras intraurbanas e planos locais de estratégia urbana e habitacional. [...] mostrou-se ausente de um pensamento urbanístico, simplificando a prática dos organismos públicos em fornecer a mercadoria habitação resumida a termos numéricos, de forma mais barata e mais rápida (GARCIA; CORDOVIL, 2019, p. 11).

Percebemos que para Garcia; Cordovil (2019), o problema central do PMCMV está na produção em grande escala e a baixo custo, de modo que demonstra o caráter econômico distanciando do caráter social, visto que características locais não são consideradas ao se elaborar os projetos.

Para Ribeiro; Falcão (2017), os principais problemas em relação ao PMCMV seriam: burocracia, especulação imobiliária, remoção das famílias de assentamentos, padronização de ambientes e inviabilidade ambiental, seleção dos beneficiários e as dificuldades de pagamento, instabilidade econômica e atraso nos repasses da CEF as construtoras.

Em relação à burocracia, os autores destacam que a dupla função exercida pela Caixa Econômica contribui para o atraso das obras, pois ela atua como operador financeiro e técnico social, propiciando o atraso na aprovação dos projetos, bem como a assinatura dos contratos, conseqüentemente o repasse de recursos às empreiteiras. Outro ponto burocrático destacado pelos autores refere-se ao número de documentos necessários exigidos para execução das obras, seja pela prefeitura ou demais órgão envolvidos no processo. O último entrave referente à burocracia, está na tentativa de algumas prefeituras tentarem transferir a sua responsabilidade com a implantação de equipamentos de saúde, escola, entre outros para as empreiteiras isentando-se de sua obrigação.

Quanto a especulação imobiliária Ribeiro; Falcão, (2017, p. 12) apontam “[...] Os proprietários preferem deixar os seus imóveis desabitados para posteriormente serem valorizados.” O que dificulta o acesso pelas classes menos favorecidas à aquisição de imóveis, principalmente em áreas próximas ao centro ou ao trabalho. Assim, a população de menor renda é obrigada a habitar áreas de menor valor, longe do centro, do trabalho, serviços e equipamentos, “[...]diante desse fato, as pessoas utilizam a sua morada apenas para seu descanso noturno e, assim, as cidades-dormitório criadas pelo governo não se desenvolvem, pois, os moradores geram renda na cidade em que trabalham [...]” (RIBEIRO; FALCÃO, 2017, p. 13).

Assim, com base na explanação dos autores, entendemos que um dos maiores problemas enfrentados pelo programa é a escolha dos terrenos que comportem os empreendimentos, situação que coloca tanto os conjuntos habitacionais quanto os condomínios em áreas periféricas, consequentemente afastadas de infraestrutura urbana, transporte público, serviços e equipamentos. Diante disso, fica explícita a necessidade de reformulação quanto ao tamanho dos conjuntos. É importante ressaltar que a infraestrutura básica (rede de água, luz, esgoto e asfalto) de novas áreas urbanas são responsabilidade garantida pela lei nº11.445/2007, porém muitas vezes são utilizadas como moeda de troca entre incorporadora e prefeitura, tirando a obrigação do Estado em cumprir a referida lei.

A distância entre os conjuntos habitacionais e o centro urbano acarreta em diversos problemas, frequentemente os conjuntos habitacionais/condomínios são utilizados somente como dormitório o que acaba por excluir a população residente da dinâmica da sociedade local, além de favorecer o desenvolvimento do mercado informal em razão da distância e do custo/tempo de deslocamento, outro fator que é favorecido pela localização periférica refere-se à criminalidade, pois são frequentes os relatos de roubo, furtos até tráfico de drogas. O que coloca cada vez mais essa população que foi removida da área central ou ao menos de áreas mais ocupadas/povoadas, literalmente à margem da sociedade, promovendo a segregação e tornando essas áreas perigosas. Outra observação destacada pelos autores refere-se à má qualidade das obras, tanto dos materiais quanto da mão-de-obra o que garante o baixo custo dos empreendimentos, assim construindo mais gastando menos, cumprindo as metas estabelecidas pelo programa.

O terceiro ponto citado por Ribeiro; Falcão (2017), refere-se à remoção das famílias de assentamentos, ocupações e invasões. As autoras são enfáticas ao

afirmarem que mesmo o PMCMV, oferecendo crédito para reforma e adequação de imóveis, ainda existem a incidência de construção de novas unidades habitacionais é muito maior que o índice de unidades readequadas. Isso ocorre principalmente pela localização e valor dessas áreas/imóveis.

Quanto à padronização de ambientes e inviabilidade ambiental, as autoras afirmam que o grande problema está “[...] Além da ausência de flexibilidade e adaptabilidade nas padronizações dos projetos, a inviabilidade do conforto ambiental destas unidades também chama a atenção, como umas das consequências na padronização de projetos”. (RIBEIRO; FALCÃO, 2017, p. 16). A padronização tira a identidade dos sujeitos e muitas vezes não atende nem ao menos a suas necessidades mínimas.

Ainda sobre os beneficiários, é importante ressaltar que boa parte deles vêm de assentamentos urbanos onde as instalações de luz e água são irregulares, é comum também que esses assentamentos se localizem em áreas centrais ou próximas ao trabalho dos indivíduos. Portanto, essas são despesas que os usuários não tinham e passam a ter após mudar para os conjuntos habitacionais ou condomínios, porém a renda continua a mesma, causando o endividamento dessa população. Dessa maneira, essas pessoas ficam sem condições de manter o imóvel e as despesas adicionais como: luz, água, condomínio e transporte, mesmo com baixo valor da prestação, consequentemente ocorrendo o endividamento o que estimula a venda ou aluguel irregular das unidades.

Quanto aos empresários, Ribeiro; Falcão, (2017) destacam que suas dificuldades são quanto à instabilidade da economia do país, mas principalmente na demora pelos repasses dos recursos para as empreiteiras. O corte do subsídio para os empreendimentos Faixa 1 e para o PMCMV Entidades, também é algo que preocupa os empresários, esses cortes são justificados pelo governo devido ao alto índice de inadimplência, diante do exposto, algumas construtoras se desligam ou nem chegam a ingressar ao programa devido a esses entraves.

Corroborando Martins; Lima, (2018) destacam o caráter econômico do programa, ignorando a política nacional de habitação que havia sido construída em conjunto com os movimentos sociais anteriormente. Outra questão levantada pelos autores refere-se à atitude do Estado que se utiliza de uma pauta social para favorecer aos empresários da construção civil. Reiterando, “[...] capturou uma necessidade social, de habitação, e conciliou-a a uma necessidade do capital, reproduzir-se,

garantindo o “equilíbrio” de sua taxa de lucros no contexto de crise econômica mundial” (MARTINS; LIMA, 2018, P. 3). Isso posto, fica claro como as carências da população podem ser manipuladas para corresponder aos interesses de um grupo específico.

Ainda de acordo com os autores, a Caixa Econômica definiu juntamente com o programa os parâmetros em que as habitações devem ser feitas e o reproduziu em larga escala, o que culminou em diversos problemas já mencionados por Ribeiro; Falcão, (2017); Garcia; Cordovil, (2019); Bovo; Loch; Silva, (2015) e Cardoso; Mello; Jaenish, (2015). Completando Martins; Lima (2018) apontam que a padronização reforçou a segregação socioespacial visto que, os empreendimentos são localizados nas “franjas urbanas”, com materiais de baixo custo e qualidade, desse modo os empreendimentos apresentam diversos problemas hidráulicos, elétricos e estruturais rapidamente e com frequência.

Pautados sobre dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro (2018), Martins; Lima, (2018) afirmam que contrariando as expectativas o PMCMV que tinha como objetivo acabar com o déficit habitacional brasileiro teve efeito rebote e ampliou o índice ao invés de reduzi-lo.

A nota técnica divulgada pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do IPEA revelou que o déficit habitacional no país diminuiu “no período entre 2007 e 2011 em termos absolutos e relativos, passando de quase 5,6 milhões em 2007 para cerca de 5,4 milhões em 2011, com queda relativa da presença de déficit habitacional de 10% dos domicílios totais em 2007 para 8,8% em 2011” (IPEA, 2013, s/p). Atualmente, no entanto, o que se verifica é um aumento no déficit habitacional que, segundo dados da Fundação João Pinheiro, em 2014, alcançava 6,068 milhões, ampliando-se para 6,355 milhões em 2015 (2018). Ou seja, mesmo com o alto investimento na produção de habitação e no PMCMV, o déficit habitacional se ampliou (MARTINS; LIMA, 2018, p. 6).

O que pode ser justificado pela valorização causada pelos investimentos do programa que não acompanham a alta dos salários, dificultando o acesso pela população de menor renda que passa a gastar mais com habitação. A principal crítica feita pelos autores refere-se à ineficiência do programa em atingir seu objetivo proposto, “O PMCMV não enfrenta a questão da renda da terra ou as demais determinações próprias ao modo de produção capitalista, razão pela qual, não resolve efetivamente à necessidade social de habitação. Esta foi capturada pelo capital” (MARTINS; LIMA, 2018, p. 6). Ao apropriar-se dessa necessidade, o capital torna a

moradia um produto supervalorizado, o que dificulta o acesso das classes sociais que realmente precisam. Podemos afirmar que a indústria da construção civil foi mais favorecida pelo PMCMV do que a população beneficiada.

Para Martins; Lima, (2018), o programa foi elaborado alheio à realidade social do país, visto que tem por base índices numéricos como o déficit habitacional, o qual pode ocultar outros fatores que impedem uma visão mais próxima da realidade, encobrindo fatores que dificultam a solução do problema. Desse modo, “O discurso do déficit habitacional mascara fenômenos próprios à contradição das relações sociais de produção capitalistas no processo de produção do espaço urbano, como é a segregação socioespacial” (MARTINS; LIMA, 2018, p. 16). Dessa forma, é papel do Estado mediar as necessidades sociais e de reprodução do capital.

Finalizando suas críticas ao PMCMV, Martins e Lima, (2018) apontam a ineficiência do programa em relação ao déficit habitacional, pois os altos investimentos feitos pelo programa afastaram as camadas mais pobres do acesso à moradia em decorrência da supervalorização dos imóveis, bem como dos aluguéis, promovendo consequentemente o aumento do déficit habitacional.

Diante do exposto, constatamos que o PMCMV possui os mesmos problemas encontrados no BNH o que reforça a necessidade de reformulação do programa que priorize a questão social e menos a econômica, visando incluir essa população à sociedade a que pertence. O capital utilizando-se de um problema coletivo consegue manipulá-lo a seu favor, assim, obtendo vantagens. O Estado, que deveria mediar o processo, pende para o lado do capital, ludibriando a população com uma política pública que lhe é vendida de uma forma, porém na realidade auxilia na sua segregação socioespacial, excluindo os indivíduos desvalidos da sociedade. Por fim, ao tentar solucionar o problema da habitação brasileira, apenas o agravou, enriqueceu ainda mais os empresários do setor e afastou ainda mais a população do sonho da casa própria.

3.3 Implantação e localização dos loteamentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Campo Mourão

Os conjuntos habitacionais que investigamos pertencem à Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, ou seja, os beneficiários fazem parte da classe mais pobre

da população local e foram selecionados por meio de cadastro feito pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão, junto a Secretaria de Ação Social. Caso o interessado atenda aos critérios do programa, entra em uma fila de espera para aguardar o sorteio para o empreendimento. Em Campo Mourão existem dois conjuntos habitacionais pertencentes a Faixa 1 que atende o público de baixa renda, são o Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini e o Conjunto Habitacional Residencial Fortunato Perdoncini.

3.3.1 Conjunto habitacional Moradias Avelino Piacentini

Como já citado anteriormente, o Programa Minha Casa Minha Vida é oriundo da MP 459 de março de 2009 que posteriormente foi convertida na Lei Nº 11.977, de 7 de julho também de 2009. Em seguida, mais precisamente em 3 de setembro de 2009, é aprovado em Campo Mourão o decreto nº 4587, o qual insere ao perímetro urbano o primeiro empreendimento, o Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini, construído com recursos do programa onde o artigo 1º prevê.

Art.1º Fica aprovado o Projeto do Conjunto Habitacional denominado Moradias Avelino Piacentini, localizado sobre o Lote nº 129-F-A, situado no perímetro urbano deste Município e Comarca, conforme matrícula nº 31.028 - Registro de Imóveis 2º Ofício, com área de 151.263,00 m², sendo 108.494,88 m² de áreas de Quadras, 42.768,12 m² de áreas de ruas e área institucional de 15.716,45 m² conforme plantas e memoriais descritivos constantes do protocolo nº 5897/2009, de propriedade de Construtora Piacentini Ltda (CAMPO MOURÃO, 2009).

O referido conjunto possui 436 unidades habitacionais (figura 45), que estão distribuídas em 9 ruas, abrigando cerca de 1800 moradores, está localizado na “asa leste” da cidade, foi construído pela Construtora Piacentini, que atua a quase 50 anos no setor da construção civil, não somente em Campo Mourão, como em outros estados também, trabalha principalmente na construção de conjuntos habitacionais de baixa renda, desde de 2009 estão vinculados ao PMCMV.

Figura 45 – Vista aérea do Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini



Fonte: <http://www.cpiacentini.com.br/obras/avelino/>

A implantação do conjunto foi um marco para o município, conforme matéria publicada pelo jornal local “TA SABENDO” de 30/05/2011, “A cerimônia aconteceu na manhã deste sábado (28/05) e o conjunto habitacional – que tem 436 casas e chama atenção por contar com completa infraestrutura e muitas inovações (como aquecedor solar de água em todas as unidades) [...]” A inauguração deste que foi o primeiro conjunto habitacional construído com recursos do PMCMV chamou atenção não somente da imprensa, estiveram presentes no evento senadores, deputados, entre outras autoridades os quais enfatizaram a importância do programa e os benefícios que o conjunto habitacional traria ao município. A referida matéria ainda enfatiza a infraestrutura presente no conjunto, que é definida pelo Art. 3º do Decreto nº4587/2009, que regulamenta o empreendimento.

Art. 3º O proprietário do Conjunto Habitacional denominado Moradias Avelino Piacentini, obriga-se à implantação de infra-estrutura constante de demarcação das quadras, com marcos de concreto, demarcação dos lotes, com piquetes de madeira, execução de Rede de Abastecimento de Água, Rede Coletora de Esgoto ligado no emissário principal, Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública em vapor de sódio de 150W em todas as vias do loteamento, meio-fio, pavimentação asfáltica tipo (C.B.O.Q.), bueiros, caixas de inspeção, rede de água pluvial ligado a um emissário pluvial até o corpo de água absorvente e plantio de árvores, conforme os projetos complementares apresentados e aprovados (CAMPO MOURÃO, 2009).

Ainda de acordo com a matéria, foram investidos nesse conjunto cerca de R\$20 milhões, os recursos foram repassados pela Caixa Economia Federal. Entretanto, as parcelas pagas pelos beneficiários (que passaram por uma avaliação de crédito junto ao banco), não ultrapassam 10% do valor de sua renda mensal variando entre R\$50,00 e R\$140,00 pelo período de 10 anos. A infraestrutura é muito elogiada visto que, até então, nenhum outro conjunto possuiria estrutura semelhante à qual é descrita pelo jornal local como,

Entre as inovações a que mais chama a atenção é a existência de aquecedor solar de água em todas as moradias. Mas não é só: as casas são cobertas com telhas de concreto (que asseguram mais conforto térmico e ainda são mais resistentes) e tem forro de PVC internamente e beiral em madeira nobre, além de piso cerâmico em todas as dependências. O banheiro e a cozinha são azulejados. Outro cuidado adotado é a área ambiental: toda em madeira em pinheiro utilizada na execução dos telhados veio de reflorestamento, possuindo certificação de origem, o que contribuiu com a proteção da natureza. No quintal de cada casa foi plantada uma muda de árvore frutífera e as calçadas públicas ganharam uma faixa de grama para garantir a permeabilidade de parte da água das chuvas. Uma área de aproximadamente 8.700 metros quadrados foi reservada para uso institucional pelo governo municipal para proceder a construção de escola, creche, unidade de saúde, área de lazer, etc. Em outra área vizinha foram plantadas mudas de eucalipto Citriodora, que exala um agradável aroma (TA SABENDO, 2011).

Contar com essa infraestrutura foi uma revolução para os moradores do conjunto e para a sociedade mourãoense de modo geral, ofertando melhoria na qualidade de vida dessa população. Aproximadamente 1 ano após a entrega das casas do Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini, o jornal local “TRIBUNA DO INTERIOR” publicou uma matéria em 17/05/2012, apontando denúncias feitas a Secretaria de Ação Social, sobre a venda ilegal de 12 unidades habitacionais o que caracteriza crime, as denúncias foram repassadas à Caixa Economia Federal para que as devidas providências fossem tomadas.

Destacamos que a atuação da Secretaria de Ação Social tem por objetivo: “acompanhar e monitorar as famílias residentes. Caso haja alguma desistência, o passo é chamar os próximos na lista de espera” (TRIBUNA DO INTERIOR, 2012). Ao contrário de outros conjuntos habitacionais no caso do conjunto Moradias Avelino Piacentini, os moradores não são proprietários dos imóveis, possuem o direito de uso do mesmo.

Para morar no Avelino Piacentini, cada família assumiu parcelas de 10% da renda familiar durante um período de dez anos, o que corresponderão a um mínimo de R\$50,00 e ao máximo de R\$139. As casas não possuem escritura ou registro no nome dos proprietários, apenas um contrato com a caixa que garante o uso da casa, sem propriedade definitiva. Sem esse documento, é impossível que seja feito um contrato de compra e venda (TRIBUNA DO INTERIOR, 2012).

Foi diante desse trabalho de monitoramento que se descobriu a venda ilegal das casas, sendo assim, essa situação pode acarretar ao beneficiário consequências como processo judicial, tendo em vista que a ação configura crime e quebra de contrato e o mutuário perde também o direito de pleitear outra moradia(doação) ou financiamento junto ao Estado ou município, mesmo cientes das implicações é possível encontrar imagens como a da figura no conjunto.

Figura 46 – Imóvel a venda no Conjunto Hab. Moradias Avelino Piacentini



Fonte: Acervo da autora.
Foto: COELHO, S. de A. (2021).

Além da placa de vende-se, um ponto que chama atenção na figura, refere-se às modificações realizadas no imóvel que aparenta ter sistema de segurança (câmeras e cerca elétrica) na área externa e portão eletrônico o que contraria o propósito do conjunto que é atender famílias que não possuem condições financeiras de adquirir um imóvel. Vale ressaltar também que encontramos mais casas modificadas, destoando do restante do conjunto, o que reforçar a autenticidade das denúncias realizadas junto aos órgãos responsáveis.

Outro ponto que fica evidente ao caminhar pelo local é a presença de casas secundárias nos terrenos, popularmente conhecidas como “puxadinho” ou “meia

água”, são casas menores que podem ser ocupadas temporariamente ou não, em geral são construídas e ocupadas por membros da mesma família como filhos ou pais, indicando, portanto, que existam mais de um núcleo familiar ocupando o mesmo terreno ou a mesma unidade habitacional, o que também vai contra a proposta do programa.

Finalizando a matéria, o Secretário de Ação Social ainda afirma que os usuários do conjunto não podem justificar a venda ilegal dos imóveis por dificuldade de pagamento das prestações, uma vez que, segundo o secretário, a Caixa está disponível e aberta a negociações. Porém, como visto no tópico anterior, as questões que envolvem a venda ou aluguel ilegal das unidades são muito mais complexas do que uma simples renegociação de prestação.

Buscando compreender a dinâmica que permeia o Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini, realizamos nos dias 30/03/2021 e 08/04/2021 uma visita ao conjunto habitacional, onde pudemos perceber algumas das irregularidades presentes no conjunto, bem como algumas dificuldades enfrentadas pelos moradores.

Situado na asa leste da cidade de Campo Mourão, o conjunto encontra-se muito afastado da área central, são aproximadamente 8km do conjunto à praça São José e à prefeitura, ambas localizadas na área central, como também os principais serviços e equipamentos urbanos. O conjunto disponibiliza aos moradores uma Unidade Básica de Saúde – UBS (figura 47).

Figura 47 - Unidade Básica de Saúde – UBS



Fonte: Acervo da autora.

Foto: COELHO, S. de A. (2021).

A Escola Municipal Clarinha Wencel Casimiro (figura 48) teve sua construção ratificada por meio da Lei Nº3588 de 15 de abril de 2015, mas a mesma só foi entregue à comunidade em 06/02/2019, conforme informações da Câmara Municipal de vereadores de Campo Mourão (2019). Já em matéria publicada pela página de notícias “CIDADE PORTAL” em 07/02/2019, a qual ainda afirma que “[...]As obras foram iniciadas em 2015 e paralisadas pela empresa vencedora da licitação no ano seguinte.”, atrasando, sobremaneira, a entrega da obra. Outro ponto destacado pela matéria refere-se à necessidade dos moradores em relação a abertura da escola, devido à ausência desse espaço, pois as crianças dependem do transporte escolar público para frequentar as aulas em escolas de outros bairros. A matéria ainda expõe que, CIDADE PORTAL (2019): “[...]O novo prédio, com 854 metros quadrados, conta com seis salas de aula, espaços administrativos, refeitório e inicia as aulas com 129 alunos no ensino fundamental, atendidos por 14 funcionários”.

A abertura da escola municipal representa um marco para a população residente no Conjunto Habitacional Moradas Avelino Piacentini, dado que proporciona mais tranquilidade para os pais, pois o estabelecimento fica próximo às residências e garante a segurança para as crianças que não precisam mais se deslocar de ônibus para poder chegar à escola e frequentar as aulas.

Figura 48 – Escola Municipal Clarinha Wencel Casimiro Ensino Fundamental



Fonte: Acervo da autora.
Foto: COELHO, S. de A. (2021).

Existem no conjunto também uma creche em construção (a obra está paralisada devido a pandemia, a entrega da creche está atrasada em cerca de um ano). Todavia, constatamos em visita de campo que não existem no conjunto supermercado, farmácia, lotérica, posto policial, agência ou correspondente bancário, comércio de modo geral. É importante relembrar que a questão da presença de desses serviços é complexa, sendo que apesar de ser uma necessidade da população que vive nos conjuntos habitacionais, de acordo com a legislação do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, esses espaços são unicamente para uso residencial, portanto a existência de estabelecimentos comerciais caracteriza uma irregularidade (Figura 48).

Figura 44 – Irregularidades Moradias Avelino Piacentini



Legenda:

Figura 48 A - Loja de confecções

Figura 48 B - Placa ofertando serviços de instalação de antenas

Figura 48 C - Maior Estabelecimento Comercial do Conjunto

Figura 48 D - Anúncio de venda de salgados

Figura 48 E - Mercearia Secundária

Figura 48 F - Lava jato Caseiro

Fonte: Acervo da autora.

Foto: COELHO, S. de A. (2021).

A figura 48 A-F expõe a divulgação de serviços que podem ser encontrados no conjunto, esses são exemplos, uma vez que encontramos diversas casas com placas semelhantes, informando desde a presença de revendedoras (Avon, Natura, de lingerie, entre outros), conserto de bicicleta, lavagem de carro (figura 48 F), até placas com anúncio de venda de animais (cachorro). A grande quantidade de anúncios de prestação de serviço e de venda (produtos e alimentos) evidencia a necessidade de geração ou complemento de renda por parte dos moradores, criando um comércio informal que é reforçado pela distância do centro urbano e pela ausência de empresas/indústrias consequentemente empregos.

Na figura 48 C, apresentamos o maior estabelecimento comercial identificado no Moradias Avelino Piacentini que fica localizado na rua principal do conjunto, em conversa informal com o proprietário, o mesmo afirmou que trabalha a quatro anos com a mercearia e que o local atualmente é bom para se morar, tranquilo e destacou que o principal problema do conjunto é a ausência de delegacia ou posto policial. Devido à distância, o policiamento não é frequente e quando chamado demora chegar ao local.

A figura 48 E de outra mercaria que fica localizada em uma rua secundária do conjunto, percebemos que essa é uma extensão do imóvel, portanto bem menor que a mercearia apresentada anteriormente, porém, ainda assim, é um estabelecimento comercial dentro do conjunto e faz parte de uma residência alterada. Outro ponto muito importante a ser ressaltado refere-se à ausência de espaços de convivência como praça, playground, ATI (Academia da Terceira Idade), parque/bosque até mesmo centro educacional, colégio.

O transporte público também é um fator que interfere diretamente no cotidiano da população devido à distância do restante da cidade, durante nossa visita, percebemos vários veículos do transporte coletivo passando pelas duas principais ruas do conjunto habitacional, mas ao caminhar pelas demais ruas, observamos que não existem pontos de ônibus (figura 49) nas ruas do conjunto, somente na rua que o liga ao bairro vizinho, situação que dificulta o acesso de todos os moradores.

Figura 45 – Ponto de ônibus



Fonte: Acervo da autora.
Foto: COELHO, S. de A. (2021).

Conforme figura 49, esse é um dos dois pontos de ônibus disponíveis para o uso dos moradores do conjunto, aparentemente abandonado, observamos que não há manutenção constante, além de não atender adequadamente aos usuários porque seu formato não dá conta de abrigar os usuários em dias chuvosos ou de sol intenso e não passa o mínimo de segurança. Ainda sobre o transporte coletivo, verificamos junto à empresa que presta o serviço, os horários disponíveis, conforme quadro.

QUADRO DE HORÁRIO	
LINHA 6 – SEGUNDA A SEXTA-FEIRA	
Cj. Avelino Piacentini, Jd. Tropical, Detran para o Terminal	Terminal para Detran, Cj. Avelino Piacentini e Jd. Tropical.
6:00h*	6:22h*
6:45h*	7:07h*
7:30h*	8:00h*
8:30h*	9:00h*
9:30h*	10:00h*
10:30h*	11:00h*
11:30h*	12:00h*
12:30h*	13:00h*
13:30h*	14:00h*
14:30h	15:00h
15:30h	15:30h
16:00h	16:00h
16:30h	16:30h
17:00h	17:00h

17:30h	17:30h
18:00h	18:10h
18:45h	18:30h
19:00h	19:30h
(*) horários de sábado.	

Fonte: Viação Mourãoense.

Frisamos que esses são horários de saída, observamos também que aos sábados, os horários são reduzidos e não encontramos informação sobre os horários de domingo ou ainda se há transporte coletivo neste dia, o que dificulta a mobilidade dos moradores que depende desse tipo de transporte. Outro ponto que merece ser destacado refere-se ao último horário disponível, às 19h, horário que limita o acesso dos moradores ao ensino noturno, por exemplo frequentar a universidade, faculdade e colégio, qualquer atividade noturna fica prejudicada devido à ausência do transporte coletivo. Como já salientamos anteriormente, esse conjunto fica localizado em uma das franjas da cidade, as margens do perímetro urbano, portanto, afastado da área central onde se encontram os principais serviços da cidade. Na figura 50, localizamos a área central da cidade onde está a maior parte do comércio local, bem como agências bancárias, prefeitura, câmara de vereadores, praça e terminal urbano.

Figura 46 – Localização do Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini e da área central de Campo Mourão.



Fonte: Google Earth, (2021).

Foto: COELHO, S. de A. (2021).

Apresentamos no quadro a distância aproximada do conjunto habitacional de alguns dos principais pontos da cidade e observamos que a maior parte dos equipamentos e serviços ofertados está localizada a pelo menos 7km do conjunto, ou seja, a uma distância considerável, o que favorece entre outros fatores, o aumento dos índices de criminalidade (furtos, roubos e assaltos), dificulta a fiscalização dos imóveis, além de excluir a população da dinâmica urbana.

Quadro: Distâncias aproximadas dos principais serviços e equipamentos.

Ponto de Referência	Distância aproximada
Prefeitura Municipal	8,2km
Câmara de Vereadores	8,1km
Catedral São José	7,5km
Praça São José	7,9km
Terminal Urbano Central	7,9km
Banco do Brasil	7,7km
Caixa Econômica Federal	6,8km
Banco Sicredi	7,3km
Banco Itaú	7,3km
Calçadão Índio Bandeira	7,4km
11º Batalhão da Polícia Militar	3,4km
Pronto Socorro	8km
Delegacia de Polícia	9km
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR	8,5km
Corpo de bombeiros	8,4km
SAMU	9,1km
UPA - Unidade de Pronto Atendimento 24h	3,4km
Bosque/parque do lago de Campo Mourão	8,1km
Colégio Estadual Novo Horizonte	3km

Fonte: Google Earth, (2021).

Organizador: COELHO, S. de A. (2021).

Destacamos no quadro, o Colégio Estadual Novo Horizonte que possui os anos finais do ensino médio, é o Colégio mais próximo do Moradias Avelino Piacentini; outro ponto de destaque, que também está distante do referido conjunto, é o bosque/parque do lago, como é popularmente conhecido, por ser a principal área de lazer do município. Por fim, compreendemos que para a época em que foi inaugurado, o conjunto habitacional Moradias Avelino Piacentini foi um marco, principalmente no que se refere à estrutura e sinalizou o início da era PMCMV em Campo Mourão. Porém, encontramos diversos problemas que interferem diretamente na qualidade de vida dos moradores devido à distância dos demais locais vitais urbanos: um transporte coletivo de qualidade faz-se de extrema necessidade, bem como a implantação de empresas para geração de emprego próximo ao residencial, a inserção de pontos de lazer como praça ou centro de convivência, o que estimulam a relação entre os moradores. É

evidente a necessidade de melhorias no local, seja pela inserção de creche, geração de empregos, escola/colégio; faz-se necessária também a implantação de um posto policial para maior segurança dos moradores; como também uma fiscalização mais incisiva, principalmente no que diz respeito às famílias que ocupam as unidades habitacionais, visto que é perceptível a diferença entre moradias vizinhas, nas quais observamos casas completamente modificadas, em contrapartida encontramos outras nem ao menos com muro.

Como percebemos, o conjunto está localizado em uma área distante de equipamentos e serviços urbanos de suma importância para o cotidiano dos moradores, como supermercado, farmácia, posto policial, banco, entre outros. A ausência dessa estrutura interfere diretamente em sua rotina, lembramos que o conjunto disponibiliza para os moradores somente uma UBS – Unidade Básica de Saúde e uma escola de ensino fundamental recém inaugurada, portanto uma estrutura muito limitada.

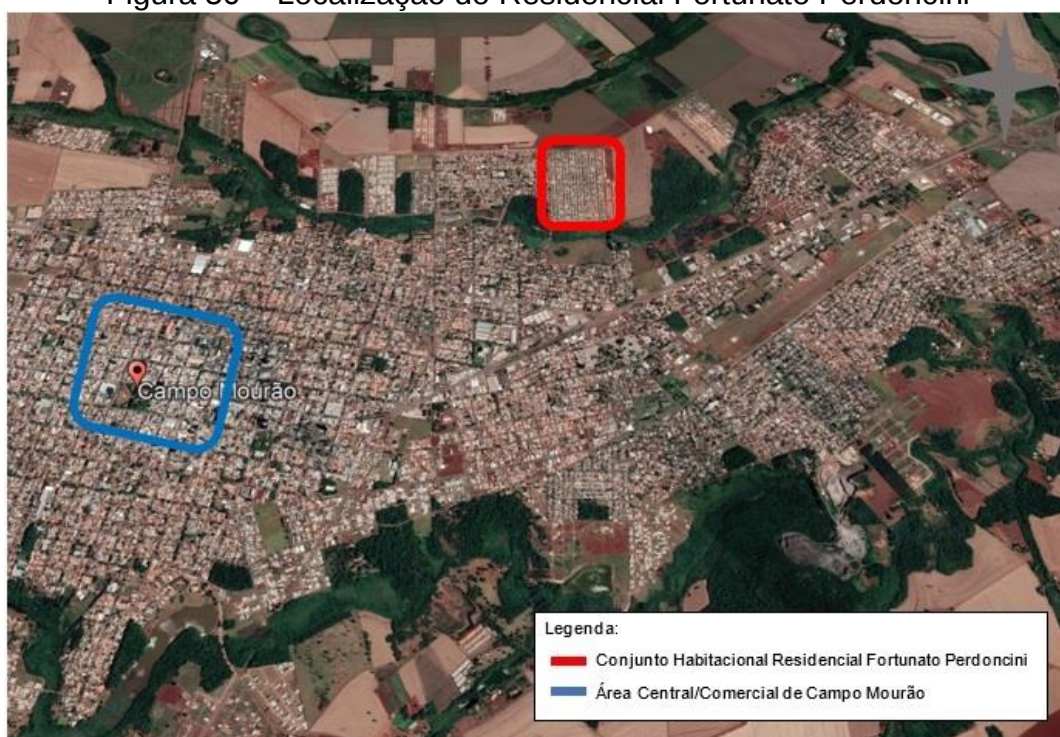
3.3.2 Conjunto Habitacional Residencial Fortunato Perdoncini

O segundo conjunto habitacional Faixa 1 investigado foi inserido no espaço urbano por meio do decreto nº 6204, o Residencial Fortunato Perdoncini conta com 824 casas e passou a integrar o perímetro urbano de Campo Mourão a partir de 10 de janeiro de 2014. Conforme Art. 1º

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento denominado Residencial Fortunato Perdoncini, localizado sobre o Lote nº 144-1/145, da Gleba nº 01, 3ª Parte, Colônia Mourão, da Planta Geral desta Cidade, Município e Comarca de Campo Mourão - PR, conforme matrícula nº 40.858 - Registro de Imóveis 1º Ofício, com área de 288.680,00 m², sendo 150.641,46 m² de área de lotes edificáveis, 80.869,63 m² de áreas de ruas, área institucional de 57.168,91 m², sendo 45.706,03 de área verde institucional e 11.462,88 m² de área institucional conforme plantas e memoriais descritivos constantes do protocolo no 7256/2013, de propriedade de HERMINIA PEREIRA DE CAMARGO PERDONCINI, portadora do CI/RG nº 852.971-0-SSP-PR e do CPF nº 527.601.979-72, FORTUNATO PERDONCINI FILHO, portador do CI/RG nº 6.057.302-6-SSP-PR e do CPF nº 021.651.419-31, GLENDA MARIA PERDONCINI, portadora do CI/RG nº 6.057.2598-4-SSP-PR e do CPF nº 005.626.059-83, ANDREY RUY CAMARGO PERDONCINI, portador do CI/RG nº 6.104.246-6 - SSP - PR e do CPF nº 020.706.069 – 02 (CAMPO MOURÃO, 2014).

Até o momento, o Residencial Fortunato Perdoncini é o maior conjunto habitacional de Campo Mourão, com mais de 800 unidades habitacionais em sua primeira fase, ainda existe uma segunda fase do residencial em processo de construção, onde serão entregues mais 700 unidades, que também serão destinadas a famílias de baixa renda. Na figura 50, demonstramos a localização do residencial em relação ao centro da cidade.

Figura 50 – Localização do Residencial Fortunato Perdoncini



Fonte: Google Earth, (2021).
Organizador: COELHO, S. de A. (2021).

O residencial abriga cerca de 3 mil pessoas e está localizado próximo aos jardins Cidade Nova, Cidade Alta e do Hospital Santa Casa. Possui pontos do transporte coletivo espalhados por todo conjunto, este que é um serviço muito importante para população que não possui meio de locomoção, devido à distância de outros serviços e equipamentos essenciais que estão localizados distantes do conjunto habitacional, conforme indicado no quadro.

Quadro: Distâncias aproximada dos principais serviços e equipamentos.

Ponto de Referência	Distância aproximada
Prefeitura Municipal	4,6km
Câmara de Vereadores	4,7km
Catedral São José	4,8km
Praça São José	4,8km
Terminal Urbano Central	4,9km
Banco do Brasil	4,8km
Caixa Econômica Federal	4km
Banco Sicredi	4,7km
Banco Itaú	4,9km
Calçadão Índio Bandeira	4,8km
11º Batalhão da Polícia Militar	3,3km
Pronto Socorro	5,1km
Delegacia de Polícia	5,7km
Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR	5km
Corpo de bombeiros	5,6km
SAMU	5,5km
UPA – Unidade de Pronto Atendimento 24h	3,9km
Colégio Estadual Jardim Alvorada	1,5km
Bosque/Parque do lago de Campo Mourão	5,2km

Fonte: Google Earth, (2021).

Organizador: COELHO, S. de A. (2021).

Frisamos a localização do Colégio Estadual Jardim Alvorada por se tratar do estabelecimento que oferta ensino fundamental e médio mais próximo ao residencial, quanto ao bosque/parque do lado, por ser a principal área de lazer pública em Campo Mourão. Localizado a aproximadamente 15min do centro de Campo Mourão, o transporte coletivo garante a essa população o acesso ao trabalho, à universidade, aos equipamentos de saúde, entre outros.

QUADRO DE HORÁRIO			
LINHA 2 – SEGUNDA A SEXTA-FEIRA		LINHA 2 – SÁBADO	
Cj. Fortunato Perdoncini para o Terminal	Terminal para Cj. Fortunato Perdoncini	Cj. Fortunato Perdoncini para o Terminal	Terminal para Cj. Fortunato Perdoncini
6:00h	6:22h	6:00h	6:25h
6:45h	7:07h	6:50h	7:15h
7:25h	8:00h	7:35h	8:00h
8:30h	9:00h	8:30h	9:00h
9:30h	10:00h	9:30h	10:00h
10:30h	11:00h	10:30h	11:00h
11:30h	12:00h	11:30h	12:00h
12:30h	13:00h	12:30h	13:00h
13:30h	14:00h	13:30h	14:00h

14:30h	15:00h	-	-
15:30h	16:00h	-	-
16:30h	17:00h	-	-
17:30h	18:00h	-	-
18:30h	19:00h	-	-

Fonte: Viação Mourãoense.

Constatamos que aos fins de semana, os horários do transporte coletivo são menores, o que pode limitar o direito de ir e vir dos moradores. Portanto, os munícipes que necessitam deslocar-se após esse horário devem obrigatoriamente recorrer a outros meios de transporte, pois isso influencia diretamente, por exemplo, no acesso dessa população a serviços que são disponibilizados somente no período noturno, como faculdade, universidade e cursos técnicos.

Conforme matéria publicada em 18 de janeiro de 2016, no jornal local “TA SABENDO”, durante a cerimônia de inauguração do residencial, foram entregues as chaves das casas aos proprietários, a matéria ainda destaca que o conjunto foi inaugurado já contendo em sua estrutura super creche, unidade de saúde, galpão comunitário, quadra poliesportiva e playground, equipamentos que são o diferencial deste empreendimento e trazem maior conforto aos moradores. Na sequência, apresentamos os equipamentos que estão disponíveis para o uso dos moradores. Na figura 51, temos a “Super creche” – Centro Municipal de Educação Infantil.

Figura 51 – Super Creche - Centro Municipal de Educação Infantil Dom Virgílio de Pauli



Fonte: Acervo da autora.
Foto: COELHO, S. de A. (2021).

Segundo publicação feita pelo jornal “TRIBUNA DO INTERIOR” em 03/06/2016, o Centro Municipal de Educação Infantil Dom Virgílio de Pauli, popularmente conhecido como “super creche”, possui uma estrutura com mais de 1300m², atendendo cerca de 150 crianças de zero a 3 anos, conta com área pedagógica, administrativa, de serviços, creche, pré-escola, solarium, pátio, anfiteatro, refeitório, playground e estacionamento. A implantação da “super creche” trouxe mais tranquilidade às famílias, tendo em vista que dentro do conjunto, evita o deslocamento das crianças para outros bairros que dispunham desses equipamentos. Já na figura 52, temos a UBS – Unidade Básica de Saúde.

Figura 52 - UBS - Unidade Básica de Saúde



Fonte: Acervo da autora.
Foto: COELHO, S. de A. (2021).

Quanto à função da UBS- Unidade Básica de Saúde, é fornecer aos moradores atendimento próximo a sua residência, seja para o agendamento de consultas e exames, distribuição de remédios, facilitando acesso a vacinação, atendendo e auxiliando a população, portanto não é necessário que o indivíduo tenha que se deslocar até ao centro da cidade ou outro bairro para ter acesso a essa assistência. Outro equipamento instalado no conjunto habitacional é o galpão comunitário, figura 53.

Figura 53 – Galpão Comunitário



Fonte: Fonte: Acervo da autora.
Foto: COELHO, S. de A. (2021).

O galpão comunitário tem por missão proporcionar um espaço que estimule a convivência entre os moradores, criando uma identidade local. Nesse espaço, são realizadas pela e para a comunidade as reuniões da associação de moradores, confraternizações e eventos. Outro elemento que consideramos relevante para os moradores, é o playground e ATI – Academia de Terceira Idade (Figura 54) que objetiva atender moradores de diferentes faixas etárias.

Figura 54 – Playground e ATI – Academia da Terceira Idade



Fonte: Acervo da autora.
Foto: COELHO, S. de A. (2021).

Quanto à organização do playground, as quadras e a ATI (academia da terceira idade) têm por papel estimular a convivência, tal como a prática de esportes e entretenimento para as crianças sem haver a necessidade de deslocamento. Também estão disponíveis, o campo de futebol e a quadra de basquete, conforme figura 55.

Figura 55- Campo de Futebol e quadra de Basquete



Fonte: Acervo da autora.
Foto: COELHO, S. de A. (2021).

Esses equipamentos estão abertos para uso de todos moradores. Ressaltamos que esses equipamentos também podem ser utilizados pelas famílias que pertencerem à segunda fase do residencial “[...] outras 700 moradias serão construídas na segunda fase devendo somar 1.524 unidades, o maior conjunto habitacional construído em Campo Mourão” (TA SABENDO, 2016).

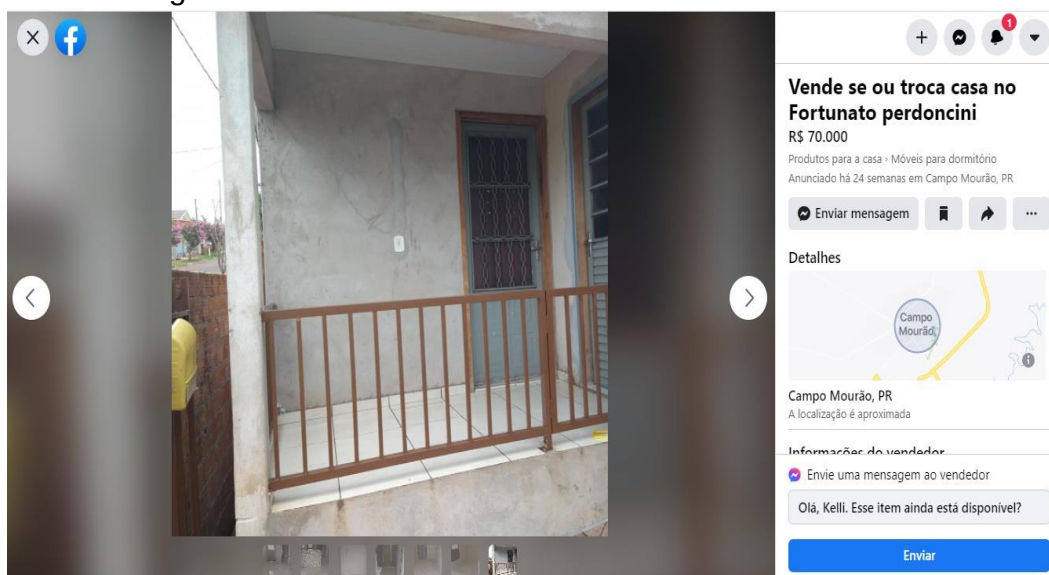
Já em matéria publicada pela SANEPAR em 05/06/2016 expõe outro diferencial deste, o Conjunto Habitacional Residencial Fortunato Perdoncini conta com o programa Tarifa Social “[...] A Tarifa Social é um programa da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) destinado a famílias de baixa renda” (SANEPAR, 2016). Aproximadamente 200 famílias atenderam aos requisitos para ter esse benefício, que é concedido a famílias que tenham renda de até meio salário mínimo por pessoa, com moradias de até 70m² e que consumam no máximo 10m³ de água por mês.

Mesmo o residencial localizando-se em uma área mais próxima ao centro, oferecendo uma estrutura maior e benefícios às famílias com renda menor como citado anteriormente, o conjunto ainda foi alvo de denúncias de irregularidades. Em matéria publicada pelo jornal TRIBUNA DO INTERIOR em 22/09/2019 há o destaque que mais de 5mil famílias fizeram o cadastro junto à Secretaria Municipal de Ação Social para participar do sorteio das moradias do Residencial Fortunato Perdoncini, desse total foram selecionadas 824 famílias para ocupar as residências em 2016, a matéria ainda aponta:

Desde que foi inaugurado, porém, o Conjunto sempre foi alvo de denúncias de que boa parte das moradias foi ocupada de forma irregular, ou seja, por pessoas que não se enquadram nos requisitos do programa social. Tanto que logo após a inauguração a Câmara de Vereadores instaurou uma comissão para apurar as denúncias. E a comissão concluiu, no fim do mesmo ano, que mais de 30 por cento das casas foram ocupadas de forma ilegal. Outra conclusão da comissão é que houve conluio dos envolvidos no processo de seleção envolvendo servidores e agentes políticos do município na época (TRIBUNA DO INTERIOR, 2019).

Tais constatações ainda geram polêmica, pois podem ser confirmadas facilmente por meio de uma visita ao residencial, onde muitas residências encontram-se completamente remodeladas, destoando completamente do projeto original, o que evidencia que o morador possa ter uma renda maior que a exigida pelo PMCMV. Com relação às denúncias, estas foram feitas junto à Caixa Econômica, à prefeitura e ao Ministério Público. Outro ponto evidenciado pela matéria refere-se ao aluguel/venda dos imóveis, pois os anúncios podem ser encontrados com facilidade nas redes sociais, conforme figura 56.

Figura 56- Anúncio de venda de imóvel em rede social.



Fonte: Facebook.

Segundo a matéria divulgada em 09/04/2020 pelo Jornal TRIBUNA DO INTERIOR, a qual afirma que logo após a inauguração do residencial, foi formada uma comissão para investigar as possíveis fraudes que poderiam ter burlado o sorteio dos beneficiários. O relatório da comissão concluiu que cerca de 30% dos imóveis ocupados foram apropriados de forma irregular. Embora as investigações tenham apontado irregularidades, o inquérito foi arquivado “[...] Por falta de provas, o juiz José Carlos Fabri, da 1ª Vara Federal de Umuarama, determinou o arquivamento, na esfera criminal[...]” (TRIBUNA DO INTERIOR, 2020).

Constatamos que o Residencial Fortunato Perdoncini, atualmente, é o maior conjunto habitacional de Campo Mourão, em visita de campo realizada nos dias 30/03/2021 e 08/04/2021, observamos que o referido conjunto disponibiliza aos seus residentes uma quantidade maior de equipamentos, como citados anteriormente. Porém, encontramos também divergências como existência de comércio, ainda que em escala menor e menos estruturado que o presente na área central. Identificamos entre os estabelecimentos existentes um supermercado, barbearia, algumas mercearias (figura 57 A), conveniência (figura 57 B), pontos comerciais (figura 57 C), borracharia adaptada (figura 57 D), bares (figura 57 E), entre outros.

Figura 47 – Estabelecimentos irregulares Fortunato Perdoncini



Legenda:

Figura 57 A – Estabelecimento Comercial Figura 57 E - Bar

Figura 57 B - Conveniência

Figura 57 F - Mercearia

Figura 57 C - Borracharia adaptada. Figura 57 G - Conveniência

Figura 57 D - Fábrica de salgados

Fonte: Acervo da autora.

Organizador: COELHO, S. de A. (2021).

Esses são alguns dos serviços disponíveis no conjunto, demonstrando que são instalações adaptadas ao espaço, mesmo sendo mais próximo da área central, logo mais próximo ao comércio de modo geral, o conjunto apresenta algumas carências como, ausência de área comercial organizada, falta farmácia, lotérica, posto policial, entre outros. Observamos que os moradores buscam gerar renda ou complementar sua renda dentro do próprio residencial, muitas vezes como no caso da borracharia, e das pequenas mercearias espalhadas pelo conjunto, essa renda secundária pauta-se sobre necessidades identificadas pelos próprios indivíduos, conforme figura 58.

Em síntese, o que difere os conjuntos são a estrutura, localização e a quantidade de unidades habitacionais. Compreendemos que o Residencial Fortunato Perdoncini possui uma estrutura maior do que os demais conjuntos habitacionais. Está localizado em uma área mais próxima à área central, onde se concentram também a maior parte do comércio que favorece a qualidade de vida dos seus moradores, haja vista que esses têm uma maior comodidade. Existe ainda a carência de alguns serviços e equipamentos como, banco, lotérica, escola/colégio com ensino fundamental e médio, uma área comercial mais organizada o que favoreceria a qualidade de vida dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema habitação é extremamente complexo, pois está rodeado por inúmeros conflitos e interesses. A habitação tornou-se um problema histórico no Brasil e junto com ela estão associados outros problemas sociais e econômicos. Na tentativa de amenizar o problema, algumas medidas foram tomadas, as que mais se destacaram foram a FCP-Fundação Casa Popular, o BNH-Banco Nacional de Habitação e o PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida.

A habitação pode ser analisada e entendida de diversas formas: como necessidade, segurança, direito, *status*, entre outros. O capital apropria-se e transforma a habitação em produto, elevando o custo, restringindo o acesso e interferindo diretamente na produção do espaço, expressando as constantes contradições vividas pela sociedade. O lugar onde vivemos influencia diretamente em nossas vidas, visto que está ligado ao nosso bem-estar, ao sentimento de pertencer, ao sentir-se bem onde habita, as nossas raízes, assim, a habitação tem grande peso na vida das pessoas. A moradia digna, com infraestrutura adequada proporciona a população maior qualidade de vida.

Para melhor compreensão dos fatores que envolvem a habitação, principalmente a habitação social voltada às famílias com baixa renda, buscamos no transcorrer da dissertação entender como o espaço urbano de Campo Mourão vem sendo construído. Nesse percurso, identificamos que a expansão urbana está condicionada às mudanças econômicas e políticas e a interesses de grupos (empresas imobiliárias, proprietários rurais, prefeitura, construtoras e pessoas que precisam de moradia).

Nas décadas seguintes, com a emancipação política do município o espaço foi alterado para atender necessidades básicas da população com instalação de redes de energia elétrica, água e esgoto, ruas, estradas, transporte público entre outros. Identificamos que esses serviços foram inseridos primeiro no centro da cidade, privilegiando e supervalorizando essa área/população. Algumas décadas depois os demais bairros foram atendidos. No entanto, é possível afirmar que ainda existem bairros que não possuem ruas delimitadas, asfalto entre outros equipamentos de infraestrutura.

Iniciamos a pesquisa tendo como objetivo geral “analisar a influência dos conjuntos habitacionais financiados pelo Programa *Minha Casa Minha Vida*, na

produção do espaço urbano de Campo Mourão”. Durante o processo de construção da pesquisa diversos questionamentos surgiram e foram elucidados.

Diante das várias questões levantadas, elencamos três, as quais consideramos de maior importância e abrangência para nortear a pesquisa. Nosso primeiro questionamento levantado foi: **“Quais foram os impactos da implantação dos conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida no espaço urbano de Campo Mourão?”** Na cidade de Campo Mourão foram construídos dois conjuntos habitacionais faixa 1 financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, são eles Moradias Avelino Piacentini e o Residencial Fortunato Perdoncini. Entre as modificações que identificamos, as mais expressivas são as físicas devido as alterações no espaço, não somente onde os conjuntos estão inseridos, mas no entorno também, visto que essas áreas se localizam longe do centro. Foi necessário levar infraestrutura até essas áreas: redes de energia elétrica, água, esgoto, transporte, entre outros serviços. Outro ponto destacado refere-se à valorização das áreas que fazem a ligação do conjunto ao restante da cidade em decorrência das melhorias que esses espaços sofreram com a implantação de asfalto, iluminação pública e o aumento nos horários do transporte público.

Nosso segundo questionamento foi: **“A localização e a infraestrutura existente nos conjuntos habitacionais atendem as necessidades da população?”** Não. Constatamos que a localização dificulta o acesso dos moradores aos demais pontos da cidade, visto que os conjuntos encontram-se à margem do perímetro urbano. O Moradias Avelino Piacentini está localizado a cerca 8km do centro da cidade, e o Residencial Fortunato Perdoncini a aproximadamente 5km. Mesmo com transporte público, a distância e os horários em que o serviço é disponibilizado limita o direito de ir e vir dos moradores, visto que as linhas operam até as 19:30h, o que dificulta, por exemplo, o acesso desses indivíduos à universidade.

Quanto à infraestrutura presente nos conjuntos, percebemos que-também é limitada e não atende as necessidades da população residente, uma vez que no caso do Moradias Avelino Piacentini há disponibilidade somente de uma UBS - Unidade Básica de Saúde e uma Escola Municipal de ensino fundamental, o que é insuficiente para atender as necessidades do dia-a-dia. Já o Residencial Fortunato Perdoncini possui uma estrutura maior, pois conta com UBS - Unidade Básica de Saúde, super creche, pontos de ônibus disponíveis em todo conjunto, galpão comunitário, área de lazer com playground, quadra de esportes e ATI – Academia da Terceira Idade.

Ambos não possuem comércio organizado, farmácia, hospital, banco ou correspondente bancário, posto de combustível, posto policial entre outros equipamentos e serviços essenciais no cotidiano dos moradores, o que consequentemente dificulta a rotina dos moradores.

Nosso terceiro e último questionamento foi: **“Os moradores dos loteamentos têm acesso fácil aos serviços disponibilizados no centro da cidade?”**. Como destacamos anteriormente, os conjuntos localizam-se entre 5km e 8km do centro da cidade, uma distância considerável, as ruas de acesso que fazem a ligação aos conjuntos, atualmente, estão em ótimo estado. Quanto aos moradores que não possuem meio de transporte próprio, podem usar o transporte público, que apesar de contar com diversos horários limita a circulação dos indivíduos, pois oferta o serviço durante a semana até às 19:30h, aos sábados até as 14h e aos domingos não há linhas em funcionamento para atendê-los, impedindo que os moradores possam frequentar áreas de lazer como, o parque do lago e a praça São José aos fins de semana e feriados. Portanto, o acesso é limitado, tendo em vista que está condicionado a determinados dias da semana e horário.

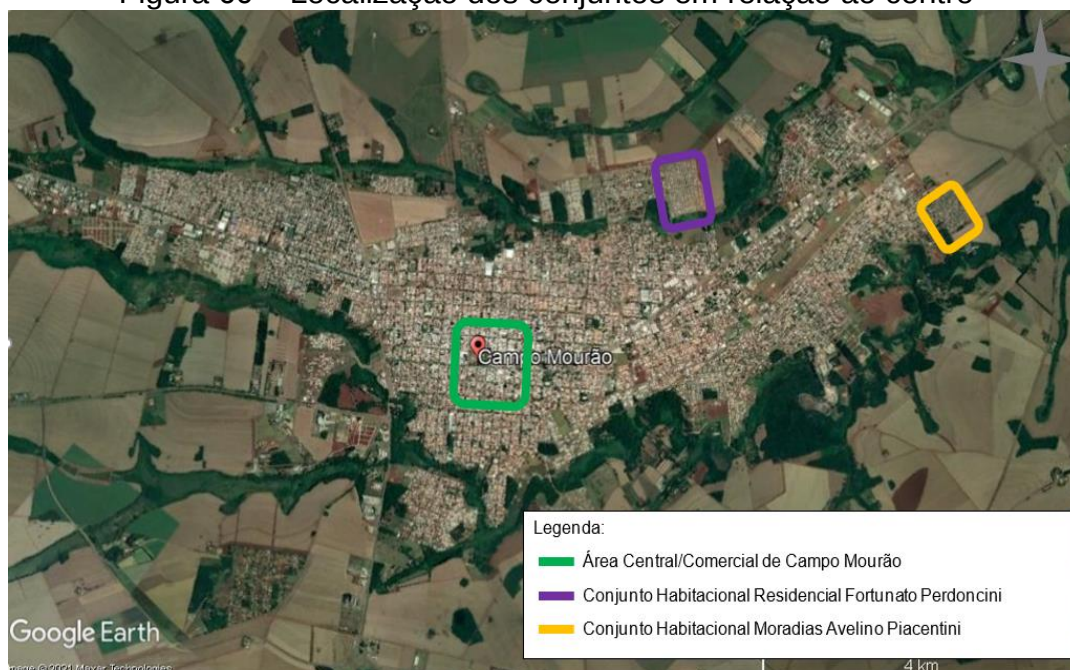
Percebemos que os conjuntos habitacionais de Campo Mourão possuem os mesmos problemas encontrados por outros autores em outros lugares como, Rio de Janeiro e São Paulo. Compreendemos que a localização tem grande peso sobre a rotina e permanência dos moradores no conjunto. Assim sendo, observamos diversos pontos comuns e divergentes entre os conjuntos. Primeiramente, é importante mencionar que os dois conjuntos foram construídos pela mesma empreiteira, a Construtora Piacentini, que tem experiência nesse tipo de empreendimento; segundo ponto em comum é que ambos receberam recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, enquadrando-se na Faixa 1 do programa, que é voltada para famílias de baixa renda; o terceiro ponto diz respeito às denúncias de fraude em relação aos sorteios, além de venda e locação irregular dos imóveis, atitudes que caracterizam crime e quebra de contrato junto à Caixa Econômica.

O Moradas Avelino Piacentini, contendo 436 unidades habitacionais, foi o primeiro a ser construído está a cerca de 8km do centro, já o Residencial Fortunato Perdoncini com 824 unidades habitacionais está a aproximadamente 5km do centro. Diante do exposto, fica evidente que a área para construção do Residencial Fortunato Perdoncini é maior, e mesmo assim a sua localização está mais próxima da área central. Outro ponto comum refere-se à existência de um comércio primário, composto

principalmente por pequenas mercearias, conveniências e serviços como lavagem de automóvel, revenda de roupas, alimentos, cosméticos, instalação de antenas, entre outros. Apontando a necessidade de complemento de renda dos moradores.

Na figura 60, apontamos a localização dos dois conjuntos habitacionais em relação ao centro, e demais pontos do espaço urbano. É evidente que os dois foram instalados nas margens do perímetro urbano, nas franjas da cidade, consequentemente afastados da área central onde se localiza a maior parte do comércio, equipamentos e serviços.

Figura 60 – Localização dos conjuntos em relação ao centro



Fonte: Acervo da autora.

Organizador: COELHO, S. de A. (2021).

Quanto à estrutura ofertada pelos conjuntos, observamos que atualmente o Residencial Fortunato Perdoncini oferece uma infraestrutura maior, visto que foi inaugurado contendo a super creche, quadras de futebol e basquete, playground, ATI, UBS e o galpão comunitário, enquanto no moradias Avelino Piacentini, até o momento, os moradores dispõem somente da UBS e de uma escola de ensino fundamental I inaugurada recentemente. As carências enfrentadas pelos moradores dos dois conjuntos são, praticamente, as mesmas, ausência de comércio organizado, consequentemente o conjunto não é local de geração de empregos para os moradores, o que os forçam a buscá-los em outros bairros. Há falta de farmácia, posto policial, banco ou correspondente bancário, lotérica, supermercado (Moradias Avelino Piacentini), escola/colégio de ensino fundamental e médio (Fortunato Perdoncini).

Por outro lado, ausência desses serviços pode ser justificada pela falta de uma área específica para o comércio visto que, a localização dos conjuntos eleva o custo de implantação e consequentemente desses serviços o que contraria a ideia do menor custo outro ponto que deve ser destacado também é que a legislação, lei de parcelamento do solo 6766 não obrigam as empreiteiras a reservar parte das áreas dos conjuntos para uso comercial.

Finalizamos, nossas reflexões constatando a necessidade de reformulação do programa minha Casa Minha Vida, buscando atender a população de menor renda, criando meios para que os moradores possam se desenvolver dentro dos conjuntos habitacionais, inserindo uma área comercial, educação em vários níveis, saúde e segurança.

No que se refere aos conjuntos habitacionais analisados em Campo Mourão verificamos a necessidade de maior atenção à essa população com a elaboração de políticas públicas possam integrar essa população a vida urbana visto que, estão vivendo longe de tudo que o espaço urbano possa oferecer. Sendo assim, essas pessoas têm o direito de se integrar a toda estrutura da cidade, uma vez que são cidadãos iguais aos outros perante à lei.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K.; ALMEIDA, M. A. P. de; BARREIROS, M. A. F. **Urbanismo: história e desenvolvimento**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil. 1995. Disponível em <<http://reverbe.net.cidades/wp-content/uploads/2011/08/urbanismo-historiaedesenvolvimento>> Acesso:13/11/2020.

ALMEIDA, A. C. S. **A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte**. Revista GeoMae, Campo Mourão-Pr. V.7n1. p. 9-20, 2016.

ALMEIDA, C. da S. **Estudo comparativo de bairros que receberam as moradias de programas habitacionais sociais com o Jardim Copacabana, na cidade de Campo Mourão - PR**. 2014. p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Campo Mourão, 2013. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/6266/3/CM_COECI_2013_2_06.pdf> acesso: 08/08/2020.

ALVARENGA, M. M.de.; SANTANA, S. B. **O conceito de produção do espaço no pensamento Geográfico**. Observatório geográfico da américa latina. Disponível em:<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/04.pdf>> acesso:08/08/2020.

ALVES, R. de O. **Entre despossessão e apropriação, o direito à cidade: quando o comum é possível**. 2015. 258f. (Tese) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo horizonte, 2015.

ANDRADE, Á. A. V. de. **Poder, estado e capital nos processos des-re-territorialização no campo na microrregião geográfica de Campo Mourão-Pr**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, 2013.

ANDRADE, Á. A. V. de. **Análise da Territorialidades Nas Vilas Rurais da Região de Campo Mourão-PR**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 4, n. 7, p. 55-72, ago/dez. 2012.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1950.

Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf> Acesso em: 27/12/2019

ARAÚJO, M. M. S. **A produção do espaço urbano periférico e a questão habitacional em Feira de Santana: o Programa Minha Casa Minha Vida no bairro da Mangabeira, entre 2009-2014**. 2016. 390f. mestrado, Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2016.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPO MOURÃO.

Disponível em:< <http://acicam.com.br/pagina/mais-de-60-anos> > acesso em: 08/01/2020.

ATLAS BRASIL CAMPO MOURÃO.

Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campo-mourao_pr>
 acesso em: 27/12/2019.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p.

Disponível em: <https://www.fabex.edu.br/acervo_digital/eb2.pdf> acesso: 11/08/2020

BARON PERISSINOTTO, C. M. **A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos institutos de aposentadorias e pensões – IAPs**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente. p. 102 - 127, 2011.

BATISTA, R. L. **Produção do espaço e controle social: os espaços residenciais populares fechados como novo modelo de moradia**. 2015, 241f. Tese. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente, 2015.

BELINI, L. M. O estatuto da interdisciplinaridade: conceito, uso e modalidades. *In*: PÁTARO, C. S. DE O.; BOVO, M. C. (orgs). **Formação humana, espaços e representações**. Campo Mourão; Fecilcam, P. 11 – 29, 2016.

BERNARDI, R.; MEDA, A. P. **Estigmas territoriais urbanos: do direito à moradia adequada ao direito à cidade**. Rev. de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 18 – 33. Disponível em:

<https://www.academia.edu/42972352/ESTIGMAS_TERRITORIAIS_URBANOS_DO_DIREITO_%C3%80_MORADIA_ADEQUADA_AO_DIREITO_%C3%80_CIDADE>
 acesso: 11/08/2020.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BOVO, M. C.; CONRADO, D. **O parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão (Pr), Brasil**. Revista Unesp. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.34, v.1, p.50-71, jan./jul. 2012.

BOVO, M. C.; LOCK, S. A.; SILVA, J. D. da. **Reflexões sobre a relações entre expansão imobiliária e a produção do espaço do município de Campo Mourão (PR), Brasil**. Revista Redes (St. Cruz Sul, online), v. 20, nº 3, p. 363 - 381, set/dez. 2015.

BRASIL. Lei Nº 13.173

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13173.htm#art5> acesso: 24/02/2021

BRASIL. Lei Nº 13.043

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13043.htm#art60> acesso: 24/02/2021

BRASIL. **Lei Nº 12.424**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm#art2> acesso: 24/02/2021

BRASIL. **DECRETO Nº 6819**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D6819impressao.htm> acesso: 24/02/2021.

CAMPOS, R. B. A. **Antecedentes e Mecanismos de Políticas Habitacionais no Brasil e no Estado de São Paulo**: da Fundação Casa Popular ao Programa Minha Casa, Minha Vida e CDHU. Temas de Economia Aplicada; informações Fipe, 2016.

CARDOSO, A. L. (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles, 2013.

Cardoso, A. L.; Mello, I. Q.; Jaenisch, S. T. **A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições**. In *Minha casa... e a cidade? avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros / organização Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, Maria Beatriz Cruz Rufino*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. P.73-102.

CARDOSO, A. L. et.al. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil**: da euforia à crise. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**: O homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano? São Paulo: Editora Contexto, 1992.

_____. **A (re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A Condição Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

_____. **A produção do Espaço Urbano**: Agentes e Processos, Escalas e Desafios. (Orgs.) Marcelo Lopes de Souza. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

_____. **A Cidade Como Negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CARVALHO, E. B. de. **A Modernização do sertão**: terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964. 2008. 344p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **Um modo de vida na fronteira**: uma história ambiental de Campo Mourão, Paraná, 1903-1939. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTILHOS, R. B. **Produzindo lugar, reproduzindo espaço: uma análise das dinâmicas de mercado no campo de moradia**. 2015. 358f. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2015.

CAPEL, Horácio. **Estudios Sobre el Sistema Urbano**: Universidad de Barcelona, 1974.

_____. **Capitalismo y Morfología Urbana en España**. Ed. Del cordel, 1977.

CAPEL, Horácio. **Dibujar el Mundo: Borges, la Ciudad y la Geografía del Siglo XXI**: Ediciones del Serbal, 2001.

_____. **La Morfología de las Ciudades: Sociedad, Cultura y Paisaje Urbano**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CHAER, G.; DINIZ, R.R.P.; RIBEIRO, E. A. **A técnica do questionamento na pesquisa educacional**. Revista Evidencia, Araxá, v.7. n.7, p. 251-266, 2011.

CHAVES, M. F. **A renda da terra na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista – Ba**. 2018.170f. Dissertação – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Vitória da Conquista – Ba, 2018.

COAMO - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL.

Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/site/institucional/>> acesso 08/01/2020.

COHAPAR.

Disponível em:<<http://www.cohapar.pr.gov.br/Pagina/Cohapar#>> acesso em: 06/04/2020.

COLAVITE, A. P.; BARROS, M. F. **Geoprocessamento Aplicado a Estudos do Caminho de Peabiru**. Revista Anpege. V.5. P.86 – 105, 2009.

CORNELI, V. M.; ANGELIS, B. L. D. de.; CAXAMBÚ, M. G. **Aspectos histórico-sociais de pequenas cidades da Microrregião de Campo Mourão – PR**. Boletim de Geografia, Maringá, v. 32, n. 3, p. 69-93, set.- dez., 2014.

CORREIA, A. P. dos S. A. **O direito à cidade e a acessibilidade para pessoas com deficiência: a teoria da produção do espaço de Henri Lefèbvre e análise acerca da aplicação do Plano Diretor Participativo de 2006, em Tucuruí (PA)**. 2017.165f. Dissertação. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Recife, 2017.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Sobre Agentes Sociais, escala e Produção do espaço: um texto para Discussão**. UFRJ – 2011. Disponível em:

<https://www.academia.edu/36643464/SOBRE_AGENTES_SOCIAIS_ESCALA_E_PRODU%C3%87%C3%83O_DO_ESPA%C3%87O_UM_TEXTO_PARA_DISCUSS%C3%83O> acesso 17/03/2020.

COSTA, F. R. da. **Estudo Sobre Os Municípios Periféricos Na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense**. Revista Geografia (Londrina) v. 18, n. 2, p. 109-127, 2009.

Curso de medicina.

Disponível em: < <https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/faculdade-integrado-e-contemplada-com-curso-de-medicina> > acesso em:06/04/2020.

Curso de medicina.

Disponível em:<<https://www.grupointegrado.br/acontece/geral/faculdade-integrado-conquista-curso-de-medicina/5129>> acesso em:06/04/2020.

DAMIANI, A. L. **População e o Geografia**. São Paulo, Contexto, 1991.

DANTAS, D. R.; CARVALHO, E. T. S de.; OLIVEIRA, J. D. de. **A Análise Urbana Sob a Perspectiva de Horácio Capel**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 9, N.1, p. 61-76, 2019.

Data de implantação dos cursos da Unespar.

Disponível em:<<http://prograd.unespar.edu.br/sobre/cursos>> acesso:08/05/2020

Déficit habitacional brasileiro.

Fonte: Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. - Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&codUsuario=0> > acesso em: 17/03/2020.

Déficit habitacional brasileiro.

Disponível em:< <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file> > acesso em: 10/12/2019.

Déficit habitacional brasileiro.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnicadirur05.pdf > acesso em: 10/12/2019.

Déficit habitacional brasileiro.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20656&catid=1&Itemid=7%20> acesso em: 10/12/2019.

Escolas municipais/déficit de vagas.

Disponível em:<<https://g-ale.net/seced/?cmei=true&set=46>> acesso:09/05/2020

Estrutura do PAC.

Disponível em: <<http://pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/minha-casa-minha-vida> > acesso:19/03/2020.

FREHSE, F. **Tempos no corpo:** Contribuições do Método Lefebvrino para a Pesquisa Urbana (Latino-americana). Revista Estudos de Sociologia, Recife, vol. 1, n. 21, 2015.

FROTA, Henrique. “O direito à cidade: desafios para a construção da utopia por uma vida transformada” in SOUSA JUNIOR et al. (org.). *O direito achado na rua : introdução crítica ao direito urbanístico*, cap.14, p. 163-171. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. disponível em:<<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/17/16/70-2>> acesso:13/08/2020.

FORAGI, R. **Uma Análise do Programa Minha Casa Minha Vida.** 2012. p. 60. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015.** Belo Horizonte, 2018.

_____. **Déficit habitacional Nacional Municipal no Brasil 2010.** Belo Horizonte: 2013.

Fundação da Fecilcam.

Disponível em: <<https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/uneparfecilcam-completa-40-anos>> acesso: 04/04/2020.

Fundação da Unespar.

Disponível em <http://www.unespar.edu.br/a_unespar/introducao> acesso:04/04/2020.

GARCIA, F.; CASTELO, A. M.; PEDROZO, E. **Desenvolvimento habitacional e políticas públicas.** Biblioteca Digital FGV. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cc/article/view/25123>> Acesso 07/02/2020.

GOMES, R. C. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiencia urbana.** Rio de Janeiro; Rocco, 1994.

GONCALVES D'ALMEIDA, Ú. **A materialidade das políticas habitacionais na produção do espaço urbano em campos dos Goytacazes/Rj.** (Dissertação). Universidade Federal do Rio de Janeiro Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2018.

GONÇALVES, L. H. C. **Estudo da configuração espacial das unidades de habitação de interesse social e mapeamento da localização dos conjuntos habitacionais produzidos na cidade de Campo Mourão – PR nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.** 2015. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Campo Mourão. Campo Mourão, 2015.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Hucitec.1980.

_____. **Condição Pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola. 1992.

_____. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Loyola. 2004.

_____. **O Neoliberalismo:** História e Implicações. São Paulo: Loyola. 2008.

_____. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo.** São Paulo: Boitempo. (2011).

Hospitais em Campo Mourão.

Disponível em: <<https://campomourao.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/205>>

Acesso:09/05/2020

Índice de população urbana e rural.

Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>> acesso em: 27/01/2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por unidades da federação e por níveis de renda domiciliar.** Rio de Janeiro, 1998.

Documento apresentado para discussão II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M593_01.pdf> acesso 01/09/2020.

LAGO, L. C. do. (org.). **Autogestão habitacional no Brasil:** utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** 2ed. Rio de Janeiro. DP&A. 2001.

_____. **A Produção do Espaço Urbano.** Paris. Editora Anthropos. 2000.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte. Editora UFMG. 2002.

_____. **Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

CAMPO MOURÃO. **Lei complementar nº 31 de 17 de julho de 2014.** Dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano e rural do município de Campo Mourão e dá outras providências. Campo Mourão: Câmara Municipal, [2014]. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-campo-mourao-pr>> acesso em:11/01/2020.

CAMPO MOURÃO. **Lei nº 490, de 10 de abril de 1986.** Câmara Municipal, [1986]. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/1986/49/490/lei-ordinaria-n-490-1986-dispoe-sobre-zoneamento-do-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias>> acesso em: 11/01/2020.

CAMPO MOURÃO. **Lei nº 191, 1978.** Transforma a Fundescam em fundação de direito público e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/1978/20/191/lei-ordinaria-n-191-1978-transforma-a-fundescam-em-fundacao-de-direito-publico-e-da-outras-providencias?q=%2226%2F72%22>> acesso 04/04/2020.

CAMPO MOURÃO. **Lei nº 26, 1972.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/1972/2/26/lei-ordinaria-n-26-1972-autoriza-o-poder-executivo-municipal-a-dotar-bens-livres-para-a-criacao-de-uma-fundacao-de-ensino-superior-em-campo-mourao-regulamenta-a-sua-instalacao-e-da-outras-providencias>> acesso: 04/04/2020.

LEITE, R. P. **O monstro do déficit habitacional não desaparecerá num passe de mágica.** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cc/article/view/23281>> acesso em 07/02/2020.

LIMA, A. C. A. da S. **A Produção do espaço urbano e o espaço público:** algumas considerações. Revista Geotemas, v 9, n. 3, p. 7-22, set./dez. 2019.

LIMA, A. J. de. **O Programa Minha Casa Minha Vida, a segregação urbana e a reprodução de velhas práticas.** Revista Argumentum., Vitória, v. 10, n. 3, p. 257-271, set./dez. 2018.

MACHADO, C. R. S. **Momentos da obra de Henri Lefebvre:** uma apresentação1. Revista ambiente e educação, Rio Grande, v.13 n1. P.83 – 95, 2008.

MARICATO, E. **Metrópole, Legislação e Desigualdade.** São Paulo: Saraiva, 2003.

MARICATO, H. **Cidades rebeldes:** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, A. DE M.; **Entre a utopia do direito à Cidade e a resistência urbana:** a luta pelo habitar em Brasília/DF. 2016.

MELO, M. A. B. C de. **Política de habitação e populismo:** o caso da fundação casa popular. Revista de urbanismo e arquitetura, Universidade federal de Pernambuco.v.3, n.1, p. 39-61, 1990.

MEDEIROS, S. R. F. Q. de. **BNH:** outras perspectivas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2017. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20perspectiva.pdf>> acesso em: 22/02/2020.

Ministério da Economia. PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: < <http://pac.gov.br/sobre-o-pac>> acesso 05/03/2020.

Ministério da Economia. PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/o-que-e-o-pac>> acesso em:19/03/2020.

MONBEIG, P. **Textos Clássicos:** o estudo geográfico das cidades. Revista Cidades. UNESP. v.1, n. 2, p. 277 – 314, 2004.

MORIGI, J. de B. **A verticalização urbana de Campo Mourão – Paraná (1970-2015): análise dos agentes produtores do espaço urbano.** 159f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2016.

MOURA, E. A. da C.; MOTA, M.; **Regularização fundiária de ocupação em áreas ambientais e tutela judicial no novo código de processo civil.** Revista de Direito da Cidade. v. 10, nº 4. P. 2315-2368, 2018.

MUNICÍPIO DE FAROL. Disponível em:<<https://www.farol.pr.gov.br/sobre>> acesso em: 08/01/2020.

MUSSE, R. **David Harvey:** para além de uma geografia do capital. Revista PPGSA, Rio de Janeiro, v.04.01: 55 – 69, junho, 2014.

ONOFRE, G. R. **Campo Mourão:** Colonização, uso do solo e impactos socioambientais. 2005. 206 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá.

ORTIGOZA. S. A. G, **Parte II As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo** - progressivo de Henri Lefebvre na geografia urbana. Unesp 2010. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270-09.pdf>> acesso em: 07/01/2020.

Origem da Fecilcam.

Disponível em: <<https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/unesparfecilcam-completa-40-anos>> acesso: 04/04/2020.

Origem da Unespar.

Disponível em <http://www.unespar.edu.br/a_unespar/introducao> acesso:04/04/2020.

PARQUE ESTADUAL LAGO AZUL.

Disponível em:<<http://www.iap.pr.gov.br/2018/03/1373/Parque-do-Lago-Azul-e-um-local-para-contemplar-a-natureza.html>> acesso em:06/04/2020.

PORTAL PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO.

Disponível em:

<<https://campomourao.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/1> > acesso em:27/12/2019.

<<https://campomourao.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/3> > acesso em:06/01/2020.

PRIORI, A. et al. **História do Paraná:** séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

POSTALI, V. B. **Autoconstrução e circuito inferior da economia: uma análise da produção habitacional em Londrina /PR – estudo de caso São Jorge e San Rafael**. 2008. 208f. Dissertação UEL – Londrina, 2008.

TAVOLARI, B. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual**. *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2016, vol.35, n.1, pp.93-109. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002016000100005&script=sci_abstract&tlng=pt> acesso: 07/02/2020.

TOWS, R. L. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. 2015. 359f. Tese. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.

SANTOS, C. N. F. **Está na hora de ver as cidades como elas são de verdade**. Rio de Janeiro, Ibam, 1986. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-21/380-esta-na-hora-de-ver-as-cidades-como-sao-de-verdade/file>> acesso em: 10/01/2020.

SANTOS JUNIOR, J. E. **Campo Mourão: A Construção de uma Cidade**. Campo Mourão: Midiograf, 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 3 ed., São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por Uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SARLET, I. W. **O direito fundamental à moradia aos vinte anos da constituição federal de 1988: notas a respeito da evolução em matéria jurisprudencial, com destaque para a atuação do supremo tribunal federal**. Artigo originalmente publicado na *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC*, Ano 2, n. 8, outubro/dezembro de 2008, p. 55-92. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima1/artigo_Ingo_Wolfgang_Sarlet_o_direito.pdf> acesso: 04/08/2020.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henry Lefebvre: Em direção a uma dialética tridimensional**. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, p. 89-109, 2012.

SCHMIDT, L. P. **Oportunidades emergentes e negócios imobiliários: necessidades ou realização para a gestão da cidade?** In: BOVO, M. C.; COSTA, F. R. (Org.). Estudos urbanos: conceitos, definições e debates. Campo Mourão: Fecilcam, 2017. P. 15-32.

SILVA, I. P. M. da. **Dinâmica Populacional e Produção do Espaço de Campo Mourão-PR. A Espaço Temporalidade de um Núcleo Polarizador.** 2008. 167páginas. Dissertação (mestrado em Geografia) PGE/UEM. Maringá, 2008.

SILVA, C. C. M. **Habitar o ambiente urbano em condomínios verticais populares: o direito fundamental à moradia e o bem viver sob o enfoque Interdisciplinar em Curitiba-Paraná.** 2018, 182f. Tese. Universidade Federal de Curitiba, 2018.

SILVA, M. L. da.; TOURINHO, H. L. Z. **O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida:** duas políticas habitacionais uma mesma lógica locacional. caderno metrópole. São Paulo, 2015.

SIMIONATO, E. C. **Campo Mourão Sua Gente...** Sua história. Campo Mourão: Kromoset Artes Gráficas Ltda.;1996.

SIMIONATO, E. C. **Campo Mourão 50anos na Espiral do Tempo.** Campo Mourão:Nerygraf.;1997.

SOEIRO, I. C. de M. **Reaproximação forjada da natureza: a utilização da retórica ecológica na produção do espaço urbano de uma cidade latino-americana.** 2017. 242f. Dissertação. Universidade Estadual de Pernambuco. Recife, 2017.

SOUSA, I. G. **Habitação social no programa minha casa minha vida:** Avaliação do residencial Pitangueiras, São José de Ribamar/MA. (Dissertação). Universidade De Brasília Faculdade De Arquitetura E Urbanismo. Brasília, 2017.

SOUSA, M. L. de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbana.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socioespacial.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

ROCHA, F. A. **A produção do Programa Minha Casa Minha Vida em Vitória da Conquista – Bahia, 2009 – 2018.** 2018. 174f. Dissertação - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018.

UTFPR. Disponível em:<<http://www.utfpr.edu.br/campus/campomourao/sobre>> acesso em: 11/01/2020.

VALADARES, L. do P.; HOFFMANN, A. R. **BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH).** Fundação Getúlio Vargas - FGV. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>> acesso em: 22/02/2020.

VERISSIMO, E. **Um lugar ao sol.** São Paulo. Editora: Globo.1963

VICENTIM, T. N. **Análise do Comércio e Serviço nos Empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV):** Estudo de Caso do Residencial Vista Bela - Londrina PR. 2015. 152f. Dissertação de Mestrado em Metodologia do Projeto. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, F. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; 2012.

YOKOO, E. N. **A Dinâmica Das Frentes De Ocupação Territorial Na Mesorregião Centro-Occidental Paranaense**. 2013. 218f. Tese. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

WEBER, A. PAGLIARINI JUNIOR, J. **Narrativas sobre a ação do Estado na história da colonização de Campo Mourão (1900-1950)** In: Fronteiras: Revista de História. Dourados MS, 2019. P 58-80.

Ferreira, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/j_whitaker/artigos.html> acesso:18/07/2020.

Referencias das imagens

Imagem 1 – **Extração de Madeira de Lei, 1941**. Fonte: Blog do Wille Bathke Jr. Disponível em: < <http://wibajucm.blogspot.com/2019/07/fotos-antigas-de-campo-mourao.html>> acesso 29/04/2020.

Imagem 2 - **Avenida Capitão Índio Bandeira,1950**. Fonte: Revista MetrÓpole Disponível em: < <http://metropolerevista.com.br/colunistas/entre-rios-baldes-e-torneiras-vovo-conta-historias-de-um-passado-que-se-foi/28279>> Acesso: 28/04/2020.

Imagem 3 – **Escola Isolada de Campo Mourão, 1947**. Fonte: Blog do Wille Bathke Jr. Disponível em: < <http://wibajucm.blogspot.com/2011/12/fundacoes-de-escolas-e-entidades-em.html>> acesso:28/04/2020

Imagem 4 - **Transporte do gado pela Estrada Boiadeira**. Fonte: Blog do Wille Bathke Jr. Disponível em: < <http://wibajucm.blogspot.com/2019/07/fotos-antigas-de-campo-mourao.html>> acesso:28/04/2020

Imagem 5 - **Praça Getúlio Vargas, 1953**. Fonte: Fonte: Blog do Wille Bathke Jr. Disponível em: <<http://wibajucm.blogspot.com/2019/07/fotos-antigas-de-campo-mourao.html>> acesso:28/04/2020

Imagem 6 – **Hotel Central**. Fonte: Fonte: Blog do Wille Bathke Jr. Disponível em: <<http://wibajucm.blogspot.com/2019/07/fotos-antigas-de-campo-mourao.html>> acesso:28/04/2020.

Imagem 7 – **Colégio Estadual de Campo Mourão, 1959**. Fonte: Blog do Wille Bathke Jr. Disponível em: <<http://wibajucm.blogspot.com/2011/12/fundacoes-de-escolas-e-entidades-em.html>> acesso:28/04/2020.

Imagem 8 - **Fotografia aérea da cidade de Campo Mourão em 1953.** Fonte: Secretaria de Planejamento do Município de Campo Mourão, 2020.

Imagem 9 – **Revenda de Willys Overland do Brasil.** Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

Disponível em:< <http://wibajucm.blogspot.com/2011/05/fotos-antigas-campo-mourao-anos-50.html>> acesso:28/04/2020.

Imagem 10 – **Hospital São Pedro.** Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

Disponível em:< <https://wibajucm.blogspot.com/search?q=hospital>> acesso:28/04/2020.

Imagem 11 – **Campo Mourão depois da malha asfáltica,1968.** Fonte: Blog do Wille Bathke Jr. Disponível em:< <http://wibajucm.blogspot.com/2011/05/fotos-antigas-campo-mourao-anos-50.html>> acesso:28/04/2020.

Imagem 12 – **Rodoviária e Praça Getúlio Vargas, 1963.** Fonte: Blog Ilivaldo Duarte. Disponível em:< <http://ilivaldoduarte.blogspot.com/2013/10/campo-mourao-66-anos-conheca-sua.html>> acesso:28/04/2020.

Imagem 13 - **Fotografia aérea da cidade de Campo Mourão em 1963.**Fonte: Secretaria de Planejamento do Município de Campo Mourão, 2020.

Imagem 14 – **Centro de Campo Mourão, 1975.** Fonte: Blog campo mourão no túnel do tempo.

Disponível em:<http://www.viajandonotempo.com.br/index.php?data_in=200405> acesso: 29/04/2020.

Imagem 15 - **Rodoviária de Campo Mourão, 1971.** Fonte: Blog baú do Luizinho.

Disponível em:<<https://baudoluizinho.blogspot.com/search?q=campo+mour%C3%A3o+1970>> acesso: 29/04/2020.

Imagem 16 – **Colégio Estadual de Campo Mourão, 1970.** Fonte: Itribuna.

Disponível em:<<https://baudoluizinho.blogspot.com/search?q=campo+mour%C3%A3o+1970>>acesso:29/04/2020.

Imagem 17 – **Centro de Campo Mourão, 1980.** Fonte: Blog do Wille Bathke Jr.

Disponível em:<<https://wibajucm.blogspot.com/search?q=campo+mour%C3%A3o+1980>> acesso: 29/04/2020.

Imagem 18 – **Avenida Presidente Kennedy Lar Paraná, 1982.** Fonte: Blog baú do Luizinho.

Disponível em:<<https://baudoluizinho.blogspot.com/search?q=campo+mour%C3%A3o+1982>> acesso:29/04/2020.

Imagem 19 - **Parque municipal Joaquim Theodoro de Oliveira, 1982.** Fonte: Blog baú do Luizinho. Disponível

em:<<https://baudoluizinho.blogspot.com/search?q=campo+mour%C3%A3o+1982>>
 acesso:29/04/2020.

Imagem 20 - **Fotografia aérea da cidade de Campo Mourão em 1980.** Fonte: Secretaria de Planejamento do Município de Campo Mourão.

Imagem 21 - **Vista aérea de Campo Mourão.** Fonte: Site Viaje Paraná. Disponível em: <<http://www.viajeparana.com/Campo-Mourao>> acesso: 29/04/2020.

Imagem 22 - **Vista aérea da cidade de Campo Mourão em 1993.** Fonte: Google Earth, Série histórica 2020. Produzido pelo autor.

Imagem 23 - **Vista aérea da cidade de Campo Mourão em 2003.**Fonte: *Software Google Earth*, Série histórica 2020. Produzido pelo autor.

Imagem 24 – **Vista érea da cidade de Campo Mourão em 2013.**Fonte: *Software Google Earth*, Série histórica 2020. Produzido pelo autor.

Imagem 25 – **Vista área de Campo Mourão, 2013.** Fonte: Blog Ilivaldo Duarte. Disponível em:< <http://ilivaldoduarte.blogspot.com/2013/03/imagem-de-campo-mourao.html>> acesso: 29/04/2020.

Veloso e Oliveira, Maria Vitória. Et al. **A crise habitacional no Brasil e o direito à propriedade.** Disponível em: <<https://jus.com.br/imprimir/76030/a-crise-habitacional-no-brasil-e-o-direito-a-propriedade>> acesso 12/01/2021.

Lei 191/1978. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/1978/20/191/lei-ordinaria-n-191-1978-transforma-a-fundescam-em-fundacao-de-direito-publico-e-da-outras-providencias?q=%2226%2F72%22>> acesso 04/04/2020

Lei 26/1972.

Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/1972/2/26/lei-ordinaria-n-26-1972-autoriza-o-poder-executivo-municipal-a-dotar-bens-livres-para-a-criacao-de-uma-fundacao-de-ensino-superior-em-campo-mourao-regulamenta-a-sua-instalacao-e-da-outras-providencias>> acesso: 04/04/2020.

COHAPAR.

Disponível em:<<http://www.cohapar.pr.gov.br/Pagina/Cohapar#>> acesso em: 06/04/2020.

PARQUE ESTADUAL LAGO AZUL.

Disponível em:<<http://www.iap.pr.gov.br/2018/03/1373/Parque-do-Lago-Azul-e-um-local-para-contemplar-a-natureza.html>> acesso em:06/04/2020.

Curso de medicina.

Disponível em: < <https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/faculdade-integrado-e-contemplada-com-curso-de-medicina>> acesso em:06/04/2020.

Disponível em: <<https://www.grupointegrado.br/acontece/geral/faculdade-integrado-conquista-curso-de-medicina/5129>> acesso em: 06/04/2020.

Hospitais em Campo Mourão.

Disponível em: <<https://campomourao.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/205>>
Acesso: 09/05/2020

Escolas municipais/déficit de vagas.

Disponível em: <<https://g-ale.net/seced/?cmei=true&set=46>> acesso: 09/05/2020

Data de implantação dos cursos da Unespar.

Disponível em: <<http://prograd.unespar.edu.br/sobre/cursos>> acesso: 08/05/2020

Escola Normal – arquivo nacional 11/11/2016.

Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/315-escola-normal#:~:text=A%20Escola%20Normal%20da%20Corte,secund%C3%A1rio%20no%20munic%C3%ADpio%20da%20Corte>. Acesso: 31/01/2021

Ciclo do café

Disponível em: < <https://cbncuritiba.com/por-um-longo-periodo-o-cafe-foi-o-principal-gerador-de-riquezas-para-o-estado/#:~:text=O%20Ciclo%20do%20Caf%C3%A9%20chegou,grande%20onda%20de%20migra%C3%A7%C3%A3o%20interna.&text=O%20crescimento%20da%20cultura%20cafeeira,milh%C3%A3o%20e%20800%20mil%20hectares.>> acesso 31/01/2021.

Mercado municipal de Campo Mourão

Disponível em http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/regio-niceia-de-jesus-f.pdf acesso 01/02/2021

Coamo

disponível em: <http://www.coamo.com.br/site/institucional/nossa-historia>
acesso: 02/02/2021

SENAI

disponível em: < <https://www.senaipr.org.br/o-senai/conheca/FreeComponent20291content169224.shtml>> acesso 03/02/2021

SESC

disponível em: https://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/nossa_historia/ acesso: 03/02/2021

UTFPR

disponível em; < <http://www.utfpr.edu.br/campus/campomourao/sobre>> acesso 04/02/2021

Espaço Sou Arte

disponível em: < <https://www.souarte.com.br/quem-somos>> acesso 04/02/2021.

Coamo safra 2003/2004

Disponível em:
<http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/out03/agricultura3.html#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20de%20Campo%20Mour%C3%A3o%20%C3%A9%20uma%20das%20mais%20importantes,sendo%20o%20celeiro%20do%20Brasil.&text=Campo%20Mour%C3%A3o%20%C3%A9%20respons%C3%A1vel%20tamb%C3%A9m,de%20cana%20de%20Da%C3%A7%C3%BAcar>. Acesso 04/-2/2021

Unicampo

Disponível em: <<https://faculdadeunicampo.edu.br/> acesso 06/02/2021

Profei-Mestrado Profissional em Educação Inclusiva

Disponível em:<<http://profei.unespar.edu.br/paginas/programa-profei>> acesso 06/02/2021

Portal do agronegócio

Disponível em:<<https://www.portaldoagronegocio.com.br/gestao-rural/precos-agropecuarios/noticias/terras-agricolas-estao-mais-caras-na-regiao-de-campo-mourao-pr-133014>>acesso 06/02/2021.

PAC- Ministério do Planejamento

<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> aceso 24/02/2021

AMORE, C. S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. 2015. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha Casa... E a cidade? Avaliação do PMCMV em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: <https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf> acesso 24/02/2021

Medida Provisória (MP459)

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Mpv/459.htm#:~:text=MPV%20459&text=MEDIDA%20PROVIS%3A93RIA%20N%C2%BA%20459%2C%20DE%2025%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202009.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Minha,urbanas%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs> acesso: 24/02/2021.

BRASIL. Lei Nº 13.173

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13173.htm#art5> acesso: 24/02/2021

BRASIL. Lei Nº 13.043

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13043.htm#art60> acesso: 24/02/2021

BRASIL. Lei Nº 12.424

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm#art2> acesso: 24/02/2021

BRASIL. DECRETO Nº 6819

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D6819impressao.htm> acesso: 24/02/2021.

Ministério do desenvolvimento regional.

Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/programa-minha-casa-minha-vida-mcmv>> acesso: 28/02/2021.

Ribeiro, G. M.; Falcão, D. F. **Programa Minha Casa Minha Vida: Uma Análise Crítica Sobre os Impactos Econômicos, Financeiros, Urbanísticos e Sociais no Espaço Brasileiro.** Disponível

em: <https://lares.architexturez.net/system/files/LARES_2017_Paper_36.pdf> acesso em 01/03/2021.

PACHECO, D. da S.; ARAUJO, D. M. **PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: uma análise crítica de suas tendências e resultados a partir de estudos e produções teóricas sobre o Programa.** Disponível

em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/programaminhacasa-minhavidaumaanalisecriticadesuas tendencias e resultados a partir de estudos e producoes steoricassobreoprograma.pdf>> acesso: 01/03/2021.

Minha casa perto do fim?

Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#end-card>> acesso 28/02/2021.

Minha Casa Minha Vida completa 10anos com queda nas contratações.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/minha-casa-minha-vida-completa-10-anos-com-queda-nas-contratacoes.ghtml>> acesso: 01/03/2021.

Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini

Disponível em: <<https://tasabendo.com.br/geral/conjunto-do-minha-casa-minha-vida-foi-inaugurado-em-campo-mourao-4/>> acesso 15/03/2021.

Parque Estadual do Lago Azul

Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Parque-Estadual-do-Lago-Azul-PELA>> acesso:

Tarifa Social

Disponível em: <<http://site.sanepar.com.br/noticias/em-campo-mourao-moradores-tem-acesso-tarifa-social-da-sanepar>> acesso: 30/03/2021.

Residencial Fortunato Perdoncini

Disponível em: <<https://tasabendo.com.br/geral/conjunto-fortunato-perdoncini-sera-inaugurado-dia-29-de-janeiro/>> acesso: 30/03/2021.

Fraudes no conjunto Fortunato Perdoncini

Disponível em: <<https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/casas-destinadas-a-familias-de-baixa-renda-sao-vendidas-alugadas-e-ate-totalmente-modificadas>> acesso 30/03/2021.

Anúncio de venda Conjunto Habitacional Fortunato Perdoncini

Disponível em: < <https://www.facebook.com/marketplace/111722322185417/search/?query=fortunato%20perdoncini> > acesso:30/03/2021.

Aulas são reiniciadas com inauguração de escola municipal em Campo Mourão.

Disponível em: < <https://campomourao.cidadeportal.com.br/noticia/65156/07-02-19/aulas-sao-reiniciadas-com-inauguracao-de-escola-municipal-em-campo-mourao> > acesso 06/04/2021.

Escola irá atender alunos do Avelino Piacentini

Disponível em: < <https://www.campomourao.pr.leg.br/institucional/noticias/escola-ira-atender-alunos-do-avelino-piacentini> > acesso:06/04/2021.

CAMPO MOURÃO. LEI Nº 3588

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/2015/359/3588/lei-ordinaria-n-3588-2015-denomina-escola-municipal-professora-clarinha-wencel-casimiro-a-unidade-escolar-de-seis-salas-projeto-fnde-localizada-no-conjunto-moradias-avelino-piacentini>>acesso:06/04/2021.

Horários do transporte coletivo.

Disponível em:<<https://mouraoense.com.br/horariosurbano/>> acesso:09/04/2021.

Super Creche Fortunato Perdoncini

Disponível em:< <https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/super-creche-e-inaugurada-no-conjunto-fortunato-perdoncini> > acesso 10/04/2021

"Justiça arquiva denúncia de fraude em sorteio de casas do Fortunato Perdoncini"

Disponível em:< <https://tribunadointerior.com.br/campo-mourao/justica-arquiva-denuncia-de-fraude-em-sorteio-de-casas-do-fortunato-perdoncini> >

CAMPO MOURAO. Decreto municipal nº4587.

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/decreto/2009/459/4587/decreto-n-4587-2009-aprova-o-conjunto-habitacional-denominado-moradias-avelino-piacentini?q=decreto+4587>> acesso:16/03/2021.

Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini

Disponível em: <<http://www.cpiacentini.com.br/obras/avelino/>> acesso:16/03/2021.

Conjunto do Minha Casa, Minha Vida foi inaugurado em Campo Mourão.

Disponível em: <<https://tasabendo.com.br/geral/conjunto-do-minha-casa-minha-vida-foi-inaugurado-em-campo-mourao-4/>> acesso:16/03/2021.

Casas do Avelino Piacentini são vendidas ilegalmente

Disponível em: <<https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/casas-do-avelino-piacentini-sao-vendidas-ilegalmente>> acesso 16/03/2021.

Construtora Piacentini

Disponível em: <<http://www.cpiacentini.com.br/quem-somos/>> acesso 17/03/2021.

COSTA, F. R. da. **A transição do rural para o urbano no município de Campo Mourão – PR. Montevideo Uruguai.** Observatório Geográfico Da América Latina. 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12.html>> acesso 30/11/2020.

REGIC

Disponível em :<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=28033&t=sobre>> acesso 05/11/2020.

Figura 44 – População urbana e rural Brasileira 1940-2010.

Fonte: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/download/MAv13n25a05/html?inline=1>